



**UFSM**

**Dissertação de Mestrado**

**O EMPREENDEDORISMO  
E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL MISSIONEIRO**

---

**Carlos Oliveira Marques**

**PPGEP**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2006**

**O EMPREENDEDORISMO  
E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL MISSIONEIRO**

**POR**

**Carlos Oliveira Marques**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Área de Concentração em Gerência de Produção, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Engenharia de Produção**

**PPGEP**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2006**

Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Tecnologia  
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

A comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de  
Mestrado

**O EMPREENDEDORISMO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL MISSIONEIRO**

elaborada por

**Carlos Oliveira Marques**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Engenharia de Produção**

COMISSÃO EXAMINADORA:

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janis Elisa Ruppenthal**  
(Presidenta / Orientadora)

---

**Prof. Dr João HÉlvio Righi de Oliveira**

---

**Prof. Dr. Antônio Dari Ramos**

Santa Maria, 29 de Março de 2006.

**“Não se deve ter medo de dar  
um grande passo quando for  
altura disso. Não se pode  
atravessar um abismo aos  
saltinhos.”**

**David Lloyd George - Estadista Inglês**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente a minha mãe Maria, exemplo de vida, dedicação e amor. A meus filhos Tiago (in memoriam), Valéria e Daniele, a meus netos Vathia Marcela, Luis Fellipe, Anna Luisa e Luiza Helenna e ao meu genro Luis Henrique que com seus carinhos são fontes de constante inspiração.

À minha ex-esposa Lenita, por sua atenção e companheirismo em grande parte deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

À professora Janis Elisa Ruppenthal, pela confiança, pelos ensinamentos e a oportunidade, pela amizade e a condução do processo de orientação.

Ao professor João Hélvio pela amizade, dedicação e auxílio como co-orientador deste trabalho.

Ao ex-colega de trabalho no Instituto Odão, Dr. Antônio Dari Ramos por ter aceitado fazer parte da banca da minha dissertação

À meu pai Pedro (in memorian) que pelo seu exemplo de luta me legou a coragem de chegar até aqui.

À Janaina Rusch, pela amizade, apoio e carinho que sem os quais dificilmente poderia dar cabo a este trabalho.

À família Lombaldo em especial ao Sr. Marciano (in memorian) grande amigo e conselheiro, a sua filha Sandra, e a dona Maria Celí pela presença constante e o apoio incondicional.

À minha madrinha Maria da Conceição, a prima Ana Rita e seu esposo Alexandre, sempre prontos a auxiliar no que fosse possível.

Aos meus amigos especiais, Sérgio Zimmer, Lauro Possani, Dr. Maurício Lunardi, Luciano Pereira, Renato Barbosa, Luiz Calzeta, João Sérgio Arenhart, João Batista Ziegler, Nelci Moreira, Jorge Almeida, Gilberto Acker, Iandora de Barros, irmã Maria Terezinha e as famílias destes pelo carinho e amizade de tantos anos.

À meus colegas de aula pela amizade e companheirismo.

À direção, funcionários e colegas professores do Instituto Estadual de Educação Odão Felippi Pippi pelo apoio e incentivo. Aos meus queridos alunos, pelo entusiasmo compartilhado.

Aos professores e a equipe do programa de pós-graduação em engenharia de produção, pelos ensinamentos, pela amizade e dedicação a seus alunos, além da disponibilidade e ajuda.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>XIV</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>XV</b>
<b>1     <b>INTRODUÇÃO.....</b></b>	<b>1</b>
1.1 <b>JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>2</b>
1.2 <b>OBJETIVOS.....</b>	<b>3</b>
1.2.1   Objetivo Geral.....	3
1.2.2   Objetivos Específicos.....	3
1.3 <b>Estrutura do Trabalho .....</b>	<b>4</b>
<b>2     <b>EMPREENDEDORISMO.....</b></b>	<b>5</b>
2.1 <b>A Necessidade de Administrar.....</b>	<b>5</b>
2.2 <b>O Empreendedor.....</b>	<b>6</b>
2.3 <b>Aprendendo a Aprender.....</b>	<b>9</b>
2.4 <b>Habilidades Necessárias ao Empreendedor.....</b>	<b>10</b>
<b>3     <b>O TURISMO ATRAVÉS DOS TEMPOS.....</b></b>	<b>13</b>
3.1 <b>O Turismo Como Alternativa de Desenvolvimento Local.....</b>	<b>15</b>
3.2 <b>O Turismo Sustentável.....</b>	<b>18</b>
3.3 <b>Planejamento Consciente.....</b>	<b>20</b>
3.4 <b>Áreas de Proteção Ambiental.....</b>	<b>22</b>
3.5 <b>Algumas Propostas de Planejamento Turístico Sustentável Para Áreas de Proteção Ambiental e Cultural.....</b>	<b>24</b>
3.6 <b>O Turismo Como Sistema.....</b>	<b>28</b>
3.7 <b>O Turismo no Brasil.....</b>	<b>32</b>
<b>4     <b>A SAGA MISSIONEIRA.....</b></b>	<b>36</b>
4.1 <b>Contextualização Histórica.....</b>	<b>37</b>
4.2 <b>O Tratado de Tordesilhas.....</b>	<b>38</b>
4.3 <b>À Caminho das Índias.....</b>	<b>40</b>

4.4	A Necessidade de Colonizar.....	42
4.5	A Companhia de Jesus.....	43
4.6	O Desenvolvimento das Reduções.....	44
4.7	As Reduções da Primeira Fase.....	46
4.8	EM Solo Gaúcho.....	53
4.9	Os 7 Povos das Missões.....	57
4.10	A Fundação da Colônia do Sacramento.....	64
4.11	O Crepúsculo Guarani.....	65
4.12	O Tratado de Madri.....	67
4.13	A Guerra Guaranítica.....	71
5	<b><u>METODOLOGIA.....</u></b>	<b>75</b>
5.1	Natureza e Caracterização da Pesquisa.....	75
5.2	Instrumentos de Coleta e Análise de Dados.....	77
5.3	Limitações do Estudo.....	80
6	<b><u>O ESTUDO DE CASO.....</u></b>	<b>82</b>
6.1	Sistema de Análise Ambiental.....	83
6.1.1	Visão e Missão do Programa.....	85
6.1.2	Análise de Impacto.....	85
6.1.3	Objetivos.....	85
6.1.4	Metas.....	86
6.1.5	Estratégia.....	86
6.1.6	Educação Patrimonial.....	86
6.1.7	Implementação.....	86
6.1.8	Avaliação e Controle.....	86
6.1.9	Atratividade.....	86
6.1.10	Conscientização e Resgate Histórico.....	87
6.1.11	Estrutura para o Visitante.....	87
6.1.12	Novos Investimentos.....	87
6.1.13	Sistema de Gestão.....	87
6.1.14	Marketing e Divulgação.....	87
7	<b><u>RESULTADOS.....</u></b>	<b>88</b>
7.1	Análise da Pesquisa.....	88



7.1.1	Visão do Turista.....	89
7.1.1.1	Análise Quanto a Receptividade.....	89
7.1.1.2	Análise Quanto a Estrutura.....	90
7.1.2	Visão dos Residentes.....	93
7.1.2.1	Análise Quanto a Publicidade.....	93
7.1.2.2	Análise Quanto a Estrutura.....	93
8	<u>CONCLUSÃO.....</u>	<u>97</u>
8.1	Recomendações Para Trabalhos Futuros.....	100
9	<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>101</u>
10	<u>ANEXOS.....</u>	<u>106</u>

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> – O tratado de Tordesilhas.....	39
<b>Quadro 2</b> – As primeiras reduções jesuíticas no Brasil.....	48
<b>Quadro 3</b> – As primeiras reduções jesuíticas no Tape.....	49
<b>Quadro 4</b> – O êxodo do Guairá.....	53
<b>Quadro 5</b> – As 18 reduções da 1ª fase em solo Riograndense.....	55
<b>Quadro 6</b> – As 7 reduções da 2ª fase em solo Riograndense.....	58
<b>Quadro 7</b> – Coletânea de mapas e gravuras de diversas reduções da 2ª fase.....	61 a 63
<b>Quadro 8</b> – Território brasileiro delimitado pelos tratados com a Espanha....	68

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1</b> – Avaliação do turista.....	29
<b>Figura 2</b> – Sistema turístico e seus subsistemas.....	31
<b>Figura 3</b> – Valorização Telúrica – Povo desconectado da história.....	89
<b>Figura 4</b> – Índice de receptividade pelas pessoas ligadas ao turismo.....	89
<b>Figura 5</b> – Índice de receptividade pelas pessoas não ligadas ao turismo.....	90
<b>Figura 6</b> – Índices referentes a estrutura dispensada ao turismo.....	90
<b>Figura 7</b> – Índices de satisfação em relação à hospedagem.....	90
<b>Figura 8</b> – Índices de satisfação em relação à gastronomia.....	91
<b>Figura 9</b> – Índices de satisfação em relação ao transporte.....	91
<b>Figura 10</b> – Índices referentes à qualidade do conhecimento transmitido.....	91
<b>Figura 11</b> – Índices referentes à conservação do patrimônio histórico.....	92
<b>Figura 12</b> – Índices referentes à conservação das cidades missioneiras.....	92
<b>Figura 13</b> – Índices referentes ao grau de satisfação do visitante.....	92
<b>Figura 14</b> – Índices referentes à divulgação turística na visão do morador....	93
<b>Figura 15</b> – Índices referentes à importância dispensada ao tema.....	93
<b>Figura 16</b> – Índices referindo-se a estrutura para receber os visitantes.....	94
<b>Figura 17</b> – Índices referentes à qualidade do ensino recebido.....	94
<b>Figura 18</b> – Índice sobre o tratamento dispensado por órgãos competentes.	94
<b>Figura 19</b> – Índices referentes à conservação do patrimônio histórico.....	95
<b>Figura 20</b> – Índices referentes à preparação cultural das pessoas com contato direto com os visitantes.....	95
<b>Figura 21</b> – Índices referentes à preparação cultural das pessoas que não tem contato direto com os visitantes.....	96
<b>Figura 22</b> – Índices referindo-se aos quesitos limpeza, conservação e cuidados com a aparência dos municípios.....	96
<b>Figura 23</b> – Índices referindo-se aos possíveis resultados do Desenvolvimento turístico na região.....	96

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1 – Taxa de Mortalidade de Micros e Pequenas Empresas.....</b>	<b>10</b>
<b>Tabela 2 – Natalidade e estimativa de mortalidade de empresas.....</b>	<b>11</b>
<b>Tabela 3 – Fluxo de viajantes para o Brasil.....</b>	<b>32</b>
<b>Tabela 4 – Vôos regulares e domésticos.....</b>	<b>33</b>
<b>Tabela 5 – Empregados e estabelecimentos ligados ao turismo.....</b>	<b>34</b>

## LISTA DE SÍGLAS

**EMBRATUR** – Empresa Brasileira de Turismo.

**INFRAERO** – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária.

**LAC** – Limites Aceitáveis de Mudanças (Acceptable limits of change).

**MIT** – Massachusetts Institute of Technology.

**PEA** – População Economicamente Ativa.

**PNMT** – Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

**RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais.

**SISTUR** – Sistema de Turismo.

**UC** – Unidades de Conservação.

**UNESCO** - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

**URI** – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo 1 - Questionário aplicado na pesquisa com os moradores.....</b>	<b>106</b>
<b>Anexo 2 - Questionário aplicado na pesquisa com os visitantes.....</b>	<b>108</b>

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **O EMPREENDEDORISMO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL MISSIONEIRO**

AUTOR: CARLOS OLIVEIRA MARQUES  
ORIENTADORA: JANIS ELISA RUPPENTHAL  
Santa Maria, 29 de março de 2006.

O desenvolvimento econômico, social e cultural, são características contemporâneas que pessoas físicas ou jurídicas, buscam cultivar de forma permanente, criando assim, um diferencial positivo, na competitiva economia capitalista mundial. Polêmico e gerador de várias discussões, o assunto é fonte de constantes pesquisas que não apontam uma fórmula única capaz de adaptar-se a todas as situações. Sabe-se apenas que para conseguir esse resultado tão almejado é necessário conhecer e aperfeiçoar os pontos positivos existentes, tornando-os, a fonte geradora do sucesso pretendido. Reconhecer as potencialidades é fator relevante na tomada de decisões, gerando assim espírito empreendedor capaz de transformar realidades estagnadas e deficientes em fontes geradoras de progresso. Criatividade e empreendedorismo são, portanto, palavras chaves para qualquer tipo de iniciativa inovadora capaz de produzir mudanças. O desenvolvimento Regional Missioneiro apresenta-se como um verdadeiro exemplo desse tipo de desafio. Mundialmente conhecido o legado Guaranítico faz parte do berço Histórico do Rio Grande do Sul e fazer uso dessa potencialidade através da exploração turística regional, é não apenas uma prática empreendedora, mas possivelmente uma das soluções mais viável e de menor custo, utilizando algo que, de melhor culturalmente a região já possui, para sanar ou ao menos amenizar a realidade vivida. Esta é, portanto, vertente dessa pesquisa que visa demonstrar a riqueza histórico-cultural existente, salientando sua importância e a capacidade latente como nicho de mercado e que, através da divulgação e reconhecimento, pode figurar como potencial propulsor do desenvolvimento econômico-social auto sustentável.

## ABSTRACT

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **O EMPREENDEDORISMO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL MISSIONEIRO**

AUTOR: CARLOS OLIVEIRA MARQUES  
ORIENTADORA: JANIS ELISA RUPPENTHAL  
Santa Maria, 29 de março de 2006.

The economic, social and cultural developments are contemporaneous features that natural people and legal entities try to cultivate on a permanent way, thus, creating a positive differential in the competitive capitalist economy worldwide. Controversial and responsible for many discussions, the subject is the source of permanent researches which do not point to a unique formula capable of adapting to all possible situations. It's only known that to achieve such a longing result it is necessary to know and to perfect the existing positive issues, making them, the generating source for the intending success. Recognizing the potentiality is a relevant factor on making decisions, creating thus, innovative thought capable of changing deficient realities into generating sources of progress. Creativity and entrepreneur spirit are, therefore, key words for any kind of innovative initiative capable of creating changes. The "Missioneiro" regional development presents itself as a real example of this kind of challenge. Known worldwide, as "Guaranítico" legacy is part of the historical cradle of Rio Grande do Sul, and making use of this potentiality through the regional tourism exploration is not only a venture practice, but probably one of the most viable and cheapest solutions, using something which is culturally the best that the region has, to stop or at least decrease the living reality. That is, therefore, the research source that aims to demonstrate the existing cultural historic wealth, highlighting its importance and the latent capacity as a demarcated niche and that, over the advertisement and recognition, is able to be a potential propellant of the social economic self-supporting development.



# CAPÍTULO 1

## INTRODUÇÃO

---

Fatores sociais, políticos, tecnológicos, econômicos e culturais têm alterado o perfil da economia mundial. Mudanças abruptas no modo de produção, perfil e exigências do consumidor, escassez de recursos entre outras, são variáveis que fazem parte do dia-a-dia de empresas e pessoas de todo o mundo onde, uma competitividade seletiva e Darwinista, só permite a permanência daqueles que possuam um potencial diferenciado, ou seja, verdadeiros empreendedores. Serão estes que com sua capacidade perceptiva encontrarão na sutileza dos detalhes, e farão bom uso, das oportunidades que possam aparecer.

Crescer e manter-se atuante neste mercado é verdadeiramente uma arte. A mudança de valores e a quebra de velhos paradigmas vêm moldando a sociedade moderna, tornando obsoleto antigos conceitos de produção e desenvolvimento.

É dentro dessa realidade que a sociedade como um todo busca readaptar-se e encontrar seu espaço. Não há tempo para utopias e nem lugar para o amadorismo. É preciso ser prático e fazer uso dos recursos e das qualidades latentes disponíveis a cada setor.

São conceitos como estes que demonstram a necessidade urgente de ações, não apenas do setor público e privado, mas da sociedade como um todo, que possam, unindo esforços, criar uma estrutura organizacional capaz de reaquecer o desenvolvimento regional missioneiro.

Referir-se às Missões é falar da origem do Rio Grande, é referir-se ao Estado da Nação Brasileira, que possui uma das mais belas páginas da História do nosso País. É falar de personagens que deixaram seus nomes perpetuados na memória não apenas daqueles que aqui vivem mas muito além das fronteiras deste estado.

Neste ano em que a Assembléia Legislativa Estadual do Rio Grande do Sul elegeu o índio Sepé Tiaraju como herói, não apenas da região missioneira, mas o Herói Riograndense, e onde tramita no Congresso Nacional um projeto de lei com o

objetivo de torna-lo Herói Nacional, deixa clara a incontestável importância histórico-cultural da região.

Se por um lado à região não possui as chaminés das grandes indústrias, que faça uso da atividade econômica que tem crescido de passos largos em todo o mundo, a chamada “Nova Indústria” ou a “Indústria sem chaminés” que é o turismo.

Utilizar-se desse potencial é mais do que lançar mão de um recurso produtivo que está sendo parcialmente aproveitado, é manter viva uma das mais belas páginas da história do Rio Grande onde a saga dos índios guaranis deixou gravada a proeminência de uma cultura sócio-econômica até hoje admirada. É preservar para as futuras gerações a origem de diversas tradições gaúchas difundidas além fronteiras e até hoje preservadas. Foi nas Missões que se desenvolveu o cultivo da erva-mate, a criação de gado, o hábito do churrasco e a cutelaria. Introduziu-se o urbanismo, a arquitetura e uma organização social alicerçada nos valores do cristianismo, desafiando até hoje o entendimento de sociólogos e antropólogos em todo o mundo.

Certamente não será esta a única maneira passível de criação de uma estrutura de desenvolvimento. Nenhum método empreendedorístico exaurir-se em si mesmo, mas a não utilização deste potencial é no mínimo um contra-senso.

A pretensão desse trabalho, é chamar a atenção para a riqueza histórica regional dos Sete Povos, de forma que seja vista como nicho de mercado passível de ser explorado com retorno social e econômico para toda região missioneira.

## **1.1 Justificativa**

Em qualquer cidade ou região do interior, distante dos grandes centros, para que se possa evitar ou reduzir a migração de seus habitantes, é preciso a geração permanente de empregos que absorva a demanda de mão-de-obra ociosa existente.

A região missioneira é um exemplo clássico dessa situação. Deslocada geograficamente do eixo produtivo do estado, encontra dificuldades de crescimento econômico do setor industrial. A demanda de empregos é absorvida essencialmente pelo comércio local ou pelo setor primário. Este, representado principalmente pela agricultura, onde a cada dia mais maquinizada é responsável por tirar o homem do campo e trazê-lo para a cidade.

Devido à insuficiência de empregos gerados, quase que exclusivamente pelo comércio, surgem os empregos informais ou subempregos, justamente, por não terem essas pessoas, outras alternativas de sobrevivência.

Essa realidade que hoje é comum nas cidades dos Sete Povos das Missões, há algum tempo, contrasta com a realidade vivida há alguns anos, quando cidades como Santo Ângelo chegara a ser um pólo de desenvolvimento econômico regional.

O desmembramento e a emancipação de novos municípios trouxe a diminuição da área territorial e a conseqüentemente redução da receita do município criando, não apenas em Santo Ângelo mas em toda a região dos Sete Povos, uma nova realidade econômica produtiva que não foram capazes de assimilar.

Hoje a região das Missões vive o que setores da economia chamariam de “micro regiões que se desenvolveram no passado mas que hoje a estagnação econômica tomou conta” conforme artigo publicado na revista Isto é Dinheiro nº 384 de 19/01/2005 no setor Desenvolvimento e Economia cujo título é “*O mapa econômico de CIRO*”.

Assim sendo, é necessário focar toda a atenção ao tema e, através de ações eficientes, propor um programa de retomada do desenvolvimento regional que permita, pelo menos a redução dessa estagnação econômica.

Investir no potencial turístico da região, com objetivo de trazer uma nova fonte de desenvolvimento, apresenta-se como alternativa extremamente viável, visto que trata-se apenas de ressaltar e explorar uma riqueza já reconhecida além fronteiras.

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo geral**

- Desenvolver um modelo de gestão que faça uso da potencialidade histórico-cultural e turística da região missioneira, que, pelo seu aspecto empreendedor, possa apontar alternativas para o desenvolvimento econômico regional.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Identificar os pontos positivos da cultura missioneira-guarani que possam ser de forma racional e, de maneira empreendedora, melhor aproveitados.

- Pesquisar junto a população diretamente envolvida, as principais causas que obstruem a um melhor aproveitamento econômico dessa potencialidade.
- Propor alternativas e apresentar sugestões para melhoria dos setores econômico, social e cultural da região missioneira que de forma empreendedorística faça uso da potencialidade existente.

### **1.3 Estrutura do Trabalho**

No primeiro capítulo, contextualiza-se uma visão geral do assunto, justificando a importância do estudo, além de fazer-se a definição dos objetivos da pesquisa.

No segundo capítulo é demonstrada uma visão sobre empreendedorismo e a figura do empreendedor, suas características, as habilidades que deve possuir o empreendedor e que é possível aprender a ser um empreendedor.

No terceiro capítulo, apresentam-se os conceitos de turismo, sua evolução histórica e importância sócio-econômica.

No capítulo quarto são demonstrados através de fatos históricos que relatam, do surgimento ao apogeu e deste até a dizimação das reduções Missioneiras dos povos guaranis.

No quinto capítulo é tratada a forma metodológica com que foi feita a pesquisa de campo, demonstrando o tipo de pesquisa efetuada e como foram apurados os resultados finais.

No sexto capítulo apresenta-se as motivações que deram origem a este estudo e através de um diagrama, demonstra-se o sistema de análise ambiental.

No sétimo capítulo são apresentados os resultados obtidos na pesquisa de estudo de caso junto a moradores residentes nas cidades dos 7 Povos das Missões e aos turistas que vêm visitar a região.

No oitavo capítulo são apresentadas as conclusões e contribuições desta pesquisa bem como sugestões de trabalhos futuros.

No nono capítulo são descritas as referências bibliográficas consultadas.

No décimo capítulo estão como anexos os questionários utilizados nas pesquisas com os moradores e visitantes.

## CAPÍTULO 2

### EMPREENDEDORISMO

---

Nunca em toda a história do desenvolvimento econômico empresarial mundial se falou tanto em empreendedor, empreendedorismo, inovação, desenvolvimento sustentável e outros termos semelhantes, como nos últimos anos.

O crescimento populacional, o desenvolvimento de novas tecnologias, a redução da lucratividade, a perda da competitividade são temores constantes numa economia globalizada e fazem com que o ambiente empresarial sofra uma metamorfose constante em uma velocidade sem precedentes.

Segundo (Drucker, 2002)

Em poucas décadas, a sociedade se reorganiza – muda sua visão de mundo, seus valores básicos, sua estrutura social e política, suas artes, suas instituições fundamentais. Cinquenta anos depois, há um mundo novo. E as pessoas jovens, então, nascidas não conseguem nem imaginar o mundo em que seus avós viveram e no qual seus próprios pais nasceram. (DRUCKER, 2002, p. 15).

Para uma empresa sobreviver hoje em dia, mais do que nunca, é preciso arte, é preciso técnica, é preciso controle e um bom planejamento. Não há mais lugar para o amadorismo.

#### 2.1 A NECESSIDADE DE ADMINISTRAR

Empreender e planejar são ferramentas que podem dar sustentabilidade e longevidade às empresas na busca constante da lucratividade – escopo que a fará sobreviver através dos anos.

Conforme Ansoff (1993), “para que haja rentabilidade máxima, a capacidade de resposta da potencialidade de administração geral deve estar ajustada ao nível de turbulência do ambiente da empresa.”

Muitas são as variáveis que afetam o dia-a-dia das empresas; instabilidades econômicas, concorrências externas oriundas de uma economia globalizada; planos políticos e econômicos entre outros, sem falar da própria exigência do mercado consumidor cada vez mais seletivo. Planejar em cima de metas não é mais privilégio das grandes empresas.

Segundo Campos (1994) “esta é a condição característica da era em que vivemos; empresas até então aparentemente inexpugnáveis podem, devido às rápidas mudanças, ter sua sobrevivência ameaçada.” Todos nós conhecemos exemplos no Brasil e no exterior. É por este motivo que a preocupação atual da alta administração das empresas em todo mundo tem sido desenvolver sistemas administrativos suficientemente fortes e ágeis de tal forma a *garantir* a sobrevivência das empresas.

Por sua vez Ansoff (1993), afirma que:

o sistema de administração empregado por uma empresa é o ingrediente crucial de sua capacidade de resposta a mudanças no ambiente externo, porque determina o modo pelo qual a administração percebe os desafios ambientais, diagnostica seu impacto sobre a empresa, decide o que fazer e põe em prática suas decisões.

Ainda Ansoff (1993), nos relata que:

os profissionais do planejamento e os cientistas com raízes na matemática recomendam um comportamento que se situa no extremo oposto do não administrado. Trata-se do comportamento planejado, no qual a administração desempenha um papel vigoroso e racional, predeterminando de maneira sistemática as diretrizes a serem seguidas pela empresa, e depois orienta e controla a execução de acordo com os planos formulados.

Mas apesar dos cuidados na administração é preciso mais. É necessário que tenhamos um diferencial, algo que nos torne diferentes de nossos concorrentes e nos mantenha atuantes; algo chamado empreendedorismo ou o ato de ser empreendedor.

## **2.2 O EMPREENDEDOR**

É importante ressaltar que no mundo globalizado exigem-se pessoas multifuncionais, eficientes e criativas, considerando a tendência de transformação da

sociedade para um período pós-industrial. Com o incremento significativo do setor de serviços, com o desemprego crescente e com o rápido desenvolvimento da Tecnologia da Informação, a criatividade e o empreendedorismo passaram a ser vistos como estratégicos nas organizações, e o foco empresarial passou do local para o global. Advindo-se dessa forma inúmeras vantagens para alavancar as organizações empreendedoras.

Muitas são as correntes que tentam, ao longo da história, definir de maneira clara e objetiva quem seria a pessoa do empreendedor.

Na França do século XVI, empreendedores eram os coordenadores de operações militares que por meio de suas estratégias conseguiam a vitória em seus combates. Já por volta de 1765, esse conceito passou a ser associado aos proprietários de terras e trabalhadores assalariados.

Jean Baptiste Say, economista francês (considerado por Filion como o pai do empreendedorismo), por volta de 1800, caracterizou o empreendedor como o responsável por reunir todos os fatores de produção... e descobrindo o valor dos produtos... a reorganização de todo capital que ele emprega, o valor dos salários, o juro, o aluguel que ele paga, bem como os lucros que lhe pertencem (LONGEN, 1997).

Este conceito perdurou até o início da Revolução Industrial quando Adam Smith caracterizou o empreendedor como sendo um proprietário capitalista, um fornecedor de capital e, ao mesmo tempo, um administrador que se impõe entre o trabalhador e o consumidor. Por sua vez, Alfred Marshall afirmava que ser empreendedor era caracterizado pela convivência com o risco, a inovação e a gerência do negócio.

É deste conceito que ainda hoje se faz, de uma forma errônea, a analogia da dicotomia que empreendedor tem que ser empresário.

Esta visão começou a mudar quando no início do século XX, Schumpeter deu novo significado ao termo. Para ele, empreendedor é responsável pelo processo de destruição criativa, o impulso fundamental que aciona mantendo em marcha o motor capitalista criando novos produtos, novos métodos de produção, novos mercados e, sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros. Só então o assunto passou a ser estudado por várias áreas do conhecimento e sob diferentes enfoques.

Vários autores contemporâneos têm buscado definir empreendedorismo de forma clara e objetiva buscando descrever de forma coerente àquele que de forma criativa e inovadora consegue o equilíbrio entre eficiência e eficácia alcançando assim o sucesso. O Empreendedor.

Segundo (Filion) 1991:

O empreendedor é aquela pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetiva a inovação, continuará a desempenhar um papel empreendedor.

Referindo-se à realidade Brasileira, Filion (1999), afirma que “o empreendedor é aquela pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões, constituindo a teoria visionária que é utilizada como referencial teórico da metodologia de ensino de empreendedorismo difundida no Brasil.”

É fácil perceber que Filion não considerou a questão econômica conforme Say e Schumpeter, considerando apenas o comportamento empreendedor, deixando claro que empreendedor não necessariamente confunde-se na pessoa do empresário. Por sua vez Oliveira, dá novo enfoque quando refere-se a co-relação entre o empreendedor e os resultados obtidos por ele, afirmando que:

empreendedor é todo o indivíduo que, estando na qualidade de principal tomador das decisões envolvidas, conseguiu formar um novo negócio ou desenvolver negócios já existentes, elevando substancialmente seu valor patrimonial, várias vezes acima da média esperada das empresas congêneres no mesmo período e no mesmo contexto sócio-político-econômico, (...) (OLIVEIRA, 1995).

É claro que numa economia mutante e globalizada é fundamental se fazer uso do potencial individual e organizacional para alcançar o diferencial necessário que irá nos manter no mercado. Este potencial que é ilimitado permanece muitas vezes adormecido ou em estado latente, sendo o recurso mais precioso que indivíduos e organizações dispõem para lidar com os desafios da época presente onde mudanças e incertezas são uma constante. Novos componentes e novas atitudes são necessários no cenário atual, marcado por uma complexidade crescente e por uma demanda permanente de novas respostas e inovações.



Há uma forte tendência em associar o conceito de criatividade às artes e a considerá-la a expressão de idéias altamente originais. Nos negócios, entretanto, originalidade apenas não basta. Para que uma idéia seja criativa, é necessário também que ela seja adequada, útil e executável. De alguma forma, ela deve influenciar a maneira como os negócios são realizados, seja pela melhoria de um produto, seja por uma nova abordagem de determinado processo.

A criatividade permite a um tomador de decisão avaliar e entender mais plenamente um problema e perceber questões que as demais pessoas ainda não perceberam. Entretanto, o valor mais óbvio da criatividade consiste em ajudar quem toma a decisão a identificar todas as alternativas viáveis para tanto.

A criatividade é o fator diferencial e não pessoal, e é possível passá-la para outras pessoas. Na realidade ela é algo que pode ser desenvolvida e que deve fazer parte de nossa vida, do nosso estilo, da nossa competência e comportamento (FELIPPE, 1998).

Estimular a criatividade é também estimular a flexibilidade, a visão de futuro, a autonomia, os trabalhos em equipe, a liderança, a busca por soluções e alternativas. Em um mundo de mudanças, marcado por turbulências e por incertezas, tudo isso se torna fundamental.

### **2.3 APRENDENDO A APRENDER**

As pessoas serão mais criativas quando se sentirem primordialmente ligadas pelo interesse, pela satisfação e pelo desafio do trabalho em si, e não por pressões externas, o que (AMÁBILE, 1999) chama de “Princípio da Motivação Intrínseca na Criatividade”. Ao criar, as pessoas estão intrinsecamente motivadas, envolvendo-se no trabalho pelo desafio ou pelo prazer em si.

Por sua vez (MASI, 1998) Define a criatividade como:

Não se trata de criatividade por si só, mas criatividade aplicada a um objetivo organizacional, o que significa que o empreendedor deva ser capaz de fundamentar uma visão de inovação sólida o suficiente para com ela motivar seu grupo de trabalho, o que se dá no campo da gestão das organizações (MASI, 1998).

Para se conseguir instaurar a “organização do conhecimento” dentro de uma organização é preciso, antes de mais nada, uma mudança mental nos conceitos pré-

estabelecidos. (Schon, 1971) afirma que “a perda do estado estável leva as organizações a passarem por um período constante de transformações em suas estruturas, convivendo com fases de estabilidade e de instabilidades.”

Na abordagem do conhecimento, Senge (1990) apresenta conceitos da organização que aprende, *learning organization*, orientada para a aprendizagem contínua, isto é, aquela que segue o modelo da organização tradicional e, ainda, aquela em que os erros são considerados como oportunidades de melhoria contínua.

Neste contexto, todas as empresas possuem um conhecimento organizacional que é a capacidade de executar coletivamente tarefas que as pessoas não conseguem fazer atuando de forma isolada. O aprendizado ocorre continuamente em todas as empresas duradouras.

É claro que não devemos esquecer a realidade das empresas Brasileiras, em especial as pequenas e médias, cuja responsabilidade econômico-social é de suma importância para a economia nacional. Dados estatísticos têm demonstrado que cerca de 50% das pequenas empresas fracassam nos dois primeiros anos e que somente 20% sobrevivem após 5 anos de funcionamento mesmo recebendo por parte do governo tratamento diferenciado como o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – Simples.

**Tabela 1 – Taxa de Mortalidade de Micros e Pequenas Empresas**

Ano de constituição	Regiões					Brasil (%)
	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	
2002	48,9	52,9	46,7	47,5	49,4	49,4
2001	56,7	60,1	53,4	51,6	54,6	56,4
2000	61,1	58,9	62,7	53,4	53,9	59,9

Fonte: Boletim Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil, Sebrae; 2004

As pequenas empresas desempenham um papel de importância fundamental no crescimento e maturação de uma economia saudável. É expressiva a contribuição que elas prestam ao gerarem oportunidades para o aproveitamento de uma grande parcela da força de trabalho e ao estimularem o desenvolvimento empresarial. No Brasil o segmento das micro e pequenas empresas respondem por 60% dos empregos existentes atualmente no país, por 48% dos salários pagos e

98% do número de estabelecimentos produtivos em funcionamento no território nacional.

**Tabela 2 – Natalidade e estimativa de mortalidade de empresas, segundo as Regiões e Brasil, em números absolutos, por ano de constituição**

Regiões	Natalidade	Mortalidade	Natalidade	Mortalidade	Natalidade	Mortalidade
	2000		2001		2002	
<b>Sudeste</b>	<b>209.646</b>	<b>128.094</b>	<b>222.480</b>	<b>126.146</b>	<b>207.132</b>	<b>101.288</b>
<b>Sul</b>	<b>105.331</b>	<b>62040</b>	<b>111.853</b>	<b>67.224</b>	<b>98.734</b>	<b>52.230</b>
<b>Nordeste</b>	<b>85.038</b>	<b>53.319</b>	<b>87.941</b>	<b>46.960</b>	<b>79.951</b>	<b>37.977</b>
<b>Norte</b>	<b>23.444</b>	<b>12.519</b>	<b>23.612</b>	<b>12.183</b>	<b>19.878</b>	<b>9.442</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>37.143</b>	<b>20.020</b>	<b>45.025</b>	<b>24.584</b>	<b>39.456</b>	<b>19.491</b>
<b>Brasil</b>	<b>460.602</b>	<b>275.900</b>	<b>490.911</b>	<b>276.874</b>	<b>445.151</b>	<b>219.905</b>

Fonte: Boletim "Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil", Sebrae; 2004

É comprovado que os números de desempregos que temos hoje no país seriam consideravelmente menor, se a estabilidade e o crescimento de micros e pequenas empresas se tornassem mais significativos.

## **2.4 HABILIDADES NECESSÁRIAS AO EMPREENDEDOR**

Segundo Hisrich (2004) as habilidades exigidas aos empreendedores podem basicamente se dividir em três áreas principais: técnica, conhecimento e atitude, isto é, habilidades técnicas, habilidades de administração e habilidades pessoais.

As habilidades técnicas referem-se principalmente à redação, expressão oral, monitoramento do ambiente, administração comercial técnica, tecnologia, capacidade de ouvir, capacidade de organizar, treinamento, capacidade de trabalho em equipe, entre outros.

As habilidades administrativas estão envolvidas desde o início do negócio ao desenvolvimento e a administração de qualquer empresa, como por exemplo: o planejamento e estabelecimento de metas, capacidade de tomar decisão, relações humanas, finanças, contabilidade, controle, negociação, lançamento de empreendimentos e administração do crescimento, entre outros.

Já as habilidades empreendedoras pessoais são aquelas que fazem a diferença entre um empreendedor e um administrador de um empreendimento, como por exemplo: o controle interno e de disciplina, inovação, orientação para mudanças,

persistência, liderança visionária e habilidade para lidar com mudanças, entre tantas outras.

O processo de iniciar um novo empreendimento está associado diretamente ao processo de empreender, que para Hisrich (2004), assume um papel muito maior do que simplesmente a resolução de um problema em uma posição administrativa normal, pois o empreendedor deve encontrar, avaliar e desenvolver uma oportunidade que supere as forças de resistência à criação do algo novo. Este processo possui quatro fases distintas:

- Primeira fase, na qual se faz a identificação e avaliação da oportunidade criando-se e dimensionando-se tal oportunidade;
- Segunda fase, onde é desenvolvido o plano de negócio e são descritas as características do empreendimento e do setor com todos os subplanos de marketing, financeiro, produção, organização, operacional, resumo e anexos pertinentes ao negócio;
- Terceira fase, em que se faz a determinação dos recursos necessários para o empreendimento, seja uma análise de recursos existentes, ou o acesso externo destes;
- Quarta fase, refere-se à administração da empresa através do estilo administrativo, variáveis chaves para o sucesso do negócio, identificação dos problemas existentes e potenciais do empreendimento, bem como da implementação de sistemas de controle no negócio.

## CAPÍTULO 3

### O TURISMO ATRAVÉS DOS TEMPOS

---

Tem-se o registro que desde os primórdios da Grécia Antiga, e ao longo dos tempos, que o ser humano já realizava expedições pelos mais variados propósitos como viagens não só com o intuito de guerrear, levar informações ou desbravar novos territórios, mas também, motivadas pela curiosidade e pela religião.

A utilização do turismo como produto comercial, segundo Castelli (1999) tem início no século XIX, com o advento da Revolução Industrial, de onde surgiram inovações tecnológicas como a máquina a vapor e conseqüentemente o trem e o navio a vapor que permitiram as pessoas terem acesso à viagens, proporcionadas principalmente pela distribuição da renda e conhecimento dos trabalhadores da época.

Os primeiros esforços para definir o turismo, conforme Molina (2001), “ocorreram na década de 30, onde o definiam simplesmente como o deslocamento das pessoas que reuniam características peculiares com relação a duração e motivação à viajar.”

Muitos foram os que conceituaram nesta época o turismo reportando-se principalmente pela determinação de um modelo que abrangesse o interesse nos serviços de transporte, alojamento e a alimentação. Dentro deste contexto Hunziker e Krapf (apud Molina, 2001, p.11) conceituaram classicamente o turismo como:

O conjunto das relações e os fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu lugar de domicílio, desde que tais deslocamentos e permanência não sejam motivados por uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária.  
(Hunziker apud Molina, 2001, p. 11)

Diversos conceitos do turismo espalharam-se pelos anos, mas para Molina (2001), ficou evidenciado que a grande maioria destas definições não conseguiram efetivamente descrever a amplitude abrangida por ele, pois este alcançou

conotações, significados e conseqüências altamente complexas transcendendo os elementos citados na maioria dos conceitos, que detiveram-se principalmente em dados quantitativos e de valores numéricos, deixando excluídas características resultantes de processos sociais e culturais, não facilmente mensuráveis, e de imprescindível importância para a compreensão e implantação de ações que permitissem obter dele os melhores resultados financeiros ou não, como ficou evidenciado na Organização dos Estados Americanos (OEA) na década de 70 que utilizou como conceito de turismo a definição feita por Roberto Boullón (apud Bonald, 1997, p.47), onde tal fenômeno era descrito como:

Uma atividade econômica do setor terciário, que consiste no conjunto de serviços vendidos ao turista. Ditos serviços estão necessariamente inter-relacionados, de maneira que a ausência de um deles dificulta e até impede a venda ou prestação de todos os outros; além disso tem a peculiar característica de que só é possível ser produzido em locais rigidamente predeterminados, para os quais se deslocam os turistas, ainda que sua venda se realize fora dele, quer dizer, no ponto de origem da demanda. Difere das demais vendas, porque não há uma distribuição do produto, visto como o consumidor é quem viaja à fonte de produção.  
(Boullón apud Bonald, 1997, p. 47)

Neste sentido, atualmente houve uma evolução no entendimento da abrangência do turismo surgindo definições mais genéricas, onde estão enfatizadas ações não só quantitativas, mas também qualitativas da interação social deste setor à comunidade, como descrito por Wahab (1991):

Uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo da interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando à satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada para o país receptor, o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local formando exportações invisíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade.  
(wahab, 1991, p. 26)

Desta forma, segundo Dias (2003) o turismo assumiu um papel de extrema importância no desenvolvimento do ser humano em conseqüência da modificação das expectativas da sociedade decorrentes das mudanças estruturais no processo produtivo que ocorrem em função da revolução científica e tecnológica ocasionando desta maneira, entre tantas outras características um expressivo aumento do tempo

livre nas sociedades, em particular nas já desenvolvidas, pois o ser humano durante séculos dedicou o seu tempo quase que exclusivamente ao trabalho.

Atualmente, com a evolução da tecnologia o trabalho pesado vem sendo substituído por máquinas, propiciando a utilização do tempo em outras atividades que exigem maior utilização do intelecto.

Tempo este, que deverá ser preenchido com atividades que alimentem as necessidades de conhecimento e desenvolvimento do espírito, muito ao encontro dos resultados obtidos com a utilização do turismo como alternativa para o preenchimento do mesmo.

### **3.1 O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Quando se falar em alternativa de desenvolvimento local, deve-se ter sempre em mente que, principalmente no turismo, por inter-relacionar sociedade, meio ambiente, economia, tecnologias e política, precisa-se aprofundar o entendimento de um conceito mais sistêmico que busque contemplar todos os atores envolvidos no território, que é o de desenvolvimento sustentável.

Para Martins (1995) a origem do tema sustentabilidade foi encontrada na Alemanha, em princípios do século XIX, decorrente da exploração dos bosques madeireiros.

A partir do final do século XIX e início do século XX, surgem na Europa os primeiros estudos sobre problemas ambientais entre eles o efeito estufa e as mudanças climáticas.

Em um período mais recente, alguns países retomaram suas preocupações com as questões ambientais, tornando-se o tema um fenômeno mundial que surgiu com muita força a partir de 1968, motivados pelos movimentos sociais e logo depois pela crise do petróleo.

Em 1970, surge um informativo elaborado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) solicitado pelo Clube de Roma, sobre os *Limites de crescimento*, e traz como conclusão questões de como chegar a ser uma sociedade materialmente suficiente, socialmente equitativa e ecologicamente contínua.

Já em 1972, segundo Martins (1995), acontece em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, deixando visível a necessidade de implementar estratégias ambientais adequadas para promover um

desenvolvimento socioeconômico eqüitativo, nomeado neste momento o termo *ecodesenvolvimento*, que mais tarde vem a se chamar *Desenvolvimento Sustentável*.

Importante ressaltar que durante a Conferência de Estocolmo os aspectos técnicos que envolvem a contaminação provocada pela industrialização, o crescimento populacional e a urbanização, tiveram mais destaques.

É a partir deste momento que muitas iniciativas visando às questões ambientais começam a ganhar espaço em todo mundo, obtendo cada vez mais relevância em estudos e discussões pelo mundo afora .

Para Dias (2003) os intermináveis fluxos de pessoas, que viajam pelo mundo possibilitam a geração de grandes impactos na economia mundial, pois alteram desde a estrutura de trabalho, ativando e desativando inúmeros segmentos econômicos, vinculados diretamente em setores como o transporte, obras públicas e privadas, lazer e entretenimento, entre tantos outros, bem como indiretamente repercute em toda a sociedade ao gerar renda e fomento a outras atividades e diversos produtos gerados com o intuito de satisfazer os turistas.

Por outro lado, ainda Dias (2003), este grande fluxo de pessoas acarreta grandes transformações na economia, cultura e meio ambiente das localidades que desfrutam do turismo como alternativa de desenvolvimento. Se não bem dimensionadas estas ações podem provocar destruição de modos de vida tradicionais e de regiões ecologicamente preservadas.

Entretanto, o turismo caso bem trabalhado pode minimizar estes riscos, pois para Molina (1997), entre diversos fatores positivos podemos citar:

- Geração de divisas que possibilitam cobrir o déficit da balança econômica;
- Criação de frentes de trabalho gerando a ampliação do número de empregos;
- Criação de empregos com investimentos comparativamente inferiores aos de outros setores da economia;
- Aproveitamento de recursos renováveis quando utilizados de maneira planejada e avaliados todos os impactos;
- Apoio para o desenvolvimento regional;



- Contribuição para o resgate e a conservação dos usos e costumes locais, bem como da culinária, fatos históricos e tradições folclóricas nativas;
- Favorecimento da rápida distribuição geográfica da renda, entre tantos outros fatores.

Para Rabahy (2003) o turismo deve ser analisado de uma maneira ampla não muito simples de ser entendido, pois além das repercussões econômicas e financeiras facilmente visualizadas, o turismo envolve aspectos políticos, culturais e ambientais, tornando-se assim uma complexa tarefa à avaliação dos seus efeitos, pela dificuldade de obtenção de dados estatísticos padronizados que se fazem necessários a um estudo aprofundado do tema, assim como o seu caráter multidisciplinar.

Não obstante, o turismo é uma realidade que vem sendo estudada e mensurada proporcionando a localidades desfrutá-lo como qualquer outro segmento da economia.

Dias (2003) afirma que, o grande fluxo turístico de uma localidade, na sua maioria, independe de ações de órgãos públicos nacional, porque através de medidas locais, um município pode efetivamente ser capaz de captar recursos e investimentos para fazer do turismo uma ferramenta de desenvolvimento local.

O governo em nível de nação, pode sim, incentivar programas de desenvolvimentos regionais com o intuito de contribuir para a ampliação e consolidação do turismo como fonte geradora de riqueza e renda. Todavia, cabe exclusivamente à comunidade local um amplo processo de participação na criação das alternativas dos diferentes caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento do turismo.

Segundo Sessa (1982) o turismo constitui-se em uma atividade produtiva e geradora de emprego, fatores de relevância para o desenvolvimento de certas regiões. Por apresentar este tipo de atividade, há vantagem de se caracterizar como um “produto” que será consumido em regiões menos desenvolvidas, muito embora grandes centros também necessitem deste tipo de incremento em suas receitas.

Estas características possibilitam fazer do turismo uma ferramenta de transferência de recursos de regiões mais ricas para regiões mais pobres proporcionando assim conforme diz Palomo (1979), um equilíbrio entre regiões,

melhorando sobremaneira as condições de vida das localidades mais atrasadas, seja pelo avanço em infra-estrutura, seja pelo crescimento de outras atividades associadas a ele.

Uma peculiaridade da atividade turística, segundo Dias (2003) é a utilização dos recursos naturais e culturais na composição de um produto comercializável que não pode ser transferido e nem consumido a não ser no local de origem, pois deste modo o turismo pode gerar ganhos os quais deverão ser administrados pela própria comunidade que integra o produto turístico da região.

Os impactos decorrentes das receitas geradas pelo turismo, para Dias (2003), causam efeitos diretos e indiretos na economia sendo considerado multiplicador econômico. As despesas dos visitantes acarretam no surgimento de uma renda que por sua vez gera consumo, criando-se assim um ciclo contínuo de despesa e renda por toda a economia da sociedade envolvida, surgindo o incremento no número de empregos, que conseqüentemente exigirá um aumento de infra-estrutura e assim multiplicando também o capital da sociedade.

### **3.2 O TURISMO SUSTENTÁVEL**

O Turismo Sustentável pode ser compreendido como um segmento do Turismo que tem apresentado altos índices de crescimento, sendo uma tendência atual. Isso implica em uma demanda crescente de turistas para áreas naturais, em busca de um maior contato com a natureza.

Nestas áreas, o turismo pode ser considerado como uma ferramenta de conservação dos recursos naturais existentes. Então, como conservar estes recursos e, ao mesmo tempo, tornar viável a crescente prática do turismo sustentável?

O equilíbrio para este impasse pode ser obtido através de um planejamento consciente, que consiste em ordenar as ações do homem sobre o território, buscando a preservação das áreas naturais através de estratégias de desenvolvimento turístico sustentável.

Uma das grandes opções de áreas naturais são as Áreas de Proteção Ambiental. Estas são áreas que por possuírem relevantes atributos ecológicos, necessitam de uma maior proteção para seus recursos e o turismo sustentável

nestas áreas poderia ser implantado com a ajuda de estratégias de desenvolvimento turístico.

Este tema somente recebeu uma maior atenção das pessoas na década de 70 (Ansarah, 2001), e atualmente, vêm sendo direcionado ao turismo com a intenção deste transformar-se em uma ferramenta de conservação dos atrativos naturais.

O turismo, com o passar dos anos, evoluiu com o avanço tecnológico que proporcionou meios de transporte mais rápidos e confortáveis e, também, com a Revolução do Trabalho que proporcionou o aumento de tempo livre, férias e maior renda.

Afirma Sartor (1977, p. 19), "o turismo é considerado um fenômeno ligado à civilização moderna. É entendido como uma atividade temporal do homem fora de sua residência habitual, por razão diferente daquela de exercer uma atividade remunerada".

Segundo Ansarah (2001)

"o estudo do turismo deve ser direcionado para o desenvolvimento sustentável, conceito essencial para alcançar metas de desenvolvimento sem esgotar os recursos naturais e culturais nem deteriorar o meio ambiente. Entende-se que a proteção do meio ambiente e o êxito do desenvolvimento turístico são inseparáveis".

Ansarah (2001, p. 30)

Desta forma, surge o conceito de turismo sustentável que é aquele que ocorre em harmonia com a natureza e que visa a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Segundo Swarbrooke (2000)

Formas de [práticas do] turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades.

Swarbrooke (2000, p. 19)

O turismo sustentável apresenta vários benefícios para o ambiente natural. Ainda Swarbrooke (2000)

Ele estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano; incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema; demonstra a importância dos recursos naturais e culturais e pode ajudar a preservá-los.

Swarbrooke (2000), p.14)

O turismo sustentável deve garantir a proteção dos recursos naturais das áreas e também gerar renda para as mesmas, a fim de tornar esta preservação possível.

### **3.3 PLANEJAMENTO CONSCIENTE**

Planejar é o processo que se destina a produzir um ou mais futuros desejados. Seguindo este parâmetro, para planejar são necessários definir políticas e processos de implementação de equipamentos e atividades e seus respectivos prazos.

Um planejamento turístico deve maximizar os benefícios sócio-econômicos e minimizar os custos, visando o bem estar da comunidade receptora e a rentabilidade dos empreendimentos do setor.

A atividade turística possui, como a maior parte das atividades econômicas e sociais, a capacidade de promover impactos de ordem positiva e negativa. É baseado nisto que, diversos estudiosos vem se preocupando em tornar pública a importância da preservação e do planejamento, de forma concreta e permanente.

Os incentivos à estimulação da efetiva parceria entre órgãos de preservação e turismo são cada dia mais comuns. Isto por que o conceito de sustentabilidade vem tendo uma grande divulgação. De certo, convencer a comunidade da importância da preservação não é tarefa simples. Para isso, os planejadores necessitam mostrar, com exemplos reais, que, com a revitalização, a cultura é reforçada e todos são beneficiados.

O envolvimento da comunidade define o rumo do planejamento que, se não contar com o apoio desta, está fadado a declinar. Cada tipo de recurso requer uma forma específica de intervenção. Existem áreas como parques naturais, que pedem preservação permanente, e que o turista possui áreas restritas de visitação, para garantir a sobrevivência das espécies.

Com enorme crescimento nos últimos anos, o turismo tornou-se uma das áreas que mais oferecem novos empregos, contudo cresceu desordenadamente e agora necessita urgentemente de uma interven o, para que áreas degradadas sejam recuperadas e áreas em perfeito estado sejam preservadas. Isso é o que chamamos de desenvolvimento turístico sustentável. Na verdade, o que é desenvolvimento turístico sustentável?

É um tipo de desenvolvimento que busca compatibilizar o atendimento das necessidades sociais e econômicas do ser humano com as necessidades de preservação do ambiente, dos recursos naturais, da cultura e costumes, de modo que assegure a sustentabilidade da vida na Terra. Esta é a forma mais viável para sairmos da rota da miséria, exclusão social e econômica, consumismo, desperdício e degradação ambiental em que a sociedade humana se encontra.

Desta forma, o turismo deve estar aliado ao conceito de preservação, pois, seus impactos negativos são devastadores e provocam inúmeros conflitos. Constatamos que os visitantes, governantes, população e empresariado estão mais sensíveis à questão da preservação. É inegável que o tema tem sido cada vez mais discutido, que criaram-se políticas específicas e que as pessoas estão mais sensibilizadas sobre essas questões. No entanto, o que se faz, ainda, é insuficiente para produzir mudanças de mentalidade que são necessárias.

Cada vez mais temos a certeza que, para garantir a qualidade desta atividade, a solução é colocar em prática alguns dos principais objetivos do planejamento turístico: prover os incentivos necessários para estimular a implementação de equipamentos e serviços turísticos, tanto para as empresas públicas como para as privadas, minimizar a degradação dos locais e recursos sobre os quais o turismo se estrutura e proteger aqueles que são únicos, capacitar os vários serviços públicos para atividade turística, a fim de que se organizem e correspondam favoravelmente quando solicitados, garantir a introdução e o cumprimento dos padrões reguladores exigidos da iniciativa privada e garantir que a imagem da destinação se relacione com a proteção ambiental.

O resultado esperado por parte dos órgãos planejadores do turismo é de que as cidades receptoras consigam a sustentabilidade econômica, preservem a cultura e o meio ambiente e garantam a aprovação por parte da comunidade.

E é neste contexto que entra a interpretação do patrimônio, como aliada no processo de preservação, resgate de tradições e manutenção da memória local.

Dessa maneira, o planejamento é alcançado como nos diz Ansarah (2001)

consiste em um conjunto de atividades que envolvem a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem como objetivo o aprisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades.  
Ansarah (2001, p. 66)

O planejamento turístico deve ordenar as ações do homem sobre o território a fim de evitar que este cause danos irreparáveis para o meio ambiente, através de construções inadequadas que destruam a atratividade da área e também, dos impactos ambientais como pisoteamento excessivo, poluição e acúmulo de lixo.

Este planejamento deve ser ecologicamente suportado, direcionar o comportamento dos turistas para a educação ambiental e capaz de gerar benefícios, tanto econômicos, quanto ambientais.

Deve também respeitar áreas frágeis, desenvolvendo o controle da capacidade de carga de cada uma delas. Este controle serve para limitar o número de turistas por dia, mês e ano que cada área pode suportar antes que ocorram danos de carga é feito da seguinte forma:

Número de turistas (dia/estação/ano)

Hectare ou acre

Fonte: Haymond, citado por Ruschmann (1997, p.116)

Calcula-se o número de turistas pela totalidade de pernoites dos visitantes em determinada área ou em determinado equipamento turístico.

### **3.4 ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

As áreas de proteção ambiental estão inseridas em um sistema maior, denominado de Unidades de Conservação - UC.

Este sistema abrange, segundo a Revista Visão e Ação (2000)

um elenco de categorias de manejo que protege toda a diversidade de ecossistemas do país, bem como a diversidade de ambientes cênicos e de belezas naturais, o patrimônio genético, as espécies raras ou em perigo de extinção, e outros aspectos naturais e culturais.  
Revista Visão e Ação (2000, p. 65)

As Unidades de Conservação estão divididas em duas categorias: as Unidades de "Proteção Integral" e as Unidades de "Uso Sustentável".

As primeiras possuem o objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei. Engloba as seguintes categorias de manejo:

- Estação Ecológica;
- Reserva Biológica;
- Parque Nacional;
- Monumento Natural;
- Refúgio da Vida Silvestre.

Destas, apenas nas três últimas tipologias a visitação é permitida, desde que sujeita às normas do Plano de Manejo.

A outra categoria das UCs é de "Uso Sustentável", cujo objetivo é o de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais. Essa tipologia engloba as seguintes categorias de manejo:

- Área de Proteção Ambiental;
- Área de Relevante Interesse Ecológico;
- Floresta Nacional;
- Reserva Extrativista;
- Reserva de Fauna;
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
- Reserva Particular de Patrimônio Natural.

Todas estas áreas podem ser utilizadas para o uso racional dos recursos naturais, podendo, dessa forma, desenvolver o turismo sustentável.

A atividade turística nestas áreas gera tanto impactos ambientais positivos quanto negativos. Os primeiros podem ser elencados como a sustentação econômica da área, aumento da oferta de atividades de lazer e recreação e aumento da fiscalização. E os segundos como pisoteamento excessivo, depredação da flora e da infra-estrutura, desaparecimento da fauna em razão do barulho e aumento do lixo.

Assim, o turismo deve ser capaz de minimizar os impactos negativos a fim de proteger e conservar os recursos naturais protegidos através de um planejamento consciente e ordenados que busque benefícios para a área.

### **3.5 ALGUMAS PROPOSTAS DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL PARA ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL**

A criação de áreas de proteção ambiental e demais áreas naturais protegidas tem sido um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza ou a cultura, tendo como principal objetivo a preservação de espaços com atributos ecológicos e/ou culturais importantes.

O Planejamento para estas áreas protegidas possui diversas finalidades já citadas como, a preservação e conservação dos recursos naturais e o ordenamento do uso da terra.

Neste item duas estratégias para o planejamento das áreas protegidas serão citadas, a do autor Hawkins (1995) e a do autor Molina (1998).

O objetivo de Hawkins é “criar uma estratégia para estas áreas que desejam melhor administração para os turistas.”

Esta estratégia implica em avaliar a situação atual da área, determinar o turismo desejado e identificar os passos para concretizá-lo e escrever um documento sobre a estratégia escolhida.

Existem três fases que constituem o processo de criação de uma estratégia ecoturística para uma área protegida, que são:

- 1ª Fase - Avaliar a situação atual.

Esta fase é responsável pela coleta de informações, começando com o exame da área (recursos naturais, infra-estrutura, sistema de visitação e quadro de funcionários).

Estas informações podem ser obtidas através de pesquisa de fontes primárias, de entrevistas e de coleta de dados de fontes secundárias. Estas fontes de informações podem ser: autoridades e funcionários da área, autoridades e documentos governamentais, comunidades locais, setor privado e representante da indústria do turismo e organizações conservacionistas.

- 2ª Fase - Determinar o nível de turismo desejado e criar um plano.

Esta fase constitui-se de um workshop formado por um grupo heterogêneo, com o objetivo de analisar a atual situação do turismo na área, decidir como ela pode ser aprimorada e criar um plano para isso.



O grupo procurará chegar a um consenso sobre o número desejável de turistas e de atividades turísticas na área. Deve haver um equilíbrio entre interesses diversos, tais como a conservação dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades locais, a melhoria da balança comercial e o enriquecimento da experiência dos turistas.

Após isso, uma estratégia turística deve ser criada que deverá consistir de um plano de ação que estabeleça os passos necessários para se obter e gerenciar o nível desejado de turismo. Esta estratégia deverá incluir uma lista de atividades necessárias para desenvolver o turismo no parque.

O workshop tem quatro objetivos:

- Reunir representantes de vários setores em torno de metas que promovam o desenvolvimento da indústria do turismo na área;
  - Criar um elo entre os grupos e formar uma comissão turística para a área;
  - Identificar o melhor programa para o desenvolvimento do turismo;
  - Determinar a estratégia para viabilizar esse programa.
- 
- 3ª Fase - Escrever um documento sobre a estratégia turística.

Uma vez que o grupo determina uma estratégia, é preciso que alguém seja indicado para registrar, publicar e divulgar as informações. Pois dessa maneira a estratégia turística poderá chegar ao conhecimento de várias fontes potenciais de recursos financeiros, doadores e investidores que possam oferecer assistência técnica para a administração do parque a fim de viabilizar a estratégia.

A estratégia turística preencherá outra função: tornar-se-á o plano turístico oficial da área. Todo incremento ou atividade turística deverá seguir as diretrizes estabelecidas no plano.

O objetivo do autor Molina (1998) é “de criar uma metodologia para o desenvolvimento de áreas protegidas. Esta metodologia chama-se Limites aceitáveis de Mudança (LAC).” – (Acceptable Limits of Change).

Esta metodologia é um sistema para a administração e o manejo de áreas protegidas, a partir do reconhecimento do impacto que gera todo o uso humano nos ecossistemas.

Os princípios do LAC são os seguintes:

- A administração adequada está em função dos objetivos, ou seja, definir com clareza os objetivos que serão seguidos;
- A diversidade dos recursos e circunstâncias sociais são inevitáveis nas áreas naturais, o qual obriga a planejar seu desenvolvimento de modo único;
- A administração é influenciada pelas mudanças induzidas pelo homem, conseqüentemente a origem da aceitação ou rejeição por parte dos visitantes encontra-se em decisões humanas que afetam a administração de uma área;
- Os impactos nos recursos e nas circunstâncias sociais são uma conseqüência inevitável do uso humano; conseqüentemente a ênfase deve ser orientada não para a prevenção do impacto, mas para a administração das mudanças, tendo em vista aquilo que é aceitável;
- São diversas as variáveis que condicionam a relação uso/impacto de uma área; conseqüentemente deve-se fazer um panorama completo das relações biofísicos e sociais antes de realizar um plano de manejo;
- Uma grande quantidade de problemas relacionados à administração não depende do uso intensivo de uma área, mas aquela deve às soluções errôneas até a vantagem das oportunidades;
- O limite de uso de uma área é uma das várias opções para sua administração, geralmente é uma decisão contraditória com as possibilidades de uso que esta oferece;
- O monitoramento é essencial na administração profissional, porque permite conhecer as atuais condições e ajuda a identificar ações para resolver problemas;
- A tomada de decisões deve separar as decisões técnicas dos julgamentos de valor, entendendo como parte do primeiro tipo o projeto de um centro de visitantes e do segundo tipo as facilidades que a área deve oferecer.

A metodologia do LAC reconhece que a mudança é natural e inevitável, e também uma conseqüência dos usos e funções que o homem atribui às áreas naturais.

As mudanças aceitáveis não surgem somente de uma perspectiva técnica e exclusivamente científica produzida pelos administradores e investigadores, mas também surgem da visão da Comunidade. A seqüência das etapas que formam o sistema de planejamento LAC são os seguintes:

- 1) Identificar inquietudes e oportunidades. Esta fase consiste em determinar os valores ecológicos, históricos, recreativos, turísticos ou educativos da área, e também identificar as necessidades e preocupações da Comunidade, os usos da terra, as condições da área e os impactos negativos e positivos que se registram.
- 2) Definir e descrever as classes de oportunidades. Nesta etapa são estabelecidas as atividades que são possíveis desenvolver-se com a definição das áreas específicas nas quais podem ser impulsionadas.
- 3) Selecionar indicadores biofísicos e sociais. Os indicadores fornecem informação específica sobre o que está acontecendo em cada parte da área protegida. Entre os indicadores biofísicos se encontram os que permitem conhecer as condições do solo, da vegetação, da água, ... Os indicadores sociais se referem ao número de visitantes, atividades que são desenvolvidas, tamanho dos grupos, número de acampamentos,...
- 4) Inventário das condições atuais. Neste estágio o comportamento histórico dos indicadores biofísicos e sociais será registrado, feito exame de aproximadamente dez anos precedentes até o presente ou o momento em que o desenvolvimento da área é planejado.
- 5) Especificação de Padrões. Nesta etapa se decidem as mudanças aceitáveis através da definição de padrões para cada parte ou porção territorial da área protegida. Os padrões a serem especificados são de tipo biofísico e de caráter social, de acordo com o item 3.
- 6) Identificar alternativas para as classes de oportunidades. Consiste no manejo específico que se dará a diferentes porções territoriais da área, portanto implica em um zoneamento em que um manejo específico é atribuído a cada zona.
- 7) Identificação de ações de manejo. Estas ações resultam no contraste dos padrões atuais e os padrões desejados. Para alcançar o padrão desejado

requer-se uma série de ações que devem ser programados e avaliados em termos de efetividade.

- 8) Seleção de alternativas. Nesta etapa do processo efetua-se uma seleção de alternativas preferidas, das ações consideradas mais adequadas pelos profissionais, pelos visitantes e pela Comunidade. Entre os critérios a considerar para selecionar as ações estão: povos afetados, praticidade, custos, potencial dos conflitos.
- 9) Implantação da alternativa selecionada e monitoramento. Nesta etapa os esforços dirigem-se para a instrumentação das ações e para a medida dos resultados obtidos. Implica em capacitar os monitores, decidir quais indicadores serão medidos e criar os sistemas de registro.

Cada vez mais as áreas naturais estão ficando escassas no mundo. Mas atualmente as pessoas estão preocupadas com o futuro do meio ambiente e estão à procura de conservação dos recursos naturais para a qualidade de vida das gerações futuras.

Estas áreas naturais vêm sendo procuradas e visitadas pelas pessoas que desejam ter um maior contato com a natureza. Desta forma, o turismo sustentável surge como uma ferramenta de conservação dos recursos naturais e como uma opção econômica para facilitar e tornar real esta preservação.

Mas o turismo sustentável somente poderá ser fomentado nestas áreas, se estas possuírem um planejamento consciente e ordenado, capaz de causar o mínimo impacto ambiental possível.

De nada adianta implantar um planejamento turístico sustentável nas Áreas de Proteção Ambiental se os administradores e os turistas não possuírem um conhecimento da importância e dos benefícios da prática do turismo.

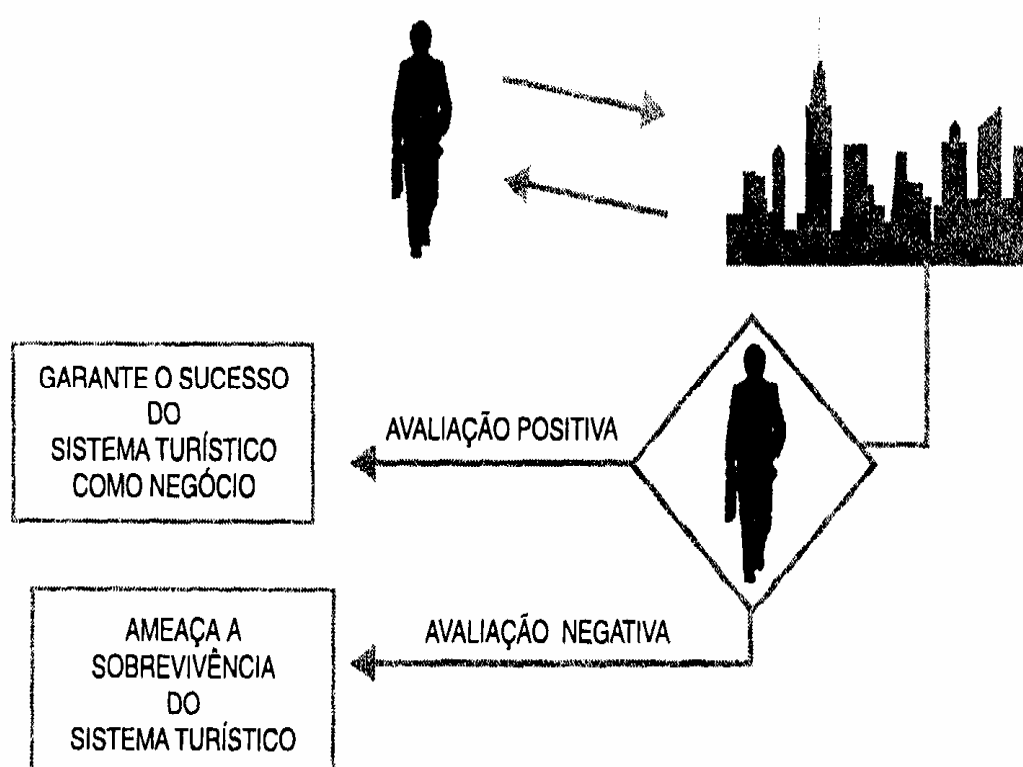
O turismo nestas áreas implica em um planejamento ordenado e sustentável para assim auxiliar na conservação e preservação dos recursos naturais possibilitando a geração de renda para a área através do fomento do turismo.

### **3.6 O TURISMO COMO SISTEMA**

Para Petrocchi (1998) quando um turista visita pela primeira vez uma cidade, inicia-se assim, um processo de interação entre este indivíduo e o próprio local

visitado, pois esta cidade é integralmente considerada um sistema turístico, com seus prédios, ruas, atrativos turísticos e habitantes, sendo que o visitante é basicamente o cliente desta relação, visto que ele vai agregar receitas que alimentarão os negócios desta localidade. Por conseguinte, este sistema deve garantir a qualidade dos produtos e serviços colocados à disposição dos turistas conforme Figura 1 a seguir.

**Figura 1 – Avaliação do turista**



Fonte: Petrocchi (1988, p.53)

Para Beni (1998) entende-se como sistema um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios, logicamente ordenados e coesos a fim de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo.

Mas Miller apud Beni (1998) apresenta outra definição, destacando que sistema é um conjunto de unidades relacionadas entre si. A palavra conjunto, para ele, implica que as unidades possuem propriedades comuns, ou seja, o estado de cada unidade é controlado, condicionado ou dependente da situação das outras

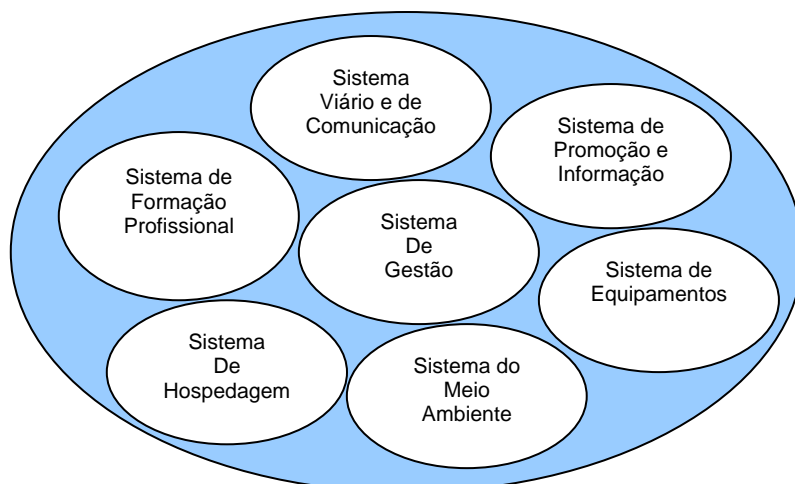
unidades. Assim, o conjunto encontra-se organizado em virtude das inter-relações entre as unidades, e seu grau de organização permite assumir a função de um todo que é maior do que a soma de suas partes .

Beni (1998) identifica algumas características básicas ao sistema, sendo elas:

- a) meio ambiente – são todos os aspectos que não compõem diretamente o sistema, porem exercem influências sobre a operação do mesmo;
- b) unidades ou elementos - são as partes que compõem o sistema;
- c) relações - são as inter-relações entre os elementos através de ligações que revelam os fluxos;
- d) atributos - qualidades atribuídas aos elementos ou ao sistema, a fim de caracterizá-lo;
- e) entrada (*input*) - tudo aquilo que o sistema recebe;
- f) saída (*output*) - produto final dos processos de transformação a que se submete o conteúdo da entrada;
- g) realimentação (*feedback*) - processo de controle para manter o sistema em equilíbrio;
- h) modelo - é a representação do sistema através da abstração para facilitar o projeto e/ ou análise do sistema. Tem por objetivo básico auxiliar o estudo do sistema, possibilitando uma maior abrangência e ao mesmo tempo permitindo a análise de causa e efeito entre seus elementos.

O turismo visto sob o prisma da *teoria geral dos sistemas* deve ser considerado como um *sistema aberto* facilitando desta forma múltiplas trocas, assim como também análises multidisciplinar e transdisciplinar. As relações estabelecidas a partir deste sistema podem ser estudadas e trabalhadas nas mais diversas disciplinas.

A seguir, apresenta-se o funcionamento do *sistema turístico* por meio de um modelo referencial com base na análise da oferta e procura, a partir do modelo da oferta e demanda de Roberto Boullón (1997) e complementado sob alguns aspectos com a proposta do Sistema de Turismo (SISTUR) de Mário Beni (1998).

**Figura 2 – Sistema turístico e seus subsistemas**

Fonte: Adaptado de Petrocchi (1998)

Este modelo permite a compreensão da atividade turística de forma sistêmica, certamente quanto maior o objeto de estudo mais complexo será o modelo. Para o presente estudo considera-se suficiente este modelo simplificado, uma vez que o principal objetivo está em verificar a possibilidade do desenvolvimento da atividade turística sob o prisma do “desenvolvimento sustentável”.

Para Petrocchi (1998) os sistemas sociais, como o turístico, se enquadram nos sistemas conhecidos como abertos, pelo fato de que este tipo de sistema interage com o meio externo de maneira dinâmica, recebendo deste meio diversas entradas (pessoas, materiais, recursos financeiros, recursos naturais, informação, entre outros) as quais são transformadas resultando em saídas (serviços, produtos, lazer, entre outros). O sistema aberto molda-se tanto ao meio através de mudanças estruturais quanto dos processos de seus subsistemas conforme Figura 2.

O planejamento deverá ser o indutor do desenvolvimento do turismo, porque segundo Petrocchi (1998) “a maioria dos municípios brasileiros com potencial turístico apresentam uma gama muito grande de carências, possibilitando assim, um grande espaço para o crescimento deste setor.” Cabe salientar que o planejamento deverá envolver toda a comunidade, pois a participação dos habitantes locais se faz extremamente necessário em virtude da conscientização desta população para a importância do turismo na região.

### 3.7 O TURISMO NO BRASIL

O crescimento do turismo no Brasil é notório, e nos últimos anos, tem possibilitado um crescimento econômico e, conseqüentemente, uma enorme geração de empregos diretos e indiretos que o torna impar perante outros setores da economia nacional. A receita líquida de viagens atingiu o valor de US\$ 37 milhões em setembro de 2002 – segundo fontes do Ministério do Planejamento, que apontam como o melhor desde 1992. No Nordeste, o setor já correspondia a mais de 6% do PIB, com grande efeito multiplicador. Apesar da escassez de dados sistematizados para o turismo em geral, verifica-se que o número de viagens aéreas domésticas dobrou e o de estabelecimentos de hospedagem aumentou em 40% nos últimos oito anos.

A consolidação da transformação da indústria turística no Brasil tem se refletido principalmente no que toca a qualidade das viagens. Dados da INFRAERO de desembarque de passageiros de vôos domésticos mostram que o número de passageiros desembarcados cresceu de 16,8 milhões em 1995 para mais de 32 milhões em 2001 (incremento de 94%). Além disso, tem havido uma mudança na qualidade do tipo de hospedagem. Segundo dados da Embratur, estima-se que a proporção de turistas que passaram a se hospedar em hotéis ou pousadas, ao invés de na casa de amigos ou parentes, aumentou em 49% entre 1998 e 2000.

Infelizmente, comparados aos de outros setores da economia, de relevância até menos significativa, os dados estatísticos da atividade turística no Brasil são relativamente escassos e pouco sistematizados.

**Tabela 3 – Fluxo de viajantes para o Brasil**

<b>Fluxo de Viajantes Internacionais Para o Brasil 1993-2001</b>					
<b>Número de Turistas (em milhões)</b>					
<b>Ano</b>	<b>No Mundo</b>	<b>Na América do Sul</b>	<b>No Brasil</b>	<b>Incremento 1993-100%</b>	<b>Proporção no Mundo</b>
<b>1993</b>	<b>519,0</b>	<b>11,5</b>	<b>1,6</b>		<b>0,3</b>
<b>1994</b>	<b>550,5</b>	<b>10,8</b>	<b>1,9</b>	<b>119%</b>	<b>0,3</b>
<b>1995</b>	<b>565,5</b>	<b>11,8</b>	<b>2,0</b>	<b>125%</b>	<b>0,4</b>
<b>1996</b>	<b>596,5</b>	<b>12,9</b>	<b>2,7</b>	<b>169%</b>	<b>0,5</b>
<b>1997</b>	<b>610,5</b>	<b>13,5</b>	<b>2,8</b>	<b>175%</b>	<b>0,5</b>
<b>1998</b>	<b>626,6</b>	<b>15,5</b>	<b>4,8</b>	<b>300%</b>	<b>0,8</b>



<b>1999</b>	<b>650,2</b>	<b>15,1</b>	<b>5,1</b>	<b>319%</b>	<b>0,8</b>
<b>2000</b>	<b>697,3</b>	<b>15,5</b>	<b>5,3</b>	<b>331%</b>	<b>0,8</b>
<b>2001</b>	<b>688,6</b>	<b>14,4</b>	<b>4,8</b>	<b>300%</b>	<b>0,7</b>

Fonte: Organização Mundial de Turismo

O número de passageiros em vôos internacionais cresceu 80% entre 1993 e 2001. segundo dados da OMT, o número de turistas que entrou no País aumentou ainda mais, passando de 1,6 milhões em 1993 para 4,8 milhões em 2001, equivalente a um crescimento de 200%. A participação do País no total das chegadas de turistas (dados mundiais), apesar de ainda pouco expressiva, também mais do que duplicou entre 1994 e 2001, passando para 0,7 do total de chegadas em 2001.

O cruzamento dos dados da OMT com os que indicam as principais cidades visitadas pelos turistas estrangeiros – levantamento EMBRATUR – aponta para uma transformação nos pólos de atração turística. Houve uma elevação da participação de cidades do Nordeste, com a redução do peso de destinos tradicionais como Rio de Janeiro. Note-se que, apesar de uma proporção significativa dos turistas ainda passarem no Rio (29% em 2001), Salvador foi o destino de 11% das viagens de estrangeiros em 2001, contra apenas 9% em 1995; o aumento no caso de Recife foi ainda mais expressivo, passando de 5,7% para 7,3%.

Combinado com o aumento do número absoluto de turistas, o aumento da participação dessas cidades significa que o número de turistas estrangeiros tanto em Salvador como em Recife mais que triplicou no período.

#### **Tabela 4 – Vôos regulares e domésticos**

##### **Desembarque de Passageiros de Vôos**

Domésticos – 1992/2001

<b>Número de Passageiros (em milhões)</b>					
<b>Ano</b>	<b>Vôos Regulares</b>	<b>Incremento(%)</b>	<b>Vôos não Regulares</b>	<b>Incremento(%)</b>	<b>Total</b>
<b>1992</b>	<b>12,16</b>	<b>-</b>	<b>0,48</b>		<b>12,65</b>
<b>1993</b>	<b>12,46</b>	<b>2,44%</b>	<b>0,66</b>	<b>37,97%</b>	<b>13,10</b>
<b>1994</b>	<b>13,04</b>	<b>4,61%</b>	<b>0,15</b>	<b>76,75%</b>	<b>13,19</b>
<b>1995</b>	<b>15,14</b>	<b>16,14%</b>	<b>1,62</b>	<b>951,89%</b>	<b>16,76</b>
<b>1996</b>	<b>18,10</b>	<b>19,53%</b>	<b>1,43</b>	<b>-11,61%</b>	<b>19,53</b>
<b>1997</b>	<b>19,86</b>	<b>9,66%</b>	<b>1,42</b>	<b>-0,35%</b>	<b>21,28</b>
<b>1998</b>	<b>24,82</b>	<b>25,04%</b>	<b>1,69</b>	<b>18,06%</b>	<b>26,54</b>

<b>1999</b>	<b>24,97</b>	<b>0,60%</b>	<b>1,77</b>	<b>4,86%</b>	<b>26,74</b>
<b>2000</b>	<b>26,45</b>	<b>5,95%</b>	<b>2,07</b>	<b>16,89%</b>	<b>28,52</b>
<b>2001</b>	<b>30,06</b>	<b>13,65%</b>	<b>2,54</b>	<b>22,76%</b>	<b>32,60</b>

Fonte: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO

Talvez mais notável que a mudança no turismo externo seja aquela experimentada pelo turismo interno na última década. Segundo estudos da EMBRATUR, também tem havido significativo aumento do número de turistas que usam o automóvel, refletindo desta forma o crescimento dos detentores desse tipo de transporte em especial entre as camadas mais pobres da população. O aumento da participação do avião e do automóvel tem resultado em uma diminuição da proporção de turistas que usam o ônibus de linha.

Outra mudança de grande significado foi o crescente uso de hotéis e pousadas, correspondendo ao aumento da oferta destes serviços e dos hábitos da população. Segundo dados obtidos por intermédio da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego, o número de estabelecimentos na área de alojamentos cresceu de 12,6 mil em 1994 para 17,9 mil no ano de 2000, significando evolução superior a 42%. No mesmo período, o número de pessoas diretamente ocupadas nesses estabelecimentos passou de 149,4 mil para 197,3 mil (mais de 32% de aumento).

**Tabela 5 – Empregados e estabelecimentos ligados ao turismo**

<b>Número de Estabelecimentos e Empregados em Atividades Turísticas – 1994/2000</b>					
<b>Ano</b>	<b>Estabelecimentos</b>		<b>Empregados</b>		<b>Empregados nas atividades Turísticas na PEA (1000)</b>
	<b>(1000)</b>	<b>1994 = 100%</b>	<b>(1000)</b>	<b>1994 = 100%</b>	
<b>1994</b>	<b>83,4</b>	<b>-</b>	<b>703,4</b>	<b>-</b>	<b>2.619,1</b>
<b>1995</b>	<b>97,1</b>	<b>116,4%</b>	<b>911,4</b>	<b>129,6%</b>	<b>3.410,4</b>
<b>1996</b>	<b>105,2</b>	<b>126,1%</b>	<b>882,2</b>	<b>125,4%</b>	<b>3.261,2</b>
<b>1997</b>	<b>113,9</b>	<b>136,5%</b>	<b>926,7</b>	<b>131,7%</b>	<b>3.489,9</b>
<b>1998</b>	<b>117,9</b>	<b>141,3%</b>	<b>936,8</b>	<b>133,2%</b>	<b>3.659,8</b>
<b>1999</b>	<b>144,7</b>	<b>173,5%</b>	<b>1.189,0</b>	<b>169,0%</b>	<b>4.758,9</b>
<b>2000</b>	<b>150,2</b>	<b>180,1%</b>	<b>1.241,7</b>	<b>176,5%</b>	<b>4.569,5</b>

Fonte: Departamento de Emprego e Salário – Ministério do Trabalho e Emprego

De modo mais geral, a maior parte das estimativas sugere que mais de 4 milhões de pessoas trabalham em atividades ligadas ao turismo, representando significativa fração da população economicamente ativa (PEA).

A importância do setor turístico se reflete também em estimativas que associam cada quarto de hotel a 0,4 a 2 empregos diretos. Segundo padrões internacionais, é possível gerar um emprego no setor de restaurantes com cerca de US\$ 10 mil. De modo mais geral, a OMT estima que cada dólar investido em turismo por um País dá retorno de seis dólares.

## CAPÍTULO 4

### A SAGA MISSIONEIRA

---

Na tarde quente de verão do ano de 1756, mais precisamente no dia 07 de fevereiro, ouviu-se nas coxilhas missioneiras, o grito de dor arrancado do peito daquele que com sua bravura e coragem defendia seu povo dos ataques Espanhóis e Portugueses, fazendo sistemática resistência ao mal fadado tratado de Madri. Morria Sepé Tiaraju e com ele iniciava-se o fim dos sonhos dos Guaranis.

Já não se ouvia mais o suave toque de flautas nem as vozes dos corais que em volta da fogueira, sob o comando dos padres Jesuítas, fizeram florescer e desenvolver verdadeiras cidades,

...algumas com mais de dez mil habitantes. Todas com uma organização urbana, social e administrativa de fazer inveja às demais cidades espanholas da época, na América. Agindo de forma independente, mas unidas por um mesmo "sistema" político, cuja pedra basilar era o padre jesuíta...

(Mário Simon, 2004, p. 13)

Comunidades simples mas fraternas, nos legaram seus exemplos de humanidade estribados por um sistema de trabalho coletivo em que o solidarismo assegurava a todos um bom padrão de vida, sem problemas de sobrevivência, onde não haviam pobres, nem vagabundos, nem anciões ou menores abandonados, onde o crime era raro e não faltava guarida ao transeunte que por ali passasse.

Mas para que possamos entender o porquê tais comunidades foram dizimadas de forma tão covarde e cruel é preciso nos reportar no tempo para o ano de 1494, quando na Europa, Portugal e Espanha disputavam palmo-a-palmo em uma corrida marítima a busca de novas terras, novos continentes e acima de tudo um caminho mais curto que os ligasse às Índias, o El dourado comercial existente na era das navegações.

#### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O reconhecimento do continente africano e sua exploração tornou Portugal uma das coroas mais ricas da Europa. Os lucros absolutos de Gênova e Veneza, fruto do monopólio do ouro do Sudão e de rotas mercantis do Mediterrâneo, estavam abalados. E agora era a Espanha que se via cercada, tornando-se, então, a mais séria concorrente de Portugal na disputa pelas novas terras encontradas no oceano Atlântico.

Foi no decorrer do périplo (viagem de circunavegação em torno de um país ou de um continente) africano que começou a ser delineado o Tratado de Tordesilhas. Por volta de 1474 a Espanha havia se apossado das ilhas Canárias, a oeste do norte da África, entre as ilhas da Madeira e as de Cabo Verde, um ótimo trampolim para a Guiné que tantos lucros estavam levando a Portugal. Mas, infelizmente para os Espanhóis, não podiam ir mais ao sul do que isso em função do clero e suas bulas papais.

D. João II (de 1481 a 1495), sucessor de D. Afonso V, herdou a coroa portuguesa seguro de suas fronteiras, mas intranquilo quanto ao fiel cumprimento do tratado. O Príncipe Perfeito, como era chamado D. João II, desconfiava que o tratado de Alcáçovas (primeiro acordo de paz entre Portugal e Espanha) estivesse sendo seguido pelos castelhanos só pelo temor da excomunhão, com a qual o papa punia os descumpridores de suas ordens, o que não significava pouco. Julgava estar seguro até então porque a maioria dos navegadores acreditava que as terras da África se prolongassem infinitamente para o sul, não dando passagem para as tão almejadas Índias. O próprio rei de Portugal não estava certo da existência dessa passagem. Tanto que pensou em patrocinar o projeto de um Genovês chamado de Cristóvão Colombo, que vivia em Lisboa já alguns anos.

Pelo projeto, Colombo desejava chegar às Índias não pelo sul da África, e sim cruzando o oceano Atlântico. As intenções do rei se reforçaram com o fim das expedições de Diogo Cão, que só conseguiram chegar ao litoral do Congo até 1485. D. João II decidiu-se antes, porém, pelo patrocínio a outro navegante Português, Bartolomeu Dias, em 1487, apostando mais uma vez nos estudos realizados na Escola de Sagres.

Quando Bartolomeu Dias regressou a Portugal com a excelente notícia da passagem para as Índias pelo Cabo das Tormentas, cujo nome foi mudado para

Cabo da Boa Esperança, D. João II arquivou definitivamente o projeto de Colombo. A manutenção dos mapas como segredo de Estado era cuidado sempre tomado pelo rei de Portugal e estaria mais uma vez justificada.

Ao ser de novo posto na reserva em Portugal, Cristóvão Colombo colocou-se a serviço dos castelhanos. Apoiado pelos Reis Católicos, Fernando e Isabel, da Espanha, e patrocinado por um riquíssimo banqueiro catalão, Colombo conseguiu atravessar o Atlântico, atracando em terras novas, a futura América, em 1492. Em nome da Coroa Espanhola, tomou posse das terras recém descobertas por ele.

A descoberta ou, como preferem alguns, a redescoberta das terras a oeste do oceano Atlântico colocou em xeque as sutis linhas dos acordos de paz. Se Colombo podia chegar às terras além do Atlântico, o que poderia ser dito de suas possibilidades de atracar ao sul de Guiné, na África, e, com isso, ameaçar o monopólio português na região? E mais, a existência daquelas terras aumentava as possibilidades dos castelhanos de chegar às Índias pelo outro lado antes dos portugueses, embora em Portugal já se duvidasse que a terra fosse tão pequena.

## 4.2 O TRATADO DE TORDESILHAS

No final do século XV, portanto, as bravuras dos Reis Católicos preocupavam D. João II de Portugal. Fernando e Isabel já haviam apelado ao papa Alexandre VI espanhol, para que ele revisse os acordos e novamente mediasse a disputa pelas terras. O papa fez, então, outra bula, a *Intercoetera*, em 1493, pela qual concedeu à Espanha as terras descobertas e por descobrir situadas a oeste do meridiano que passava a 100 léguas da ilha mais ocidental do arquipélago de Açores.

Ora, se antes o papa havia dividido o mundo, por assim dizer, entre Portugal e Espanha com uma linha horizontal, voltava agora a reparti-lo entre os dois reinos, só que dessa vez com uma linha vertical. As terras situadas à esquerda dessa linha (a oeste) ficariam com a Espanha. À direita (a leste), continuariam com Portugal.

D. João II reagiu, procurando generalizar o Tratado de Alcáçovas. Insistiu que o papa ampliasse a favor de Portugal os direitos adquiridos pela linha divisória a fim de que eles alcançassem também as terras do além-Atlântico, no sentido horizontal, sugerindo que a nova linha demarcatória de bula fosse afastada de 100 para 370 léguas a oeste de Cabo Verde.

A Espanha rejeitou terminantemente a primeira proposta de D. João II. Insistia na divisão longitudinal, por meridianos, ou, para ficar ainda mais claro, por uma linha vertical. Acreditava que, assim, garantiria a posse das terras recém descobertas do outro lado do atlântico. O papa adotou uma solução intermediária: reuniu os reis na cidade de Tordesilhas e fez com que assinassem uma nova bula em 7 de junho de 1494.

Por essa bula, conhecida por Tratado de Tordesilhas, o papa fez a divisão por um meridiano, como queria a Espanha, passando a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, como queira Portugal.

À Espanha coube a parte ocidental, ou seja, a oeste do meridiano. A Portugal, a parte oriental, a leste do meridiano. Os dois países se comprometiam a restringir suas explorações aos respectivos domínios e a entregar ao seu legítimo senhor as terras eventualmente descobertas no hemisfério alheio. Na verdade, essa linha cortava as terras brasileiras, até então desconhecidas, ao meio. O limite só foi ultrapassado muito tempo depois, pelos bandeirantes. Vale dizer que até hoje Espanha e Portugal comemoram esse acordo de paz com festividades simultâneas nos dois países.

### Quadro 1 – O Tratado de Tordesilhas



### 4.3 À CAMINHO DAS ÍNDIAS

À procura de um caminho próprio para a Ásia, a Coroa espanhola começou a explorar a América, enquanto a Coroa portuguesa contornava a África.

Na tentativa de alcançar as Índias pelo caminho mais curto, os reis espanhóis não seriam os únicos a ter problemas em terras recém-conquistadas. Antes de morrer, D. João II, de Portugal, armou o trajeto para o seu sucessor, D. Manuel I, o Venturoso (1495 a 1520).

Vasco da Gama é enviado para Calicute, no Sul da Índia, o grande armazém do mercado de especiarias e, apesar do fracasso diplomático, a empreitada, no entanto, fora lucrativa, pois sua expedição apresentou altíssimos lucros ao chegar em Lisboa em 1499, com porcelanas, sedas e tapetes. Além de garantir a Portugal a mais longa viagem marítima realizada até então.

Para que esses lucros se mantivessem era fundamental que os portugueses garantissem a supremacia nas rotas orientais da África. D. Manuel I, cumprindo a vontade de seu antecessor, contrariando boa parte dos integrantes da Coroa, determinou que se formasse a maior e mais bem equipada frota que já partira dos portos ibéricos. Para tanto foi escolhido o almirante Pedro Álvares Cabral, que partiu de Restelo, rumo às Índias, em 9 de março de 1500.

Soldado e diplomata o almirante Cabral era o segundo filho dos senhores de Castelo das terras de vila Belmonte, na Beira Baixa, títulos e terras conquistados pela família durante as guerras da revolta que levou o mestre de Avis, D. João I, ao trono de Portugal.

Com isso, aos onze anos, Cabral mudou-se para a corte. Estudou literatura, história, ciências, cosmografia e artes militares. Cinco anos depois com dezesseis anos apenas foi nomeado fidalgo da corte de D. João II. Entrou para o conselho do Rei no reinado de D. Manoel I e foi admitido na Ordem de Cristo (do infante D. Henrique). Estava com 33 anos quando foi escolhido para comandar a missão em Calicute.

Sua frota era composta de dez naus e três caravelas, chefiadas pelos navegadores Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho e Duarte Pacheco Pereira, apontado como um dos melhores cartógrafos e pilotos da época.

A expedição contava com cerca de 1500 homens, entre cosmógrafos, frades franciscanos, escrivães e outros funcionários. Eles tinham como missão fundar



feitorias nas Índias e criar bases comerciais permanentes na Ásia. Esse número era bastante significativo, já que Lisboa, na época, contava com cerca de 50 mil habitantes.

No dia 22 do mesmo mês, Cabral atingiu o arquipélago de Cabo Verde. No dia seguinte, a nau de Vasco de Ataíde desapareceu, e nunca mais foi encontrada. Foram, então, doze embarcações que se afastaram da costa africana, sempre rumando a sudoeste. Num documento escrito por Duarte Pacheco Pereira existe um indicador que o rumo era propositado, a mando do rei D. Manuel I, que queria certificar-se da existência de terras além-Atlântico dentro das 370 léguas a partir de Cabo Verde, das quais tomaria posse, conforme determinava o Tratado de Tordesilhas.

Firme nessa direção, no dia 21 de abril de 1500 os navegantes de Cabral avistaram os primeiros sinais de terra: erva na superfície das águas. No dia 22 viu-se, pela manhã, uma revoada de pássaros e à tarde, o primeiro grande monte, que Cabral chamou de Pascoal por estarem na semana seguinte à Páscoa. Ao enxergar terra firme, Cabral afirmou que aquela era a Vera Cruz, ou seja, a verdadeira cruz do juramento que fez aos homens que o seguiram, onde todos ficariam por dez dias, antes que prosseguissem a viagem para as Índias.

Ainda na tarde do dia 22 de abril de 1500 a esquadra ancorou a 6 léguas da costa. No dia 23 avançaram para meia légua, na foz de um rio que Nicolau Coelho recebeu a missão de explorar. Perto da praia, Coelho avistou os primeiros nativos. Eram os “índios” – nome batizado equivocadamente pelo navegador genovês, Cristóvão Colombo, quando em 12 de outubro aportou em San Salvador, pensando ter chegado às Índias, dando este nome aos nativos da ilha –.

Só no dia 24 a esquadra, seguindo ao norte, conseguiu lançar ferros numa enseada, chamada de Porto Seguro (mais tarde rebatizada de baía Cabralia), mas foi em 25 de abril que Cabral e seus capitães desembarcaram no recife batizado de Coroa Vermelha. Neste recife, no dia seguinte, um domingo, o franciscano Henrique Soares de Coimbra rezou a primeira missa no Brasil. Foi à tarde, depois de uma reunião na qual se decidiu levar a Portugal as notícias do descobrimento, que Cabral desembarcou no continente, sem idéia da dimensão das terras em que estava pisando pela primeira vez. O encarregado da missão foi Gaspar Lemos, que retornaria com o barco de mantimentos.

No dia 2 de maio, enquanto Gaspar Lemos voltava a Portugal levando consigo a carta de Pêro Vaz de Caminha, Cabral e o restante de sua frota partiram rumo às Índias com o firme propósito de cumprir a missão que lhes fora destinada por D. Manuel I. Ficaram em terra dois degredados. Durante bom tempo à costa brasileira serviu, exclusivamente, como apenas uma excelente aguada para os navios portugueses que rumavam para a Ásia.

#### **4.4 A NECESSIDADE DE COLONIZAR**

Interessados nas riquezas do novo mundo, portugueses e espanhóis disputavam cada palmo de terra e foram, aos poucos, traçando seus contornos. As expedições realizadas pelo Velho Mundo foram delineando o perfil do novo continente. Sempre atrás de metais preciosos ou especiarias que rendessem bons lucros, Portugal e Espanha quase intercalavam seus navios em alto-mar, cada qual rumando ao destino permitido pelo Tratado de Tordesilhas. A princípio, nem Espanha nem Portugal estavam interessadas nas novas terras, senão pela possibilidade de elas representarem um caminho mais curto para a Ásia.

A idéia, sem dúvida, contaminou Inglaterra e França, assim como as principais cidades mercantis da Itália. Por uma questão geográfica, e pelo desconhecimento de algumas técnicas mais avançadas de navegação, os ingleses, em especial empreenderam viagem pelo Atlântico Norte, não apresentando a princípio, nenhum perigo às novas terras lusitanas, o que já não se poderia afirmar da França.

A essa altura, as madeiras de tinturas como pau-brasil, começavam a fazer sucesso na Europa e a atrair comerciantes e corsários franceses. Enquanto D. Manuel I protestava em nome do tratado de Tordesilhas, o soberano francês, Francisco I, alegava desconhecer algum testamento de Adão que dividisse o mundo entre Portugal e Espanha.

Os portugueses que aumentassem seus cuidados nas terras descobertas, se quisessem manter a conquista.

A primeira idéia foi a de arrendar. O que efetivamente foi feito com o monopólio da extração e comercialização do pau-brasil a Fernando de Noronha. Nada porém afastava os visitantes indesejáveis: franceses e os espanhóis que chegavam ao estuário do rio da Prata em busca de uma passagem, ao sul do

continente, que os levasse para a Ásia. A passagem, o estreito de Magalhães, só foi encontrada em 1520, quando o português Fernão de Magalhães, a serviço da Espanha, fez a primeira viagem de circunavegação da Terra.

A segunda maneira adotada pela Coroa portuguesa para povoar as novas terras teve sua origem nas “Ordenações Manuelinas” que puniam com o degredo cerca de duzentos delitos, entre eles cortar árvores de frutos, comprar colméias para matar abelhas, trapaças em jogos, ofensas à realeza, infrações do código moral e perturbação da ordem pública.

Ao contrário das Índias, cujo comércio tornara-se a base da riqueza do Reino, os domínios americanos não justificavam nem grandes investimentos nem expectativas otimistas, o que justificava um certo descaso em relação à efetiva colonização apesar da ameaça dos castelhanos.

Esse quadro começou a mudar drasticamente com a conquista espanhola do México e do Peru. A notícia da abundância de ouro e de prata na América aguçou o interesse das poderosas monarquias que haviam ficado de fora da partilha do além-mar entre as Coroas ibéricas. Franceses e Ingleses primeiro, holandeses pouco mais tarde, multiplicaram seus esforços na busca das riquezas da América, ameaçando os domínios do rei de Portugal.

A colonização das terras americanas surgiu como única saída viável para enfrentar essa ameaça, sendo esta a terceira maneira adotada pela Coroa portuguesa para povoar as novas terras. Para tanto foi criado o governo-geral, com o qual o Estado português instalou-se na América, assumindo diretamente o comando da defesa, a distribuição da Justiça e a cobrança dos tributos que eram devidos ao rei.

Com a nova ordem veio a prosperidade. Cresceu o número dos engenhos de açúcar, sua produção aumentou, uma nova forma de riqueza despontou no universo colonial, gerada pelo trabalho escravo nas grandes plantações. No espaço de uma geração a colonização tornou-se um grande sucesso, garantindo lucros e de defesa eficaz contra a ameaça externa.

#### **4.5 A COMPANHIA DE JESUS**

Desde o início das Cruzadas, no século XI, tornou-se muito difícil separar o poder da igreja do poder dos reis.

As alianças entre o clero e a nobreza fortaleceram muito os soberanos, ao mesmo tempo que geraram alguns inimigos temporários ou perpétuos entre os reinos que eventualmente viam-se prejudicados com elas. Os maiores protestos partiram primeiramente da França, e seriam seguidos, alguns anos depois, pelos fiéis da Inglaterra e da Alemanha, que, na verdade, efetivaram a Reforma.

Com a igreja assim dividida, numa época de muitas dúvidas sobre a vida além da morte e o exagero de temas religiosos na literatura e nas artes plásticas, os fiéis saíam sem rumo em busca de respostas. O clero, nitidamente ligado por interesses com a nobreza feudal, vivia conflitos internos cada vez maiores.

Em 1515 o rei da França, Francisco I, assinou a paz com o sucessor do papa Júlio II, o papa Leão X. Francisco I, no entanto, teria sérios desentendimentos com D. João III, de Portugal, durante a exploração do pau-brasil na costa brasileira, em 1528 e 1532.

Antes disso, em 1517, Lutero divulgou suas 95 teses contra as indulgências da igreja, dando início à Reforma Protestante. Os conflitos religiosos teriam, ainda, muita influência na condução política e econômica do mundo. A igreja Católica estimula a criação de novas Ordens.

Dentro deste espírito foi fundada a Companhia de Jesus por Dom Inácio de Loyola, à qual D. João III, de Portugal, entregaria a catequese dos índios do Brasil.

#### **4.6 O DESENVOLVIMENTO DAS REDUÇÕES**

Após a tentativa frustrada de colonização das novas terras, por meio de capitânicas hereditárias, a coroa portuguesa decide enviar ao Brasil um representante direto da monarquia. Iniciava-se ali a quarta tentativa de colonização portuguesa das terras brasileiras.

No dia 29 de março de 1549, seguindo fielmente as ordens de D. João III, o fidalgo Tomé de Souza desembarcou na capitania da Bahia, escolhida para ser a sede do governo-geral. Com ele estavam mil integrantes, entre eles o provedor-mor Antônio Cardoso de Barros, o ouvidor-mor Pêro Borges, o capitão-mor-da-costa Pêro de Góis, funcionários civis e militares, soldados, mestres de ofícios, degredados e seis padres jesuítas chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega, cujo objetivo principal de sua missão era colonizar os indígenas e fazer o que fosse possível para superar os conflitos entre os colonos e os índios.

Acompanhados por Caramuru e seus índios, os jesuítas e portugueses fincavam em solo brasileiro por volta de 1º de maio de 1549, os pilares da primeira capital brasileira, Salvador, que seria a capital da Colônia até o século XIX.

A base econômica da época eram os engenhos de cana-de-açúcar e algumas cabeças de gado que o governador-geral havia mandado trazer de Cabo Verde para fornecer aos colonos interessados. A propriedade das terras era dada aos colonos pelo sistema de sesmarias.

Diferente dos jesuítas espanhóis, os brasileiros, por ordem da Coroa portuguesa, estavam proibidos de coabitar com os índios, medida que, sem dúvida, atrasava a catequese. O principal meio de ação dos inicianos era o colégio.

Foram eles que lançaram o conceito das sabatinas, disputas realizadas por eles aos sábados entre os alunos para avaliar e estimular o aprendizado. Os padres ensinavam dez horas por dia, divididas em cinco horas pela manhã e cinco à tarde, baseados no *Ratio Studiorum*.

Embora o modelo adotado não fosse o mais adequado às características de vida na Colônia brasileira, os colégios foram, com certeza, o berço das manifestações artísticas e literárias que marcaram a história do Brasil.

A princípio, em especial durante os primeiros anos de catequização, essas escolas eram simples ranchos de taipa, nas quais os padres ensinavam gramática, ciências humanas, retórica, poesia e história aos filhos dos colonos e aos índios.

Os principais problemas dos missionários não eram nem as precárias condições das salas de aula, nem os seus próprios aposentos, isso era administrável. Primeiro, o ensino da religião encontrou resistência entre os índios mais velhos, que não se dispunham a abandonar seus costumes. O sucesso da catequese no Brasil deve-se, de fato, ao deslumbramento das crianças com os cânticos, festas e outros detalhes da liturgia católica.

Por outro lado, os próprios colonos transformaram-se, gradativamente, na maior barreira enfrentada pelos missionários. As dificuldades começaram a crescer na medida em que diminuía os braços para o trabalho na lavoura.

Aos poucos, os colonos passaram a submeter os indígenas à escravidão, adotando, na prática, comportamento diferente do estipulado pelo Regimento de Tomé de Sousa por ordem da Coroa.

A fim de não perder os índios arrebanhados para a fé, os padres viram-se obrigados a defendê-los da violência dos colonos. Muitos nativos encontraram nas

missões inicianas os melhores pontos de resistência e defesa de sua liberdade, embora tantos outros, na ânsia da liberdade, preferiram embrenhar-se na selva a mercê da própria sorte.

Mais tarde, quando a Coroa espanhola reinou também em Portugal, com a União Ibérica (1580-1640), os jesuítas chegaram a obter uma resolução que proibia a guerra com os índios, salvo no caso das chamadas “guerras justas” quando os nativos rebelavam-se ou iam contra a vontade ou os interesse dos exploradores.

Quando Tomé de Sousa deixou a região, a primeira pedra do novo núcleo foi lançada em 25 de janeiro de 1554, já sob o governo de Duarte da Costa. Em homenagem ao santo do dia, o lugarejo foi batizado de São Paulo. Em pouco tempo São Paulo se tornaria um centro irradiador de povoamento e de partida de grandes expedições de exploração do interior: as **entradas** e as **bandeiras**.

Lentamente abriam-se caminhos terrestres que ligavam São Paulo a outros pontos do planalto, em especial a passagem criada pelo padre José de Anchieta serra acima, até os campos de Piratininga. Apesar de ser o mais importante núcleo do sul do Brasil, São Paulo estava isolado do eixo da economia colonial, a produção açucareira do nordeste.

Isso levou os paulistas a basear sua economia na agricultura de subsistência dependente do trabalho do índio escravizado.

Quando as dificuldades do tráfico negreiro escasseava a mão-de-obra tão necessária para os colonizadores, o foco escravagista volta-se para o índio. Nenhuma distância impedia o avanço dos bandeirantes, que na maioria das vezes partiam de São Paulo. O alvo principal desses bandeirantes eram as missões jesuíticas ou reduções, pois os índios, ou os negros da terra, como eram chamados, já estavam pacificados e instruídos em algumas técnicas de plantio.

A convivência do bandeirismo de caça aos índios e o de busca de metais preciosos acabou de vez com a paz nas missões, ao mesmo tempo que o interior do Brasil definia seus contornos e ganhava coesão interna.

#### **4.7 AS REDUÇÕES DA PRIMEIRA FASE**

Para que possamos entender o avanço colonizador da América é necessário destacar entre o povoamento português e o espanhol algumas diferenciações. O povoamento português caracterizou-se pela distribuição de sesmaria na linha de

fronteira. Assim ao ser atacado por forças espanholas, o latifundiário não estava apenas defendendo as terras de Portugal, mas sim protegendo suas propriedades e sua família. Por sua vez, a colonização espanhola processou-se através da implantação de cidades – o que requeria maior número de pessoas e organização de uma infra-estrutura de acordo com as cédulas reais, tornando o processo de ocupação mais lento e atingindo uma área geográfica menor.

A colonização da América espanhola foi impulsionada pela exploração dos metais preciosos, encontrados desde as primeiras expedições, numa época em que o trabalho indígena se mostraria fundamental. Os espanhóis já haviam notado que o trabalho organizado com base nas comunidades indígenas rendia mais do que o trabalho dos nativos escravizados.

Foram desenvolvidas, então, as *encomiendas de servicio*. Por esse método, os chamados *encomenderos*, que encomendavam serviços aos índios, recebiam direitos sobre áreas bastante amplas, como o de cobrar tributos em dinheiro, em espécie ou mesmo em trabalho.

Já os índios recebiam amparo, proteção e instrução na fé católica. As *encomiendas* deram lugar ao sistema de *repartimiento*, que surgia com base em instituições nativas já adotadas pelos astecas e pelos incas.

Assim, os espanhóis deslocavam os homens para as regiões mineiras que não tivessem comunidades estabelecidas nas redondezas. A etapa seguinte da colonização espanhola foi a *reducción*, ou seja, a migração forçada de comunidades inteiras para as áreas situadas perto das minas.

Para a Espanha o bandeirismo de prospecção visava os metais e conseqüentemente, dentro da ideologia colonialista, a posse de terras e o comércio de riquezas. Para os portugueses que habitavam no Brasil, abandonados pela coroa espanhola, as bandeiras de preação era uma forma de abrir espaço sertão a dentro e conseguir algum dinheiro com a venda dos índios escravizados.

Temendo o expressivo avanço dos bandeirantes portugueses os espanhóis buscam a criação de novas reduções, onde, apoiados pelos índios pacificados, travavam verdadeiras guerras contra o bandeirismo português.

É neste contexto que os espanhóis lançam mão do apoio dos padres jesuítas instalados em Asunción no Paraguai, onde exerciam missões de catequese, a virem se instalar com suas aldeias não apenas no Paraguai, mas na região que hoje é a Argentina, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul.

Segundo Mário Simon (2004, p.11):

E assim se fez. Os jesuítas, em que pesem os enormes sacrifícios da tarefa, no que muitas vidas de religiosos se perderam pela causa, fundaram, ao longo dos rios Paraguai, Paraná, Paranapanema e Uruguai, pelo menos um total de 48 reduções. Assim eram chamadas as aldeias que também recebiam os nomes de Povos, Doutrinas ou Missões.

Paulatinamente as missões jesuíticas espanholas foram avançando a leste de Asunción em direção ao Atlântico. Em 1609, ainda em território paraguaio, os padres Marcial de Lorenzane e Francisco de San Martin fundam a missão de **San Ignacio Guazú**. É de lá que partem em direção ao norte, os padres José Cataldino e Simón Masseta, atravessando o rio Paraná, criam em 1610 a redução de **Nuestra Señora de Loreto** no Guairá, sendo a primeira redução Jesuítico-Guarani Espanhola em solo brasileiro, localizada atualmente no oeste do estado do Paraná.

É de Loreto que no ano de 1612, com o auxílio do padre Antônio Ruiz de Montoya – o mais ilustre missionário do Paraguai –, os jesuítas espanhóis fazem florescer diversas reduções, entre elas: **San Ignacio Mini, Santo Ignacio, São Francisco Xavier, Encarnación, São José, São Paulo, Arcangeles, São Miguel, Santo Antônio, São Tomé, São Pedro, Jesus Maria, Santa Maria Del Iguazú** (em 1626) e **Natividad**, únicas no rio Iguazú e muito afastadas das demais.

A região conhecida como Guairá dentro do atual estado do Paraná era formada pelo seguinte território: Ao norte até o rio Paranapanema, ao sul até o rio Iguazú, a leste o rio Tibagi e a oeste até as margens do rio Paraná.

#### Quadro 2 – As primeiras reduções jesuíticas no Brasil *(Mapa realizado por Miguel Stefañuk)*



Fonte: La “República” Jesuítica de los Guaranies (1609-1768) y su herencia. P. 31



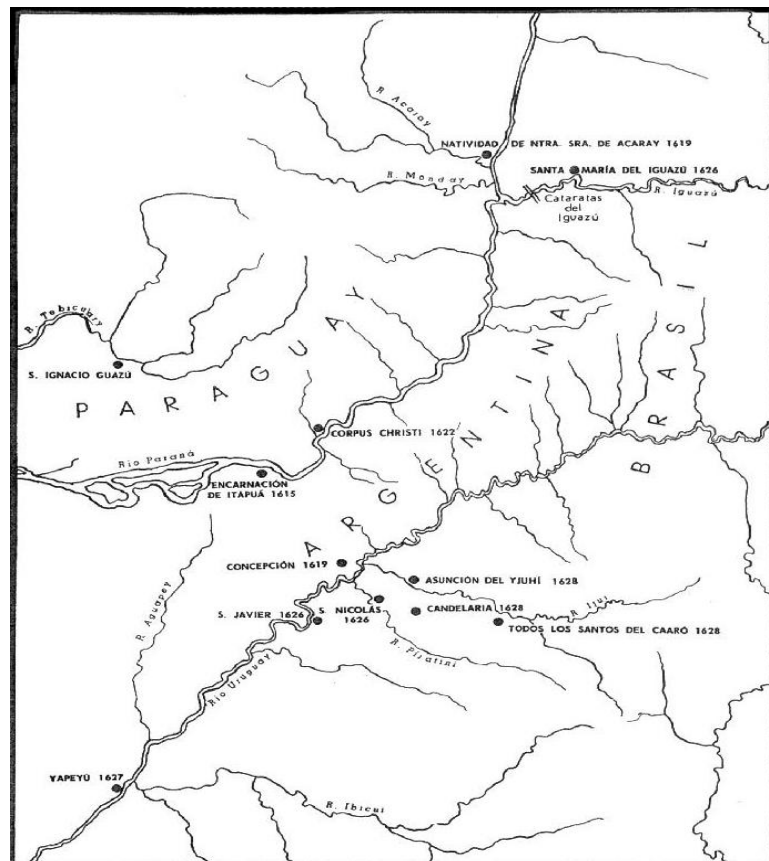
Nesta primeira fase do Reduccionismo, antes dos ataques dos bandeirantes ocorridos ao Norte e Sul de suas reduções, a formação de aldeamentos em áreas do atual Paraguai e da Argentina, foi muito pequena. Por sua vez, relatos afirmam que as reduções do Guairá, antes dos ataques dos bandeirantes portugueses, reuniam entre 70 a 100 mil índios.

Enquanto o padre Montoya e seus comandados faziam desenvolver suas reduções do Guairá, os padres Roque Gonzáles e João Romero, encarregavam-se de expandir algumas reduções mais próximas de **San Ignacio Guazú**. Criaram a redução de **Encarnación de Itapúa** (1615) e em (1619) a redução de **Concepción** ambas em solo Argentino.

Será de Concepción o ponto de partida para a criação das reduções na região do Tape, como era chamado o atual Rio Grande do Sul, nos anos de 1626 e seguintes.

Porém antes de atravessar o Uruguai e adentrar o solo gaúcho criam em (1622) a redução de **Corpus Christi** no Paraguai.

### Quadro 3 – As primeiras reduções jesuíticas no Tape



Fonte: Conquista Espiritual – Pe. Antônio Ruiz de Montoya – p. 177

Os planos dos jesuítas de acharem um caminho para o mar, de Asunción para o Atlântico, atravessando o Paraná estaria fadado ao fracasso, pois por estar próximo a São Paulo atraiu os moradores daquela cidade que, em forma de milícia armada, encontrava, nas reduções, uma forma de resolver seus problemas sociais, políticos e econômicos.

Conforme HOOMAERT, Eduardo & PREZIA, Benedito (2000, p. 189):

As reduções organizadas pelos jesuítas no interior do continente foram, para os paulistas, um presente dos céus, a solução para os seus problemas: reuniam milhares de índios adestrados na agricultura e nos trabalhos manuais, bem mais valiosos que os ferozes tapuias, de "língua travada".

No século XVII, o controle holandês sobre os mercados africanos, no período da ocupação do Nordeste, interrompeu o tráfico negreiro. Os colonos voltaram-se então para a escravização do indígena para os trabalhos antes realizados pelos africanos. Esta procura provocou uma elevação nos preços do escravo índio, considerado como "negro da terra", e que custava, em média, cinco vezes menos que os escravos africanos.

Os paulistas não teriam atacado as missões por anos seguidos se não contassem com o apoio, ostensivo ou velado, das autoridades coloniais. Embora não se saiba ao certo quais as expedições promovidas pela Coroa e quais as de iniciativa particular, sendo igualmente imprecisa a designação de entradas e bandeiras, o traço comum a todas elas foi à presença, direta ou indireta, do poder público.

Muitas vezes era o governo que financiava a expedição; outras se limitavam a fechar os olhos para a escravização dos índios (ilegal desde 1595), aceitando o pretexto da "guerra justa". O bandeirismo de preação tornou-se, assim, uma atividade altamente rendosa. Para os paulistas, atacar as reduções jesuíticas era a via mais fácil para o enriquecimento.

Essa "vocação interiorana" dos paulistas era alimentada por uma série de condi es geográficas, econômicas e sociais. Separada do litoral pela muralha da serra do Mar, São Paulo voltava-se para o sertão, cuja penetra o era facilitada pela presença do rio Tietê e de seus afluentes que comunicavam os paulistas com o distante interior. Além disso, apesar de afastada dos principais centros mercantis, sua popula o crescera muito.   que boa parte dos habitantes de São Vicente havia migrado para lá quando os canaviais plantados no litoral por Martim Afonso de Sousa entraram em decadência, já na segunda metade do século XVI, arruinando muitos fazendeiros.

Além do que, o  ndio pacificado pelas redu es não oferecia grande resistência aos paulistas, onde em seus ataques "quase tudo se aproveitava" pois as "fêmeas" se mostravam dóceis, tornando-se assim não apenas escravas domésticas, mas também ótimas concubinas e os "machos" eram vendidos na Bahia, na época, carente de braços para o trabalho.

A violência de como eram atacadas as reduções espanholas do Guairá inicialmente, e em anos vindouros as demais, demonstra a dificuldade vivida pelos jesuítas em seu trabalho de catequizar os índios guaranis. Como se os perigos naturais do sertão, como cobras, mosquitos, doenças, a mata fechada e as intempéries da natureza já não fossem o suficiente.

Segundo HOOMAERT, Eduardo & PREZIA, Benedito (2000, p. 205):

Os primeiros ataques às reduções de Guairá foram realizados pelas bandeiras chefiadas por Manoel Preto. Em 1623, ele e seu irmão, Sebastião Preto, prepararam uma expedição que deixou São Paulo praticamente despovoada de homens. O ataque rendeu cerca de 3 mil nativos, que foram levados para as fazendas do planalto e para outras praças. Os missionários Simão Masseta e Justo Macilla seguiram a bandeira até o planalto paulista e ficaram chocados pela alegria que essa expedição foi recebida em São Paulo. Um deles escreveu: “A vida toda desses bandidos é ir ao sertão, trazendo presos [os índios] com tanta crueldade e violência para vendê-los como porcos!”

Infelizmente não eram apenas os portugueses os responsáveis por tirar a paz dos jesuítas e guaranis. Os espanhóis de maneira semi velada contando com o apoio do Governador do Paraguai D. Luiz de Cespes Xerias, que era sócio do vereador bandeirante Raposo Tavares, também faziam a sua parte atacando as reduções, capturando os nativos e vendendo-os aos portugueses. Aos poucos, Guairá estava fadada a sumir conforme nos descreve BOTELHO (1951 nº 76 apud Brasil.escola.com):

No ano de 1628, as reduções do Guairá foram arrasadas e reduzidas a cinzas. Uma bandeira formada por novecentos brancos e mestiços e mais de 3 mil indígenas Tupis (amigos dos bandeirantes e inimigos dos guaranis) deixaram a vila de São Paulo dividida em quatro seções, sob o comando de Antônio Raposo Tavares, Pedro Vaz de Barros, Brás Leme e André Fernandes com destino ao Guairá. [...]

Há oito de setembro cruzam o rio Tibagi, bem em frente à missão de Encarnación e próximos a San Antonio. Ali, Pedroso de Barros manda erguer uma cerca de estacas e fica à espera. Durante mais de três meses, a vanguarda permaneceu frente a frente com os inimigos, aguardando a vinda da bandeira. Somente em dezembro, toda a tropa reunia-se novamente. Agora, tudo está pronto para a guerra. Faltava apenas um pretexto, um motivo de guerra para justificar o ataque (princípio da guerra justa).

A fuga de uns poucos índios – aprisionados anteriormente no local – que procuram abrigo na missão próxima dá aos paulistas o motivo que precisam. Imediatamente a bandeira desloca-se para esta missão e Raposo Tavares lança um ultimato: ou os jesuítas entregam os índios, ou... Os padres não cedem, os presos não são devolvidos a Raposo e os bandeirantes. A luta começa. O céu escurece com as nuvens de flechas. À medida que o cerco aperta, tiros, facas, paus e a força bruta fazem mortos dos dois lados. Os jesuítas com as roupas manchadas de lama e sangue congregam os índios numa tentativa desesperada de salvar a missão.

Os sinos da igreja repicam sem parar. Alguns padres batizam às pressas os últimos pagãos. Os paulistas, duros como a terra em que caem, gritando e atirando, vencem os muros de pedra de San Antonio. A 30 de janeiro de 1629, o barulho cessa.

Queimaram as casas, a igreja, destruíram os roçados e invadiram o convento. San Antonio deixara de existir dizimada pelos bandeirantes. O Brasil crescera mais um pouco. E os quase três mil sobreviventes guaranis que se renderam em massa, vão ocupar as argolas de ferro nas correntes trazidas para eles.

Esse texto nos dá a amplitude das atrocidades cometidas com os índios e jesuítas em suas reduções, mas, comparado com os relatos descritos pelo padre Montoya, referindo-se ao ataque a redução de São Francisco Xavier em 1636 e que o motivou a levar este relato a Madri, solicitando socorro à corte, diríamos que chegaria a ser até um tanto “bucólico”, pois segundo MONTROYA (1985, p. 243/244):

No dia de São Francisco Xavier do ano de 1636, quando se estava celebrando a festa com missa e sermão, 140 brancos do Brasil, acompanhados de 150 tupis, entraram naquela missão. Vinham todos otimamente armados com escopeta e se achavam vestidos com gibões, que são forrados de algodão, pelo que o soldado está protegido dos pés à cabeça e peleja em segurança contra as flechas.

Foi assim, ao som de tambor, bandeira desfraldada e em ordem militar que os paulistas entraram no povoado, já disparando armas e, sem aguardarem negociação, atacando a igreja com a detonação de seus mosquetes.

Pelejaram todos durante seis horas, ou seja, das oito da manhã até as duas da tarde [...] Resolveram os inimigos queimar a igreja... confesso a este respeito que os ouvi dizerem que eram cristãos, pois nessa hora estavam com enormes rosários. Não há dúvida de que tenham fé em Deus, mas são do diabo as suas obras. Por três vezes atiraram flechas inflamadas, mas, embora com dificuldade, conseguiu-se apagar o fogo. O fogo fez, na quarta tentativa, a presa irremediável na palha da igreja.

Abriram então um portãozinho, pelo qual saíram os índios, assim como faz o rebanho de ovelhas, indo do cercado ao pasto. Com isso acudiram ao mesmo portãozinho aqueles tigres ferozes e começaram com espada, facões e alfanjes a derrubar cabeças, trincar braços, descarnar pernas e atravessar corpos, matando com a maior brutalidade já vista no mundo. Provaram eles o fio de aço de suas espadas em cortarem os meninos em duas partes, em lhes abrirem as cabeças e despedaçarem os seus membros fracos...

Devido à constância dos ataques as reduções, resolvem os padres jesuítas abandonar o Guairá e partir para terras mais seguras. Juntamente com seus índios deslocam-se para as terras que hoje são parte do Paraguai e Argentina e também a região do Tape – atual Rio Grande do Sul – onde construiriam novas reduções. Algumas delas com os mesmos nomes daquelas existentes no Guairá.

Em uma caminhada por uma terra inóspita, de mata fechada e perigos constantes, comandados pelo padre Antônio Ruiz Montoya, jesuítas e 12 mil nativos iniciam a caminhada fugindo da escravidão. Fato sui generis nas Américas tendo

apenas como similar à fuga do povo hebreu, levados por Moises, a caminho da Terra Santa.

Diz a história que “foram construídas mais de 700 canoas e navegando pelos rios Paranapanema e Paraná, chegando apenas 4 mil nativos na atual Argentina, onde se reuniram nas novas reduções de N. Sra. de Loreto e San Inácio”.

#### Quadro 4 – O êxodo de Guairá



Fonte: La “República” Jesuítica de los Guaranies (1609-1768) y su herencia. P. 45

Por sua vez, bem mais ao sul, após substituir os padres Marcial de Lorenzane e Francisco de San Martin – fundadores de **San Ignacio Guazú** –, os padres Roque Gonzales e João Romero haviam iniciado o trabalho de construção de reduções em solo paraguaio, argentino e no tape propriamente dito.

#### 4.8 EM SOLO GAÚCHO

Nas bandas orientais do rio Uruguai, ou na margem esquerda deste, ou ainda em solo gaúcho propriamente dito, o padre Roque Gonzales de Santa Cruz só entraria mesmo, após várias tentativas frustradas pela imposição dos Xamãs (espécie de feiticeiro, benzedor, curandeiros indígena) no ano de 1626. Com a imagem de Nossa Senhora Conquistadora atravessa o rio Uruguai e cria a primeira redução gaúcha da primeira fase – **São Nicolau**.

Isso tudo ocorreu, simultaneamente as construções das reduções em terras do Guairá pelos padres José Cataldino e Simón Masseta.

Nesta primeira fase das reduções, que duraria de 1626 a 1637/38, ou seja, pouco mais que 11 anos, foram construídas no atual Rio Grande do Sul um total de 18 reduções, sendo elas:

- 1) **São Nicolau**, em 1626 – pelo padre Roque Gonzales (a margem direita do rio Piratini, atualmente a cidade de São Nicolau);
- 2) **São Francisco Xavier**, em 1626 (atualmente entre as cidades de Garruchos e São Borja na costa do rio Uruguai);
- 3) **Nossa Senhora Candelária do Ibicuí**, em 1627 (a poucos Km da atual cidade de São Francisco de Assis nas proximidades do rio Jaguarizinho);
- 4) **Nossa Senhora Assunção do Ijuí**, em 1628 (hoje nas proximidades das cidades de Pirapó nas proximidades da margem esquerda do rio Ijuí);
- 5) **Nossa Senhora Candelária do Piratini**, em 1628 (atualmente entre as cidades de São Luis Gonzaga e Rolador);
- 6) **Caaró**, em 1628, onde foi morto o padre Roque Gonzales (em nossos dias nas proximidades da cidade de Caibaté);
- 7) **Apóstolos**, em 1631 (nos dias atuais estaria localizada entre as cidades de Entre-Ijuis e Eugênio de Castro);
- 8) **São Carlos**, em 1631 (Nas proximidades da cidade de Santa Bárbara do Sul às margens do rio Ijuí);
- 9) **São Tomé**, em 1632 (próxima à cidade de Jaguari às margens do rio Jaguari);
- 10) **Natividade**, em 1632 (estaria localizada entre as cidades de Pinhal Grande e Júlio de Castilhos);
- 11) **São Cosme e Damião**, em 1632 (próximo à cidade de São Martinho da Serra. Seria em nossos dias a redução mais próxima da cidade universitária de Santa Maria);
- 12) **Jesus Maria**, em 1632 (atualmente estaria localizada entre as cidades de Candelária e Santa Cruz próxima das margens do rio pardo);
- 13) **Sant'Ana**, em 1632 (ficaria em nossos dias localizada próxima a cidade de Paraíso do Sul nas proximidade do rio Jacuí);
- 14) **São Miguel**, em 1632, pelo padre Cristóvão de Mendonza, que foi um dos introdutores do gado no Rio Grande do Sul. Morreu assassinado em São Joaquim (hoje estaria próxima a cidade de Toropí, às margens do rio Toropí);

- 15) **São José**, em 1632 (localizar-se-ia entre as cidades de São Vicente do Sul e Mata, também nas proximidades do rio Toropí);
- 16) **São Cristóvão**, em 1634 (entre as cidades de Rio Pardo e Candelária, nas proximidades da margem do rio Pardo);
- 17) **São Joaquim**, em 1634 (estaria próxima a cidade de Barros Cassal nas proximidades do rio Pardo);
- 18) **Santa Tereza**, em 1634 (atualmente estaria localizada próxima a cidade de Pinheiro Machado, nas proximidades não da nascente, mas do início do rio Jacuí).

#### Quadro 5 – As 18 Reduções da 1ª fase em solo Riograndense



Fonte: História das Missões Orientais do Uruguai – Vol. III, Aurélio Porto (1954, p. 95).

- Nota: as localizações descritas acima estão baseadas em estudos feitos por este autor, fundamentado em seus conhecimentos de navegação aérea usando como instrumento base o mapa do livro de Aurélio Porto (1954, p. 95), demonstrado acima.

Apesar do grande número de reduções construídas em tão pouco tempo, infelizmente estas também tiveram a mesma sorte que as construídas no Guairá, ou seja, não puderam florescer, foram dizimadas pelo ataque dos bandeirantes, pois, assim que souberam que na região sul estava se formando um grande número de reduções, não deixaram por menos e as atacaram.

Tanto no Guairá como na região do Tape, a grande desvantagem dos índios nos enfrentamentos com os bandeirantes era a falta, e a desigualdade das armas.

Exterminadas as reduções gaúchas em 1637/1638, e deslocados jesuítas e nativos para a Argentina e Uruguai, terminaria assim, a primeira fase das reduções jesuíticas em solo Riograndense.

Os ataques bandeirantes durariam até por volta de 1639, quando o padre Montoya solicitou, diretamente de Madri, a autorização de armar os índios e com isso proteger as reduções.

É evidente que a autorização conseguida pelo padre Montoya para armar os índios não se deu em função de proteger as reduções, mas porque Montoya conseguiu provar para a Coroa espanhola a quantidade de terra que ela estava perdendo em função dos ataques portugueses. E, foi na batalha de Mbororé, às margens do Rio Uruguai, nas proximidades do riacho que emprestou nome a batalha, na província de Misiones na Argentina que, em 11 de março 1641, finalmente os Jesuítas e guaranis conseguiram conter os avanços das bandeiras onde morreram pelo menos 150 paulistas e quase 2.000 índios tupis (parceiros dos bandeirantes) que os seguiam.

Fato este, descrito de forma impar, pelo escritor argentino Felix Luna:

Hay batallas que sólo sirven para entretener a historiadores."Pero hay otras que fueron realmente importantes y a veces no son las más difundidas". Por ejemplo la batalla de Mbororé, que nadie recuerda hoy y sin embargo ha sido la mas trascendente acción bélica de nuestra historia puesto que impidio que la actual Mesopotamia Argentina fuera hoy territorio brasileño. [...] Pero los jesuitas estaban resueltos a terminar con la cuestión paulista. "El día de Viernes Santo, mientras los derrotados oraban por su salvación, los guaraníes dieron cuenta de los últimos restos de la *bandeira*." Los contados sobrevivientes, acosados por las fieras, los indios caníbales y la selva, tardaron un alto y medio en regresar a Sao Paulo. Fue un escarmiento definitivo. No hubo más *bandeirantes* sobre el imperio jesuítico, que desarrolló desde entonces todo su hermético esplendor. Si no hubiera sido por esa batalla curiosamente anfibia, con varias etapas en el río y otras en la selva, el avance portugués se habría extendido infaliblemente sobre Misiones, Corrientes y hasta Entre Ríos, y el mismo Paraguay no se hubiera salvado de la anexión. Así de pequeñas son las causas que colorean en definitiva los mapas de los continentes.. La olvidada



y remota batalla de Mbororé salvó esa vasta comarca que sería más ancha si la diplomacia portuguesa y su sucesora, la de Brasil, no hubieran avanzado al estilo *bandeirante* sobre nuestro noreste.

Nos Tapes restava apenas destruição e morte, pelo rastro deixado pelos portugueses. O gado abandonado, trazido em 1632 pelo padre Cristóvão de Mendonza, era a única lembrança viva do que fora às reduções. Na saudade, a lembrança dos três mártires que foram fundamentais para a criação dessa primeira fase: Padre Roque Gonzáles, martirizado em 15 de novembro de 1628, na localidade do Caaró, onde, no mesmo dia e local também foi morto o padre Afonso Rodrigues, sendo ambos os cadáveres queimados em seguida. Dois dias depois é morto o padre João Del Castillo, próximo do salto do Pirapó, foz do rio Ijuí com o rio Uruguai.

Abandonada a região dos tapes o mapa das reduções tomaria outra forma, onde em território da atual Argentina, as reduções se desenvolviam.

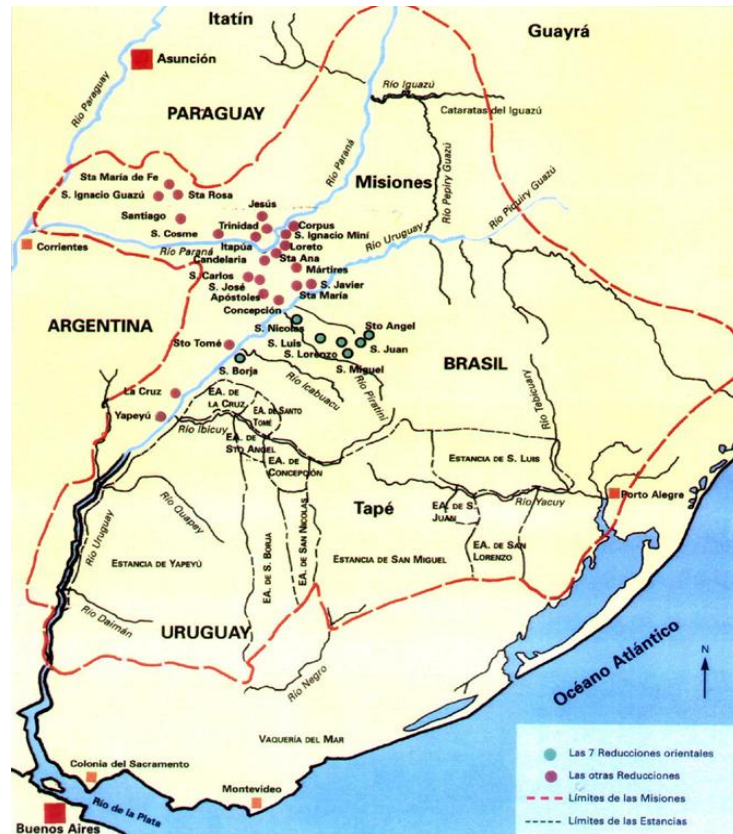
#### **4.9 OS 7 POVOS DAS MISSÕES**

Passaram-se praticamente 50 anos até os jesuítas e nativos retornarem para o atual Rio Grande do Sul.

O gado que ficara abandonado se esparramou e se multiplicou Rio Grande afora nas fartas pastagens existentes na região. Era chamado de “gado chimarrão”, que quer dizer “gado selvagem”. Os relatos existentes divergem quanto ao número de cabeças que teria esse rebanho quando se iniciou a segunda fase das reduções (o retorno dos jesuítas e nativos para o Rio Grande do Sul, criando as sete reduções chamadas de 7 povos). Uns apontam que era em torno de 90.000 e outros relatos afirmam que seriam de pelo menos 120.000 cabeças.

Não obstante ao número, esse gado abandonado formou aquilo que a história chamou de Vacarias, que se dividida por regiões seria: Vacarias dos Pinhais, ocupando boa parte do Planalto Central e os Campos de Cima da Serra e as Vacarias do Mar, que se escandiria até o Oceano Atlântico, às margens do Rio da Prata. É este gado que mais tarde iria atrair os gaúchos (nome dado aos vaqueiros que a cavalo tropeavam o gado). Sem os ataques paulistas, a região como um todo pode se desenvolver livremente, constituído uma rede de trinta povoados localizados em territórios hoje divididos entre Argentina, Brasil Paraguai e Uruguai.

### Quadro 6 – As 7 Reduções da 2ª fase em solo Riograndense



Fonte: La “República” jesuítica de los Guaraníes (1609-1798) y su herencia, p.100

Cria-se então, em solo gaúcho as 7 reduções ou os chamados 7 povos das missões sendo:

- 1) **São Francisco de Borja**, fundada em 1682 pelo padre Francisco Garcia. A primeira redução a ser criada neste segundo ciclo;
- 2) **São Nicolau do Piratini**, reativada em 1687, pois fora fundada ainda na primeira fase pelo padre Roque Gonzáles em 1626;
- 3) **São Luiz Gonzaga**, fundada em 1687 pelo padre Miguel Fernandes;
- 4) **São Miguel Arcanjo**, embora neste segundo ciclo a sua localização difere de onde havia sido construída na primeira fase é reativada em 1687, mas sua fundação na primeira fase, pelo padre Cristóvão de Mendonça, data de 1632;
- 5) **São Lourenço Mártir**, fundada em 1690 pelo padre Bernardo de La Vega;
- 6) **São João Batista**, fundada em 1697 pelo padre Antônio Sepp, e;
- 7) **Santo Ângelo Custódio**, fundada em 1706 pelo padre Diogo Haze. Existem correntes que afirmam que o nome inicial desta sétima e última redução chamava-se inicialmente de Santo Anjo Custódio, referindo-se ao “anjo da guarda”. Não havia um nome de santo que se chamava de “Ângelo Custódio”.

A localização das reduções neste segundo ciclo, ficaram bem mais próximas das margens do Rio Uruguai ou do território argentino do que as primeiras. Provavelmente por medo de algum tipo de ataque das bandeiras portuguesas ocorridas no ciclo anterior, embora que esse fato já não viesse mais ocorrendo há meio século.

O espaço missioneiro assimilou a experiência dos padres jesuítas, de diferentes formações e nacionalidades com o conhecimento da natureza, parte dos costumes e o modo de ser guarani, num processo de aculturação que moldou características próprias.

Nas reduções e cristianizados os guaranis ao poucos foram afastando-se de seus hábitos naturais e passando paulatinamente adotar aquilo que lhes eram ensinados pelos jesuítas. Muitas foram essas transformações, mas, as mais abruptas e de fácil percepção, mesmo aos olhos mais desatentos, foi o abandono do costume religioso fornecido pelo Pajé (o feiticeiro da tribo), substituído pelos sacerdotes e, a mudança radical na questão laboral, pois, nas suas origens, pertenciam as mulheres à atividade da planta e aos homens as atividades da caça e da pesca.

De suas origens agrícolas cultivavam o milho, a mandioca, o feijão e as cabaças (porongo), que era usado como utensílio para coletar água e tomar o mate (hábito até hoje utilizado pelo povo gaúcho em todo o Estado Riograndense e também fora dele).

Com a função de cristianizar os indígenas, os jesuítas não consideraram o quanto iria interferir na cultura guarani. Pouco a pouco sua cultura e seus hábitos foram absorvidos pelos nativos que alteram seus costumes ao longo do tempo.

Segundo Esteras e Gutierrez (DANA 17, p.53):

A primeira experiência reducional Jesuítica nas Américas foi em Julí, às margens do Titicaca, entre o Peru e a Bolívia. Ali os jesuítas aprenderam a importância de entender e respeitar as características culturais dos indígenas, principalmente a manutenção da língua nativa [...]

A economia da reciprocidade, base de uma sociedade sem estado, da tradição guarani, foi adaptada e adotada nas reduções. A língua, traço fundamental do modo de vida dessa nação, foi mantida nas missões mas, aos poucos, modificada em função das orações, dos catecismos e das pregações e como

cenário, do urbanismo, da arquitetura e das artes. O espírito do barroco constituiu o suporte material, para as novas práticas culturais, que se desenvolveram no espaço missioneiro. Ali estavam presentes e adaptadas as casas e a oca da aldeia guaranis, reordenada ao redor da grande praça espanhola.

Os padres com seus conhecimentos artísticos e culturais, junto com os índios, criaram obras em um estilo que ficou conhecido como barroco missioneiro. As igrejas eram decoradas com esculturas de madeira policromada e telas pintadas a óleo. No exterior, relevos em arenito geralmente representavam motivos religiosos ou elementos da flora e fauna nativas.

Inúmeros documentos registraram a vocação artística dos índios Guarani. A música era executada por orquestras de índios que reproduziam instrumentos musicais europeus. As missas eram acompanhadas por corais e músicos tocando flautas, harpas e violinos. Todos os povoados indígenas tinham seu coro, suas bandas de música e seus orfeões de instrumentos de corda, com 30 ou 40 músicos em cada redução.

Com relação ao urbanismo, o plano geral adotado pelos Jesuítas na configuração das reduções dos Guaranis, corresponde ao somatório evidente de algumas influências associadas. Este padrão de urbanização adaptou elementos da cultura tradicional guarani com diretrizes urbanísticas espanholas.

O traçado linear das reduções missioneiras tem origem na herança romana deixada na Península Ibérica, de implantar cidades ortogonalmente traçadas, baseadas no traçado das antigas cidades gregas e nos acampamentos romanos, foi utilizada como referência para a constituição das famosas Leis das Índias, que eram constituídas por códigos e diretrizes para o planejamento, implantação e desenvolvimento dos novos assentamentos e povoações.

De acordo com a tradição espanhola, o passo inicial para a fundação de uma povoação era a escolha do sítio. Geralmente lugares altos, arejados, com água e madeira abundantes, com possibilidade de crescimento, segurança e acesso e com possibilidade de caça e pesca.

Na descrição do Padre Sepp (1968) na fundação de S. João Batista, em 1697,

para que as construções não se fizessem espalhadas aqui e ali, sem ordem e em conflito com as regras da arte arquitetônica, e se correspondessem bem, dispostas, em longa série, dividi a planície ou área da futura aldeia em duas partes iguais, de modo que uma ala, ou parte da aldeia, contasse de largura tantos pés geométricos quanto à outra.

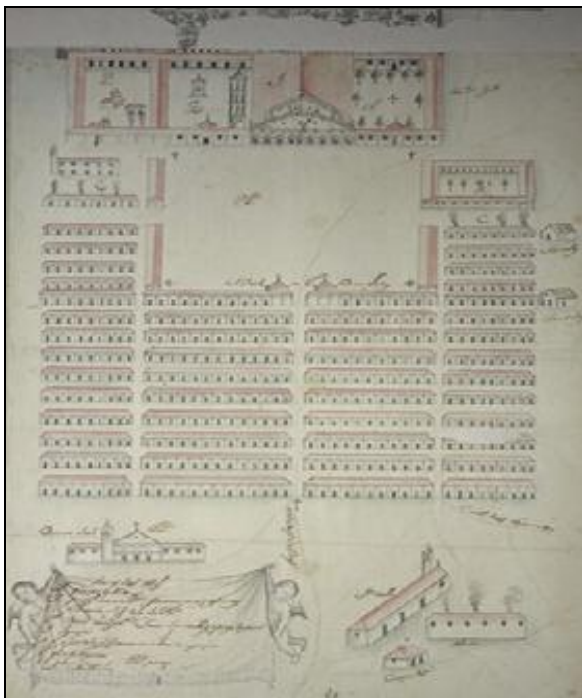
A paróquia ou templo e a casa dos padres missionários, ocuparia o meio da praça. Esta praça seria o centro, donde partiriam as ruas paralelas, igualmente distantes de um lado e outro. Convinha, pois, construir-se a igreja ou paróquia no centro da praça principal da ladeia. A área ou a praça principal em que se deveria alicerçar o templo mede quatrocentos pés geométricos de largura e outros quatrocentos e cinqüenta de comprimento. Esta área é cercada, como em anfiteatro, pelas casas dos indígenas, separadas umas das outras em boa ordem.

A igreja era sempre o prédio mais importante. A praça o centro da redução. Ali eram feitos as procissões, os desfiles militares, as encenações religiosas e os jogos. Em frente às igrejas, eram feitas as representações teatrais, os autos sacros.

Encontramos como exemplo além de São Miguel Arcanjo, e as inconclusas de Trindade e Jesus. Segundo o Cap. Espanhol D. Francisco Graell, (1998, p.89) que visitou a igreja de São Miguel em 1756:

A igreja é muito grande, toda em pedra grês, com três naves em "meia-laranja", muito bem pintada e dourada, com um pórtico magnífico e de bellissima arquitetura; as abóbadas em forma de meia laranja são de madeira; o altar-mor é de entalhes sem dourar, faltando-lhe a última parte: no cruzeiro há três altares esculpidos, dois em estilo italiano, também dourados.

#### Quadro 7 – Coletânea de mapas e gravuras de diversas reduções da 2ª fase



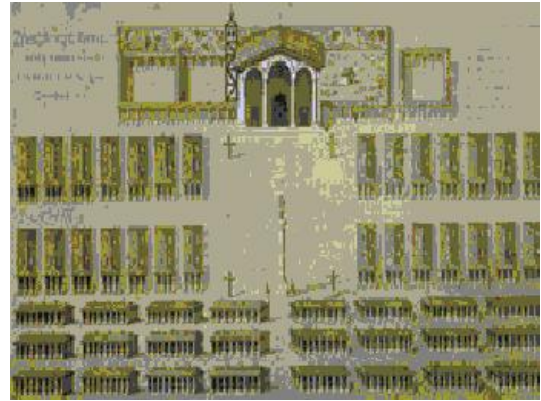
São Miguel Arcanjo 1756, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



São João Baptista. Biblioteca Nacional, Paris



São Miguel Arcanjo, 1784. Cabrer. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro



Missão de Candelária. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro



Jesus Maria, Paraguai. Demersay. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro



Santo Inácio Mini, Argentina. Foto Eduardo Tavares



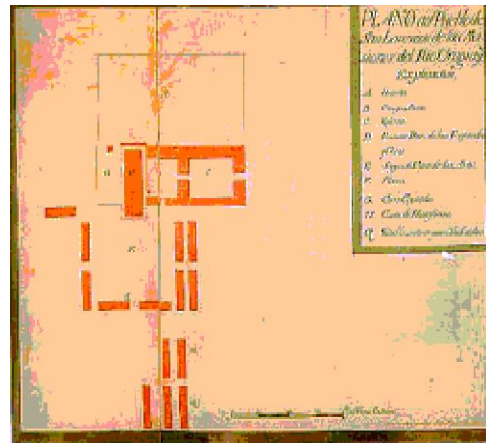
Trindade, Paraguai. Foto Eduardo Tavares



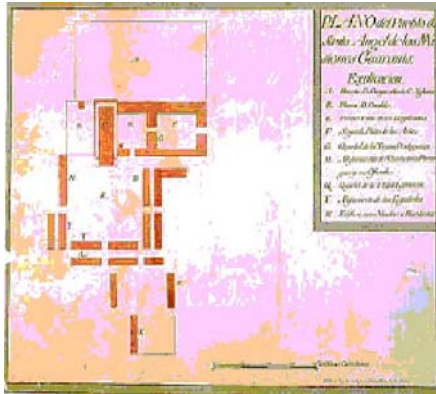
Jesus, Paraguai. Foto Eduardo Tavares



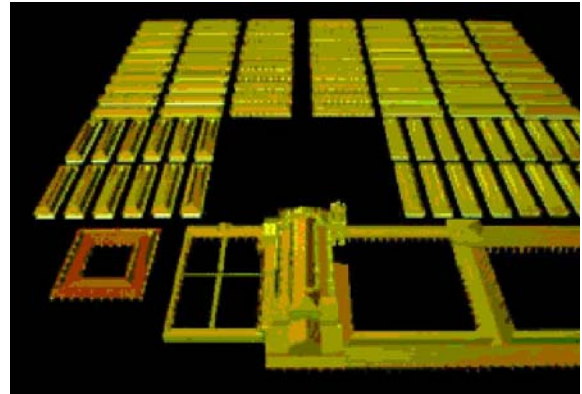
São Luis Gonzaga. 1784. Cabrer. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro



São Lourenço Mártir. 1784. Cabrer. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro



Santo Ângelo Custódio. 1784. Cabrer. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro



Reconstituição Informatizada. Isabel Rocha, Unisinos

Em relação a produção, dois produtos básicos se destacaram na economia missioneira. Um, nativo, parte da tradição Guarani, e que pouco a pouco foi sendo assimilado na colônia, a erva-mate (*ilex paraguayensis*). O outro, trazido pelos europeus, provocou grandes transformações nas paisagens e no comportamento da região. O gado. Ambos foram uma contribuição missioneira à base econômica da região sendo utilizados também para exportação para Europa via Buenos Aires.

O cultivo da erva mate foi intensificado e se tornou um produto de grande interesse nos mercados coloniais. Inicialmente perseguida pelos jesuítas, foi assimilada e sua produção ajudou a combater o alcoolismo entre os nativos. Posteriormente estabeleceu-se como grande indústria, sendo um dos principais produtos de exportação no comércio colonial.

Com a introdução do gado, foram criadas grandes estâncias. Cada povoado tinha uma retaguarda pecuária de enormes dimensões. São estâncias como a de São Miguel, no Brasil e outras no Uruguai assim como um grande número nas regiões de Tucuman, Santa Fé e Córdoba, na Argentina. Vinculada à produção da carne e do couro, estava a do leite e seus derivados.

O trigo, trazido da Europa, propiciou a criação de moinhos que também abasteciam outras cidades coloniais espanholas e o algodão, que era utilizado nas tecelagens.

É das estâncias e do grande número de reses que o guarani adquiriu o seu habito alimentar carnívoro. Segundo nos relata Simon (2004, p. 17) referindo-se a um relato do padre Antônio Sepp que descrevia como era a casa dos índios e como nela viviam:

Quem pode pendurar sua cama, na qual longa rede de pescar trançada de fibras de palmeira, entre duas árvores, é rico e passa por pobre. Quem não tiver semelhante fortuna, sobre uma pele de tigre ou um couro de vaca no chão raso; em vez de travesseiro ou almofada usam um bloco duro de pedra. A baixela da cozinha consiste em uma ou duas panelas. Os dentes são as facas, os cinco dedos os garfinhos, a mão é a colher e o porongo mencionado as taças e os copos. O fogão e foinha é por baixo da cama, quando por cima estendem a rede. De espeto de assar serve a primeira vara que cai na mão. Nela espetam a carne, que começam a devorar, enquanto está assando o outro lado. Assim, cozinheiro e assado terminam juntos, e, enquanto o índio espeta na vara o pedaço seguinte de carne, já começa a sentir fome. Outros índios, que nem para isso tem paciência, pegam um pedaço de carne, passam-na três vezes pela fumaça e pelas chamas e enfiam-na logo na boca. E como a carne é suculenta, o sangue lhes escorre de todos os lados pelo focinho abaixo, e isso lhes é o suprasumum do gostoso.

Este relato não deixa a menor dúvida de onde surgiu a “receita” do mundialmente famoso e principal prato da culinária gaúcha. O churrasco.

#### 4.10 A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO

Interessado em estender seus domínios até o estuário do Prata e a continuar captando, pelo menos parte da prata peruana que passava pelo porto de Buenos Aires, o príncipe regente Dom Pedro II de Portugal (**não confundir com Dom Pedro II do Brasil 1840 –1889**), deu ordens expressas a Dom Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, para fundar uma colônia fortificada, na margem esquerda do Rio da Prata.

Foi assim que, em 1680, em uma expedição composta por sete barcos, soldados, presidiários e índios, Manuel Lobo funda a Colônia do Sacramento, localizada em frente da cidade espanhola criada por Pedro de Mendonza – Nuestra Señora Maria Del Buen Aire –, que havia sido fundada em 02 de fevereiro de 1536, mas que, por ataque dos índios, não chegou a se desenvolver. Somente em 11 de junho de 1580, no governo de Juan de Garay renasceria com o nome de Santísima Trinidad y Puerto de Buenos Aires, portanto, criada a exatos 100 anos antes da Colônia do Sacramento.

Esta região, em sua época, era muito importante economicamente, pois, era por onde toda a riqueza Espanhola era escoada de sua colônia na América, para ser levada para a Europa. Por saber que Portugal não possuía nenhum centro produtivo na região, e perceberem de pronto, que a intenção Lusitana era essencialmente o contrabando, a região passou a ser palco de intermináveis conflitos entre espanhóis



e portugueses. Ameaçando o monopólio espanhol na região platina, Sacramento passaria alternada e diversas vezes seu comando, ora português, ora espanhol, onde as duas Coroas disputavam palmo a palmo a embocadura do Prata.

#### **4.11 O CREPÚSCULO GUARANI**

Na Europa, já desde as primeiras décadas de 1700, a coroa Portuguesa passava por uma grande crise econômica. Ocorre que com a subida ao trono D. João IV de Bragança como o novo rei de Portugal após o fim da União Ibérica (1580 a 1640), a Coroa portuguesa tivera que fazer grandes empréstimos com a Coroa Britânica e, com a impossibilidade de liquidá-las, diversos acordos foram feitos com o objetivo de rolar essa dívida.

Em 1703 Portugal havia firmado com o embaixador Methuen, da Inglaterra o acordo que, segundo o qual, Portugal abdicava de criar indústrias em seu território, para comprar exclusivamente produtos manufaturados ingleses. Em troca, Portugal se especializaria na produção de produtos agrícolas, como o azeite e o vinho, que exportaria para Inglaterra.

Assim, economicamente, Portugal adentrava ao século XVIII, numa economia feudal, atrasada, governada por um Rei absoluto e uma nobreza arruinada.

Não bastasse isso, em toda a Europa cresciam as idéias emergentes do Iluminismo. Movimento intelectual que tomaria conta da Europa na segunda metade do século XVIII, o chamado “século das luzes” que enfatizava a razão e a ciência como formas de explicar o universo. Foi um dos movimentos impulsionadores do capitalismo e da sociedade moderna. Também propunha que o universo estava em constante movimento, ao contrário dos conceitos introduzidos e defendidos pela Igreja Católica.

A origem do termo Iluminismo se explica porque os filósofos da época acreditavam estar iluminando as mentes das pessoas. É, de certo modo, um pensamento herdeiro da tradição do Renascimento e do Humanismo por defender a valorização do Homem e da Razão. Os iluministas acreditavam que a Razão seria a explicação para todas as coisas no universo, e se contrapunham à fé. Segundo as ideologias iluministas, cada pessoa deveria pensar por si própria, e não se deixar levar por outras ideologias que, apesar de não concordarem, eram forçadas a seguir, pregando assim, uma sociedade “Livre” com oportunidades iguais para todos.

Na França, país de tradição católica mas onde as correntes protestantes cresciam a olhos vistos, nomes como Rousseau, Voltaire e Montesquieu alimentavam idéias iluministas aumentando cada vez mais o conflito entre a sociedade feudal e católica versus às forças modernas do esclarecimento, de pendor protestante e mercantil, que acabaria culminando no final do século XVIII na Revolução Francesa. Será esta filosofia, aliada, ao seu natural desafeto aos Inacianos (que não fazia questão alguma de esconder) que, Sebastião José de Carvalho e Melo – o marquês de Pombal –, adotaria em 1759 para expulsar os jesuítas do Brasil e também de Portugal.

Entretanto, ainda por volta de 1710, restava a Portugal apenas fazer render a qualquer custo os provimentos da colônia embora atrelada e amarrada às diretrizes Inglesas.

No Brasil, com o descobrimento de ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais, e com o conseqüente aumento populacional da região, tornando-se um pólo regional, surge à necessidade de animais de tração como cavalos, mas preferencialmente os muares (mulas) que seriam usados para o transporte de cargas, necessitando também do abastecimento de carne bovina para a alimentação dos mineiros. A região do Sacramento e por todo o atual Rio Grande do Sul, eram abundantes as quantidades de muares e bovinos, desde o final do primeiro ciclo das reduções jesuíticas e, em especial nessa segunda fase, além do que era comum por parte dos portugueses o contrabando desses animais, é fácil imaginar o que foi feito.

Inicia-se assim o deslocamento dos portugueses para o Rio Grande do Sul oriundos da região central vindos por Laguna e Viamão. Daqui foram levadas milhares de cabeças de bovinos e muares em diversas tropas com destino a São Paulo, Rio de Janeiro e toda a Região Mineira. É dessa trajetória que estipulou-se alguns lugares de paradas certas, geralmente em função de abundância de água, onde tropas e tropeiros pernoitavam. Muitas dessas localidades com o tempo viraram fazendas, transformando-se mais tarde nas chamadas freguesias, e depois dessas, evoluídas à categoria de vilas e, conseqüentemente, o berço de muitas cidades existente até hoje no atual Rio Grande do Sul.

O crescimento dessas, e de tantas outras cidades Riograndenses, deve-se em especial à técnica da produção do charque, facilitando o manuseio, a conservação e o transporte, tornando assim, viável a permanência dos primeiros portugueses em solo gaúcho. Surgia assim as charqueadas.

Em 1725 a Coroa Portuguesa introduz em solo gaúcho, para povoar os campos de Viamão, os portugueses oriundos das ilhas de Açores. Aqui foram chamados simplesmente de Açorianos. Era uma forma diferente de colonização lusitana, pois esses colonos eram, em sua grande maioria, casais. Famílias de imigrantes que se faziam importantíssimos para a radicação portuguesas no continente de São Pedro e em toda a Banda Oriental do Rio Uruguai.

Em 1734 já se poderia contar 27 estâncias portuguesas estabelecidas desde Tramandaí até a cidade de Rio Grande.

Em 1735 os conflitos entre Portugal e Espanha tomam proporções vultuosíssimas. Devido à alternância de poder na Colônia do Sacramento, Portugal é obrigado a pagar às forças espanholas uma enorme quantia de tributos. Este acontecimento determina a fundação do Presídio do Rio Grande e a criação do forte Jesus Maria e José na cidade de Rio Grande, em 1737.

Para Portugal a manutenção da Colônia do Sacramento está saindo caro demais mas não poderia demonstrar o seu desinteresse, visto que, a localização era privilegiadíssima. Por sua vez, a Espanha gostava cada vez menos do avanço português em direção ao Prata.

Não bastasse tudo isso, as Coroas sentiam-se manipuladas pelos seus aliados – Ingleses apoiavam Portugal e os Franceses apoiavam a Espanha.

#### **4.12 O TRATADO DE MADRI**

Percebendo que não haveria outra alternativa que não fosse a diplomática, decidem, mantendo um rigoroso sigilo, as Coroas Espanholas e Portuguesas a criar um tratado que pudesse por fim aos conflitos, e resolvesse de forma pacífica, onde ficariam os limites pertencentes a cada um.

Os principais interlocutores encarregados para isso, foram o espanhol José de Carvajal y Lancaster, que cuidava dos negócios exteriores do Rei Fernando VI, e o brasileiro Alexandre de Gusmão, nascido em Santos em 1695, secretário do Rei D. João V de Portugal.

Além de muito culto, Gusmão era profundo conhecedor dos problemas de fronteiras da América portuguesa e dos negócios coloniais. Baseado em suas próprias observações, astuciosamente defendeu o princípio de *uti possidetis*, ou

seja, cada parte deveria ficar com o que efetivamente ocupava na época, e usar como marcos, os limites naturais, como rios e montanhas.

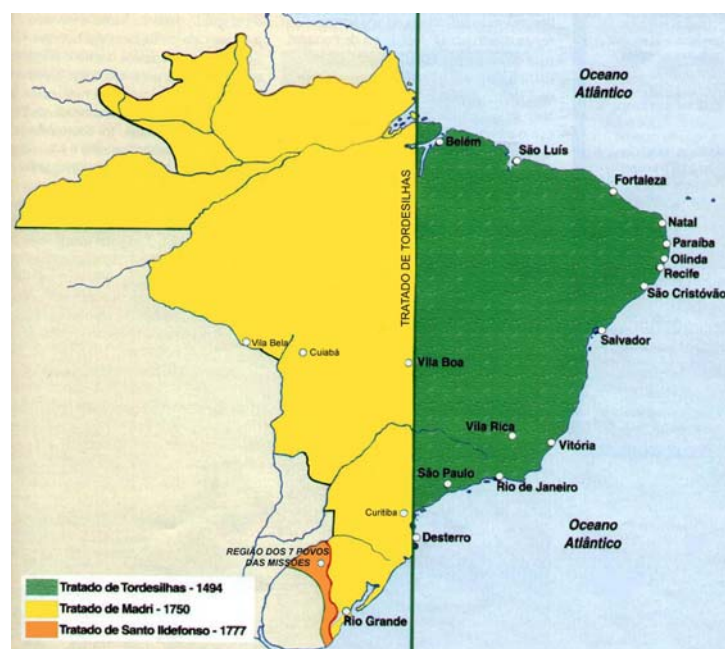
A Espanha insistia em ficar com a Colônia do Sacramento, pois para ela significaria a detenção do monopólio do Rio da Prata, que Portugal só concordava em abrir mão, mediante uma real compensação financeira.

A solução encontrada foi que o pagamento pela Colônia do Sacramento seria toda a região ocupada pelos sete povos das missões, complementada com todo o gado, existente na região, que não pudessem ser levados pelos índios, em sua desocupação da área. Para Portugal isso era excelente pois receberia pela Colônia do Sacramento quase a metade de um estado, além do que, pelo o princípio do *uti possidetis* a Espanha iria reconhecer como seu, todo o território conquistado pelos religiosos, bandeirantes e sertanistas, muito além obviamente, do antigo e já ultrapassado Tratado de Tordesilhas.

Assinava-se assim, em 13 de janeiro de 1750, o Tratado de Madri com a finalidade de por fim aos conflitos existentes nas colônias entre Portugal e Espanha.

Pelo menos sob o aspecto diplomático isso foi possível, porém, na prática, era necessário persuadir e convencer a toda a população que habitavam os 7 povos das missões a abandonar tudo aquilo que já haviam construído há 130 anos e retirarem-se para outras terras.

#### Quadro 8 – Território brasileiro delimitado pelos tratados com a Espanha



Fonte: Brasil 500 anos, Editora Nova Cultural, p. 209 (Adaptado para este trabalho)

Sem dúvida um dos atos mais importantes da história diplomática do século XVIII, referente ao Rio da Prata, o Tratado de Madri seria para a civilização guaraníca a assinatura de uma sentença de morte.

O acordo firmado entre as nações ibéricas, quanto à nova divisão de limites ou à mudança da posse dos territórios era para os índios Guaranis um problema alheio à sua competência, mas as conseqüências desse impasse assumiriam graves proporções. O normal seria que os índios continuassem habitando o seu solo nativo, trocando apenas de metrópole. No entanto, essa mudança se faz necessária por cláusula imposta pela Espanha.

A Espanha receava que, na hipótese de voltarem as hostilidades com Portugal, ou caso acontecesse algum desacerto no acordo de paz feito sob a letra do tratado, os indígenas Guaranis poderiam ser usados como arma por Portugal, contra a Espanha. Por isso ficou acertado que as populações alfaias, gado e milicianos não deviam ficar atrelados ao domínio português.

A Portugal também não interessava a presença dos guaranis na região, pois, temendo que os jesuítas espanhóis, em retaliação ao acordo efetuado, incitassem os índios a dificultar ou até mesmo impedir o desenvolvimento que queriam implantar no local. Com a retirada dos índios, Portugal teria a liberdade de ação que tanto desejava. Com isso, concordou que os índios, seus pertences e semoventes pudessem ser levados para facilitar a fundação de outras missões em terras d'Espanha.

Dentre todos os artigos que compõem o Tratado, destaca-se aqui, a cláusula XVI, impondo a entrega dos Sete Povos para Portugal:

Das Povoações e aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem Oriental do Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis, e efeitos, levando consigo os índios para aldear em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus móveis e semoventes, e as Armas, Pólvora, e Munições que tiverem; em cuja forma se entregarão as povoações à Coroa de Portugal, com todas as suas Casas, Igrejas e Edifícios, e a propriedade e posse do terreno.

As estipulações fixadas no Tratado de Madri contribuíram para aumentar o clima hostil existentes entre os indígenas Guaranis e os portugueses. As divergências que ambos enfrentaram em tempos passados ressurgem com mais força, por tratar-se agora de uma questão de soberania portuguesa de um território em que os Guaranis haviam se estabelecido há mais de dois mil anos. Se os

portugueses reclamavam o seu direito de "Uso Capião" ou "Uti Possidetis", haveriam então que priorizar o direito adquirido pelos indígenas sobre um território onde viveram geração após geração, e que agora deveriam deixar "pacificamente". Algo incompreensível para as mentes indígenas, dissociadas das manobras políticas.

Retirar-se de suas reduções, entregando suas terras herdadas de seus ancestrais, além de suas lavouras, ervais, vacarias estâncias, algodoais, abandonando as casas, os templos, as oficinas, enfim tudo de onde retiravam o seu sustento e, ainda, dar posse disso tudo aos portugueses, seus maiores inimigos no Rio da Prata, era inaceitável para os guaranis. Não havia como ficar impassível diante desses acontecimentos. Embora os índios não tivessem, como o homem branco, o sentimento de pátria, possuía um apego telúrico ao território que os virá nascer, e no qual já haviam se fixado há mais de um século. Não tinham como abandonar a tudo isso sem resistência.

Os jesuítas por sua vez reconheciam que os proprietários de Direito dessas terras eram os indígenas, mas, viam-se amarados ao princípio de que eles, os jesuítas, eram uma extensão da Coroa e a ela deveriam obediência, pois, se tinham a direção e a tutela desses indígenas, era por designação Del Rei. Por outro lado tinham plena consciência que atender a ordem dada pela Coroa, significava por fim a todo o trabalho que, por mais de cento e trinta anos, estavam realizando nos Sete Povos e junto aos Guaranis.

É difícil descrever em sua plenitude o clima de tensão e desespero vivido na colônia espanhola do 7 povos das missões nos anos de 1750. Não bastasse tudo isso, em 31 de julho desse mesmo ano, morria em Portugal o Rei D. João V – conhecido na coroa como bonachão e carola perdulário –. Em seu lugar assume D. José I que nomeia como Primeiro Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, em substituição a Alexandre de Gusmão que fora secretário do rei D. João V, e o interlocutor português do Tratado de Madri.

Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Carvalho e Melo defendia os direitos absolutistas da coroa portuguesa formando assim um contra-senso às suas idéias modernistas do iluminismo.

Tirânico, centralizador e autoritário, Pombal, que boa parte da historiografia o classifica como "déspota esclarecido", praticou, durante 27 anos que empalmou o governo, a mais completa concentração do poder por parte do estado que Portugal até então conheceu.

#### 4.13 A GUERRA GUARANÍTICA

Um ano após a publicação do tratado, em 17 de janeiro de 1751, firmou-se um Convênio Secreto Adicional. Por ele, os reis de Espanha e Portugal se comprometiam, por não verem cumprido até então o contrato, a responder, em caso de uma resistência dos "índios e habitantes", de realizar a transmigração das aldeias e territórios missioneiros, sob a força das armas, caso não houvesse obediência imediata a essa medida.

É neste convênio adicional, que podemos ter claro o antagonismo das Coroas espanholas e portuguesas, pois, se o objetivo do Tratado de Madri, era solucionar ou ao menos amenizar os conflitos em suas possessões na América, como forma diplomática de "Impor a Paz", extirpar de suas terras os nativos guaranis sob a força das armas, deixa claro que o acordo garantia a "pacífica mudança" de forma violenta e brutal onde, o que prevalecia era os interesses diplomáticos e comerciais sem levar em conta os meios utilizados para atingir a esses objetivos.

Diante da relutância dos índios em deixar o local, as autoridades ibéricas, davam aos nativos, o reduzido prazo de um ano para efetivar a entrega das terras aos portugueses, e ainda, dentro desse prazo, efetuar o transporte de seus bens, a transferência de cerca de trinta mil guaranis, segundo as cifras mais modestas, e mais, teriam que arranjar um lugar para assentar-se. Entendiam que, com este prazo complementar, estariam sendo benevolentes e tolerantes, pois, até então já se passara um ano da assinatura do tratado e nada havia mudado

Assim, Para cumprir as designações do tratado, por ordem do rei de Espanha, veio para a América o padre Luís Lopes Altamirano, comissário eclesiástico, encarregado de supervisionar o cumprimento das estipulações do tratado, designado pelo Real Patronato. Em carta ao Superior das Missões do Uruguai, Padre Strobel, de 22 de setembro de 1752, Altamirano impõe aos padres algumas determinações. Em nome do rei e do Padre Geral e sob pena mortal, em virtude da Santa Obediência, que os jesuítas não impeçam, nem resistam direta ou indiretamente, por palavras ou por escrito, à mudança dos índios. E ainda, que os mesmos jesuítas, não retardem a dita retirada sob quaisquer pretextos sem expresse consentimento seu.

Era a forma de acuar os jesuítas e fazer com que fizessem frente à retirada, diante do iminente perigo de guerra. A data que deveria ser processada a transmigração ficara estipulada para dia 3 de novembro de 1752.

Em aclamações desesperadas solicitadas, verbalmente e por escrito, a coroa por parte dos jesuítas, o prazo foi dilatado mais uma vez. Estipulava-se, como último e derradeiro prazo, a data de 15 de agosto de 1753.

Ao aproximar-se a data e ciente da não desocupação, o padre Altamirano, ao tomar conhecimento da declaração formal de guerra, autorizando o general Gomes Freire de Andrada, na época governador do Rio de Janeiro e representante das forças portuguesas na região, e o Marquês de Valdelírios, que representava as forças espanholas a iniciarem a demarcação e se necessário fosse, a atacarem as missões dos Sete Povos, dirige uma carta circular aos jesuítas ordenando a destruição de toda a pólvora que existisse em seus depósitos. Queria ainda que os padres impedissem o fabrico das lanças, setas ou armas de qualquer espécie. Pois se não fosse possível induzir esses povos a conformar-se com a execução do tratado os padres haveriam de consumir as hortas, destruir os seus vasos sagrados, tomar seus breviários e prosseguir imediatamente a Buenos Aires. Para que não se dissesse, nem mesmo insinuassem, que era a Companhia que instigava a rebelião.

Apesar da iniquidade das forças e em frente a todo o dilema, os padres jesuítas não arredaram pé. Dos quatorze jesuítas residentes nas 7 missões, onze deles, permaneceram com os Guaranis até o fim. O padre Lourenço Balda foi um deles e tornou-se um importante estrategista.

Deflagrada a guerra que duraria três anos, de 1753 a 1756, destaca-se como grande guerreiro àquele, que hoje representa o símbolo de justiça, e a coragem do povo missioneiro, sendo o grande líder da redução de São Miguel, o índio SEPÉ TIARAJU.

É desse nativo, cacique Guarani, da redução de São Miguel Arcanjo, a origem do grito “**ESTA TERRA TEM DONO**” ELA FOI DADA POR DEUS E SÃO MIGUEL”.

Corregedor de São Miguel, José Tiaraju (Sepé) como era chamado, lutou com bravura contra as forças ibéricas nestes três longos anos. Não aceitava e não podia entender como o rei d’Espanha, seu ex-aliado de tantas batalhas, pois inúmeras vezes lutaram juntos pelos mesmos ideais, buscando conter o avanço português na região, viesse a lhe atacar, agora acomunado às forças lusitanas.



O grito de Sepé, dito ao general Gomes Freire, ao se negar à rendição em uma tentativa frustrada de trégua, tornara-se a bandeira dos guaranis que lutavam em ações de ataques do tipo guerrilhas, buscando enfraquecer as forças inimigas.

As forças espanholas, ao longo desses três anos, trocava o seu comando mais duas vezes. Em substituição ao Marquês de Valdelírios, assumiria o comando o governador de Buenos Aires D. Josep de Andonaegui substituído mais tarde pelo General José Joaquim Viana, na época, governador de Montevideu.

Por ver crescer a ousadia de Sepé e seus homens as forças aliadas unem esforços com o objetivo de liquidar o cacique. Sabiam que sem o seu líder os índios perderiam as forças.

Na tarde de 7 de fevereiro de 1756 armam uma emboscada para Sepé. Ferido mortalmente por uma lança portuguesa que lhe fora atirada pelas costas, Sepé abraça-se ao pescoço de seu cavalo e tenta resistir. Quase pendurado pelos estribos não resiste e cai mais ao longe. Seguido de perto pelo inimigo, ainda consegue, destendendo seu arco de guerra e atirar uma flecha certa na face do português que o havia atingido. Tombado e ferido mortalmente, ainda lhe temem a coragem e bravura, mas o sangue lhe escorre as golfadas pela ferida, absorvida pela terra amada, e por quem tanto lutara, agonizava Sepé.

Chegando ao local onde o entrevero esmaece como a vida de Sepé e, do alto de sua cela, Joaquim Viana, despeja sua pistola sobre o corpo já quase inerte de Sepé Tiaraju.

Morria o “Centauro dos Pampas” e com ele os sonhos de liberdade do povo guarani. Três dias depois travava-se, próximo ao local onde Sepé fora assassinado, a batalha do Caiboaté (próximo a cidade de São Gabriel) sendo o ponto culminante da Guerra Guaranítica.

Na verdade, a definição mais exata, deste confronto, deveria chamar-se de chacina ou assassinato em massa, pois, no final da batalha, dos 1700 índios que formavam o exercito guarani, 1511 haviam tombado mortos, e, do exercito aliado, apenas quatro baixas foram computadas. Três espanhóis e apenas um português.

Em 17 de maio de 1756 o general Gomes Freire invade São Miguel, e no final do mesmo ano a redução de Santo Ângelo, ali permanecendo até o inicio de 1757.

Além de Sepé, nomes como o de Nicolau Ñenguiru que fora o corregedor da redução de Concepción, e que sucedera Sepé, na batalha de Caiboaté, assim como, Cristóforo Acatu, Bartolomeu Candiú, Tiago Pindó e Miguel Javat, foram guerreiros

de destaque na guerra guaranítica. Os dois primeiros caciques da redução de São Luís e os dois últimos da redução de Santo Ângelo.

Motivado pelos acontecimentos, aonde imputava aos jesuítas a culpa pela resistência, pois para poder ver progredir suas idéias iluministas era preciso minara as forças da igreja, Pombal acusava fervorosamente os inicianos. Alegava ao rei que além da traição, os jesuítas haviam construído um verdadeiro império, autônomo e auto-suficiente, atentando desta forma as necessidades financeiras vivida pela Coroa. Como muito bem coloca Charles Boxer, “Pombal não admitia nenhuma tirania além da sua”, e eliminar a Companhia de Jesus, do império Lusitano, sob o rótulo de traidora, era tudo que precisava para enfraquecer a Igreja Romana.

Com isso, consegue em 1759, da terra Brasilis e também de Portugal, varrer a presença dos jesuítas. Exemplo seguido pela Espanha pelo mesmo motivo de traição por terem fomentado os índios contra o tratado de Madri.

Por questões diplomáticas em 1777 é assinado entre Portugal e Espanha o tratado de Santo Idelfonso, que anulava o Tratado de Madri, reconstituindo a posse da Colônia do Santíssimo Sacramento a Portugal e a região das Missões para a Espanha. Isso equivale a dizer que a morte de Sepé Tiaraju e todos os 1511 índios massacrados em Caiboaté além de tantos outros ao longo dos três anos da Guerra Guaranítica, havia sido em vão.

Os índios remanescentes desse holocausto Guaranítico, ou atravessaram para a Argentina ou os que aqui ficaram acabaram como peões de estâncias portuguesas que avançavam pelo Rio Grande.

A questão fronteira do Rio Grande do Sul continuaria ainda por longos anos, e os limites territoriais iriam se acomodar apenas em 1801, quando o Tratado de Badajós moldaria definitivamente o traçado dos dois grandes impérios da América do Sul, sobre as cinzas dos 7 Povos Missioneiros.

## **CAPÍTULO 5**

### **METODOLOGIA**

---

Este capítulo visa apresentar a metodologia ou conjunto de técnicas que serviram de diretrizes para as ações operacionais fornecendo sustentação e validade científica ao trabalho de pesquisa. Sendo a pesquisa aqui entendida como atividade básica da ciência na indagação e construção da realidade.

Para Gil (1999, p.42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Na condução de análises, existem basicamente dois tipos de dados a serem buscados: dados publicados e aqueles coletados em entrevistas com participantes e observadores do setor. Uma análise completa é uma tarefa pesada, portanto, antes de considerar-se as fontes específicas é importante apreciar uma estratégia global para a condução do estudo.

Assim são feitas descrições da natureza e características da pesquisa, ressaltando-se a importância da realização de enquetes como elementos chave de coleta de dados para aprofundar os estudos sobre o segmento da economia em estudo.

#### **5.1 NATUREZA E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

Segundo Godoy (1995) a pesquisa nas ciências sociais tem sido marcada, ao longo dos tempos, por estudos que valorizam a adoção de métodos quantitativos na descrição e explicação dos fenômenos. Já na atualidade, identifica-se uma outra forma de abordagem que vem se instalando e afirmando-se como uma tentativa de investigação mais global para a descoberta e compreensão do que se passa nos contextos organizacionais e sociais. Trata-se da pesquisa qualitativa, o qual nos

últimos trinta anos começou a ganhar espaço em outras áreas além da sociologia e antropologia.

Como a problemática em questão, procurou compreender a relação entre as características empreendedoras e as suas evidências nas pessoas diretamente ligadas a questão turístico-cultural missioneira ou residentes nas localidades dos sete povos das missões e, conseqüentemente inseridas no contexto social, a natureza da pesquisa é qualitativa, refletida na definição do problema.

Straus (1990) e Minayo (1994) referem-se à pesquisa qualitativa como sendo aquela utilizada para responder a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser simplesmente reduzidos à operacionalização de variáveis.

Considerando o objetivo dessa pesquisa, a mesma pode ser caracterizada como exploratória, descritiva e explicativa.

Exploratória, pelo fato de ter como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, idéias para a formulação de abordagens mais condizentes com o desenvolvimento de estudos posteriores. Por esta razão, a pesquisa exploratória constitui a primeira etapa desse estudo para familiarizar o pesquisador com o assunto que se procura investigar.

É descritiva, no momento em que o pesquisador procura descrever a realidade como ela é, sem se preocupar em modificá-la.

Ainda, tem caráter explicativo porque tem a preocupação de identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos (Gil,1993; Rudio, 1995). Com essas perspectivas o modo de investigação que fundamenta o presente trabalho, identifica-se como estudo de caso.

Para Gil (1993) o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados.

Logo, os estudos de caso qualitativos ou naturalísticos, assim chamados porque se desenvolvem numa situação natural, são ricos em dados descritivos, têm

um plano aberto e flexível, focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada.

Yin (1991) define o estudo de caso como um questionamento empírico, que investiga o fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real de vida na situação em que os limites entre fenômeno e contexto não são claramente evidentes, e nos quais múltiplas fontes de evidência são usadas.

Campomar (1991) diz que o estudo de caso caracteriza-se por ser um método qualitativo, devido ao fato de que as inferências a partir dos resultados obtidos não são estatísticas, consistindo na análise intensiva de uma ou poucas situações, sendo priorizada a descrição completa e o entendimento dos fatores de cada situação.

O modo de investigação do tipo estudo de caso tem, por si mesmo, segundo Bruyne et al (1991), um caráter particularizador, já que seu poder de generalização é limitado na medida em que a validade de suas conclusões permanece contingente.

Corroborando e avançando as contribuições dos autores acima citados, Yin (1991), ressalta a importância de cuidados no planejamento e realização desses estudos, quando considerados os desafios do pesquisador na utilização dos métodos e estratégias propostas. O autor salienta, também como fundamental, a necessidade do entendimento de fenômenos sociais complexos ao enfatizar que tais investigações permitem análises acerca das características significativas de eventos da vida real, numa direção que contribui para um entendimento holístico desta dimensão (Milioli, 1999).

Do ponto de vista da sua natureza o tipo de pesquisa a ser utilizada é pesquisa aplicada, pois, objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática e é dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais.

## **5.2 INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS**

A coleta e análise de dados não se constituem em etapas isoladas e estanques, e sim de acordo com Gil (1993) e Trivinõs (1995), estão sempre estreitamente relacionadas e são conduzidas numa interação constante. Portanto, desenvolvem-se através de um processo de interação de forma dinâmica à medida

que as informações são coletadas e analisadas, gerando a necessidade de novas buscas de dados.

Como principais elementos de sondagem, coleta e análise de dados foram utilizadas as perspectivas documentais, bibliográficas e entrevistas.

A análise documental consiste em uma série de operações que visa estudar e analisar um ou vários documentos a fim de descobrir as circunstâncias sociais e econômicas relacionadas. Pode ainda, proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos para evitar a perda de tempo com levantamento de campo a partir da análise dos seguintes documentos: arquivos históricos, registros estatísticos, diários, atas, biografias, jornais, revistas, entre outros. Assim, a análise documental, visou favorecer tanto o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica quanto a de campo.

Para facilitar a identificação das informações de campo, relativa ao assunto pesquisado, tornou-se necessário realizar:

- Leitura preliminar como forma de entrosamento com o assunto;
- leitura seletiva com o objetivo de identificar os principais eventos/ atividades ocorridos no período considerado para análise;
- leitura reflexiva para melhor compreensão do assunto. O estudo crítico pode ser resultante do processo de aprendizagem, da percepção dos significados e do processo de assimilação. A percepção dos significados ocorre mediante a verificação das relações internas dos dados do assunto ou problema.
- leitura interpretativa à luz das abordagens teóricas e empíricas discutidas pelos autores pesquisados em relação às questões em estudo.

Por isso, o conteúdo de um texto é pertinente e útil na medida em que contribui para a solução dos problemas propostos. Assim, a primeira fase de coleta de dados, quanto à perspectiva documental e bibliográfica, passou por quatro etapas, tendo como principais fontes de informação:

a) produção teórica acadêmica, bibliografias e relatórios sobre o turismo, a sua evolução histórica, sua importância, bem como conceitos de empreendedorismo, características e habilidades do empreendedor, entre outros. Essa fase favoreceu uma revisão teórica, possibilitando visualizar caminhos para o estudo proposto;

b) registros documentais do acervo dos órgãos oficiais, periódicos e jornais. A importância desses registros, aliados a textos acadêmicos e históricos, proporcionou

um panorama sobre o segmento a ser estudado e sua relação com as características empreendedoras;

c) textos e livros especializados, estudos realizados por institutos, universidades, relatórios de agências governamentais de desenvolvimento e outros órgãos e entidades ligadas ao setor (associações, sindicatos, governo). Essas fontes proporcionaram a descrição do turismo em todos os níveis, assim como na região em estudo, além de fornecerem as perspectivas de desenvolvimento para o segmento.

Não obstante a força das fontes documentais e bibliográficas para a estruturação deste trabalho, considerou-se o papel e a utilização das entrevistas e questionários, como fundamentais e importante ingredientes na análise.

Quanto às entrevistas, autores como Yin (1991) e Gil (1993), dizem que elas são uma das mais importantes fontes de informação nos estudos de caso. A entrevista, enquanto técnica de coleta de dados, é muito adequada na obtenção de informações sobre o que as pessoas conhecem, sentem, realizam ou pretendem realizar, assim como suas explicações sobre os acontecimentos precedentes.

Optou-se pela amostra intencional, onde a escolha da amostra das pessoas contemplou, além das pessoas normalmente envolvidas com esse assunto, como prefeitos e secretários municipais, também pessoas responsáveis pela formação de opinião e desenvolvimento dos municípios como empresários, historiadores, turistas em visita aos sítios arqueológicos, representantes de classes, pessoas ligadas à educação e moradores locais residentes nos municípios missioneiros. A preocupação com a significância estatística da amostra não tem sentido neste caso.

A escolha das pessoas formadoras de opinião na região em estudo, e não de uma amostra aleatória e eventualmente mais representativa, se deve ao fato que o objetivo do estudo é identificar o perfil empreendedor destes e não coletar dados estatísticos.

Por sua vez os questionários direcionados a moradores e turistas em visitas as cidades missioneiras foram feitas aleatoriamente em meses e localidades diferentes onde foram respondidos 176 questionários por turistas e 177 questionários por pessoas residentes nessas cidades. Em anexo estão os questionários dirigidos aos turistas e aos moradores.

As entrevistas se desenrolaram a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias

adaptações. Ou seja, apresenta um certo grau de estruturação e guia-se através de pontos que irão explorar o conhecimento do entrevistado sobre o tema abordado.

Ao final das entrevistas dispôs-se de dados que permitiram uma compreensão do segmento. Não se trata de dados detalhados, mas dos dados fundamentais que sendo carregados de poder explicativo permitiram as análises.

Um dos aspectos mais importantes foi a determinação de quais os dados eram essenciais para o segmento de maneira sistêmica enquadrando ou não com as características determinantes do empreendedor de sucesso.

A análise dos dados qualitativos é um processo criativo que demanda rigor intelectual, uma grande quantidade de dificuldades e um trabalho muito cuidadoso, pois as diferentes pessoas dirigem sua criatividade, seu esforço intelectual e seu trabalho de modos diferentes, não existindo apenas uma forma correta para organizar, analisar e interpretar dados qualitativos.

Com base em Minayo (1992) podem-se apontar finalidades, as quais são complementares para essa etapa: estabelecer uma compreensão dos dados coletados e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural do qual faz parte.

### **5.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO**

Independente da natureza do estudo seja ele quantitativo ou qualitativo do referencial teórico escolhido e dos procedimentos metodológicos utilizados, o mesmo apresenta limitações e essas devem ser esclarecidas como forma de favorecer discussões sobre o que se está estudando. As limitações do estudo detectadas foram as seguintes:

a) quanto à perspectiva, às técnicas de coleta e de tratamento dos dados.

Os dados obtidos através das entrevistas nem sempre retratam a realidade, já que eles por depoimentos são voláteis, pois decorrem das percepções dos pesquisados. A compreensão muda com o transcorrer do tempo, podendo distorcer a realidade ou o fenômeno que se está investigando.

b) quanto aos aspectos externos.

O setor escolhido para o estudo empírico é bastante complexo e cíclico, pois depende de um nível mínimo de demanda, ou seja, uma quantidade determinada de entradas (pessoas, materiais, recursos financeiros, recursos naturais, informação,



entre outros) que através do processo de transformações resultam em saídas (serviços, produtos, lazer, entre outros) em quantidade suficiente para a continuidade do ciclo, bem como, amplamente divulgado pelos meios de comunicação como um segmento da economia responsável pelo desenvolvimento e geração de emprego e renda em localidades que o exploram corretamente. Tal fato pode levar a uma visão sem perspicácia por conta do sentimento de descoberta de uma panacéia para a região por parte dos entrevistados.

## CAPÍTULO 6

### O ESTUDO DE CASO

---

A motivação da descrição do relato Histórico das páginas anteriores, dá-se em função de dois motivos.

- 1) Desconhecer uma bibliografia que falasse sobre a História Guaranítica, interligando-a aos fatos ocorridos na colônia espanhola, na colônia portuguesa e simultaneamente que a ligasse com as motivações que levaram as coroas ibéricas a tomar as atitudes que tomaram, ou seja, envolvendo a Europa de Portugal e Espanha e suas colônias na América, e, cujo assunto se relacionasse como a civilização Guaranítica, considerando os fatos e suas conseqüências cronológicas.
- 2) Demonstrar aos leitores deste trabalho à beleza histórica incutida na cultura guaranítica, apesar de todas as atrocidades a ela cometida, e a importância que ela representa para acervo histórico Brasileiro, Riograndense em especial a Região das Missões.

Não nos cabe em meio ao século XXI julgar certo ou errado o aqui acontecido, fatos que não podemos mudar, mas sim, a cada cidadão Riograndense, que se diga “Gaúcho” na mais completa acepção que o termo sugere, conhecer e repensar o passado desses nossos ancestrais que aqui viveram e morreram em defesa do solo que pisamos. O povo Guarani.

Motivados pelo orgulho ou quiçá pela vergonha das barbáries cometidas por nossos antepassados, sejamos nós, descendentes de qualquer das inúmeras linhagens que formam as etnias do povo deste Estado, a ter sempre claro em nossas mentes e em nossos corações que “Esta terra tem dono”. Se hoje, somos dela posseiros, não esqueçamos jamais, de como e quando, e sobretudo de quem, legamos a terra, os hábitos e costumes que nos tornam singulares perante todos os Estados da Nação Brasileira.

Preservar, cultivar e conhecer são, portanto, três verbos a serem conjugados no tempo presente e futuro pelos que aqui residem e por aqueles, que pelos mais diversos motivos aqui vêm visitar. Somente dessa maneira as próximas gerações poderão ter claro o que aqui aconteceu e a sua real importância para a cultura regional e ao acervo histórico Nacional.

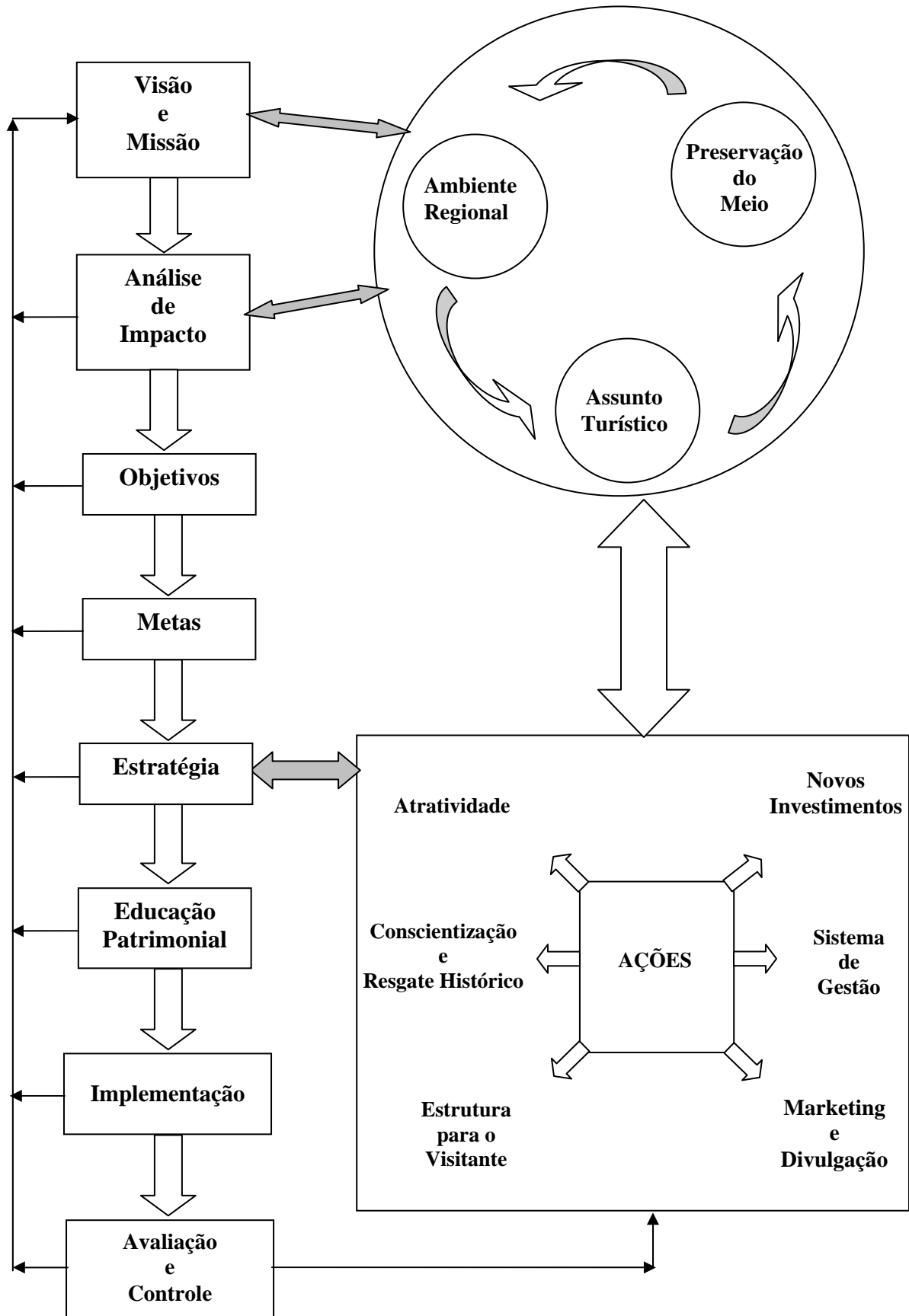
Tombado pela UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, em 06 de Dezembro de 1983 a redução de São Miguel Arcanjo é hoje Patrimônio Cultural da Humanidade e a última redução mais bem preservada, daquilo que foi os Sete Povos Missionários. Em sua igreja, construída nos anos de 1735 a 1744, idealizada pelo arquiteto João Batista Primoli nos demonstra, pela beleza de seus traços, parte da obra deixada pelos jesuítas espanhóis, na cultura Guarani.

Para que se possa ter idéia da importância que este sítio arqueológico representa para a cultura do Riograndense, basta apenas dizer, que é o único Patrimônio da Humanidade reconhecido e tombado pelo UNESCO em todo o Rio Grande do Sul até o ano de 2005.

São Miguel das Missões foi desmembrado de Santo Ângelo, e possui em sua área geográfica monumentos históricos que além da sua igreja são considerados pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. A luta pela emancipação desse Município existe desde 1978, finalmente, em 20 de dezembro de 1987, foi realizado o plebiscito. Pela Lei n. 8584 de 29 de abril de 1988, é criado o Município de São Miguel das Missões.

## **6.1 – PROPOSTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

É com este cuidado e com esta motivação que apresentamos a seguinte **Proposta de Políticas Públicas Integradas de desenvolvimento Regional** que demonstra de forma gráfica e sistemática, a interligação existente entre setores relacionados à matéria em questão, e o cuidado a ser tomado quando qualquer desses tópicos for alterado, podendo se não bem planejado, causar desequilíbrio no sistema como um todo.



Fonte: Adaptação de Brutti, J A (2002, p.81) – “Um programa de empreendedorismo para instituições de ensino e pesquisa tecnológica – UFSM / RS

O sistema apresentado na página anterior pode ser dividido em três partes distintas: a primeira parte é o assunto propriamente dito, ou seja, o assunto turístico, o seu meio e as formas de preservá-lo; a segunda parte são as etapas do programa que visa o desenvolvimento regional através do turismo e finalmente a terceira parte descreve as ações, passíveis de serem tomadas, com vistas para que o desenvolvimento desejado possa ser implantado de forma racional e coerente.

No todo, estas três partes, são componentes do sistema de análise ambiental que precisam estar plenamente afinadas, pois, qualquer ação, sem levar em conta o contexto global, poderá provocar o desequilíbrio do sistema como um todo.

### **6.1.1 – Visão e Missão do Programa**

A missão reflete a razão de existir do programa, o que ele é e o que faz. A visão define onde o programa quer chegar, a direção que pretende seguir e o que quer ser.

Drucker (1998) afirma que “definir a missão é doloroso e arriscado, mas é só assim que se consegue estabelecer políticas, desenvolver estratégias, concentrar recursos e começar a trabalhar.”

### **6.1.2 – Análise de Impacto**

Mede os riscos de aplicação do programa e de qualquer uma das ações que possam vir a ser tomadas no decorrer do tempo. Considera o ambiente externo em suas oportunidades e ameaças que são fatores não controláveis. Da mesma forma analisa o ambiente interno por suas forças e fraquezas que são fatores controláveis. Assim, é possível definir os fatores críticos de sucesso que são as habilidades e os recursos necessários para sua implementação.

### **6.1.3 – Objetivos**

Os objetivos são os anseios de ordem macro, mais abrangentes através dos quais são definidas as formas de cumprir a missão do programa, em busca de sua visão. Devem ser ousados e exigem grande esforço para seu cumprimento.

#### **6.1.4 – Metas**

As metas são ações específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporais definidas com números e resultados a serem obtidos. São as etapas necessárias para alcançar os objetivos.

#### **6.1.5 – Estratégia**

A estratégia define como o programa pretende alcançar seus objetivos e metas. Deve incluir doses de racionalidade e subjetividade, alternativas ou meios para atingir os objetivos e metas antes estipuladas.

#### **6.1.6 – Educação Patrimonial**

Este item visa trazer a conscientização populacional com vistas a preservação histórica regional com vistas a exploração racional dos espaços e a preservação do acervo cultural existente.

#### **6.1.7 – Implementação**

A implementação consiste em colocar em prática todas as ações antes definidas. É fazer acontecer o planejado, de forma racional, segura, cuidadosa e ordenada.

#### **6.1.8 – Avaliação e Controle**

A avaliação e controle é o monitoramento necessário para a correção de rumos à medida que o programa for sendo implementado e controle do ambiente por instrumentos específicos de avaliação de cada uma das etapas.

#### **6.1.9 – Atratividade**

Referindo-se as ações, o item atratividade, busca mensurar a quantidade de atração o tema possui e quais as medidas que possam ser tomadas com vistas a

aumentar o interesse pelo tema. Visa também preservar de forma criteriosa a sua capacidade natural de visitação, evitando o volume excessivo de visitantes, a ponto de por em risco o ambiente e a preservação do patrimônio como um todo.

#### **6.1.10 – Conscientização e Resgate Histórico**

Este item das ações e com certeza um dos mais importantes pois, é através da conscientização e resgate da história que o patrimônio cultural irá se preservar através dos tempos. E a ação necessária de ser feita juntamente com as pessoas residentes em toda a região missioneira.

#### **6.1.11 – Estrutura Para o Visitante**

Este item de ações preocupa-se com a questão estrutural e certamente com a capacidade que possui a região para atender satisfatoriamente os visitantes que vierem visitar as missões.

#### **6.1.12 – Novos Investimentos**

Este item visa analisar quando e onde investir e mensurar quais os impactos econômico-sociais de novos investimentos. É através desse item que busca-se detectar onde e em que investir mantendo o sistema em equilíbrio.

#### **6.1.13 – Sistema de Gestão**

Este item de ações visa levar em conta a importância que órgãos públicos e o setor político em geral têm com relação ao tema e a relevância que esse setor possui para a preservação do patrimônio cultural das missões.

#### **6.1.14 – Marketing e Divulgação**

É neste item de ações que o patrimônio cultural missioneiro se torna conhecido além fronteiras. É através da constante divulgação que o setor turístico regional irá alcançar o desenvolvimento econômico sustentável que almeja.

## **CAPÍTULO 7**

### **RESULTADOS**

---

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos através dos questionários aplicados aos turistas e aos moradores residentes nas cidades que compõem a região dos 7 Povos Missioneiros. Da figura 4 até a 13 são demonstrados os resultados referentes às perguntas efetuadas aos turistas em visita aos sítios arqueológicos à região missioneira e da figura 14 a 24 trás a visão dos moradores residentes nessa região.

A pesquisa foi realizada em diversas datas de abril a novembro de 2005 nas diversas localidades que compõem os Sete Povos das Missões. Além das entrevistas as pessoas formadoras de opinião como secretários de turismo, professores universitários na área de história, prefeitos municipais e escritores, foram respondidos 177 questionários por habitantes locais e 176 questionários por turistas em vista aos sítios arqueológicos.

Dos moradores locais que responderam: 84 pessoas do sexo masculino representando 47,45%; 79 do sexo feminino representando 44,63% e 14 questionários com este item em branco perfazendo 7,92% do total. Desse universo 53,107% com mais de 30 anos.

Dos visitantes: 85 pessoas do sexo masculino representando 48,30%; 87 do sexo feminino representando 49,43% e apenas 4 questionários sem esta identificação representando 2,27% do total. Das 176 pessoas, 51,14% com mais de 30 anos.

#### **7.1 – ANÁLISE DA PESQUISA**

A figura 3 demonstra a quantidade de conhecimentos turistas e moradores locais admitem possuir sobre a cultura Guarani. Esta era a pergunta 1 efetuada em ambos questionários, visando perceber o conhecimento individual sobre o assunto.



Percebe-se que o turista possui maior conhecimento sobre o tema do que os próprios moradores da região.

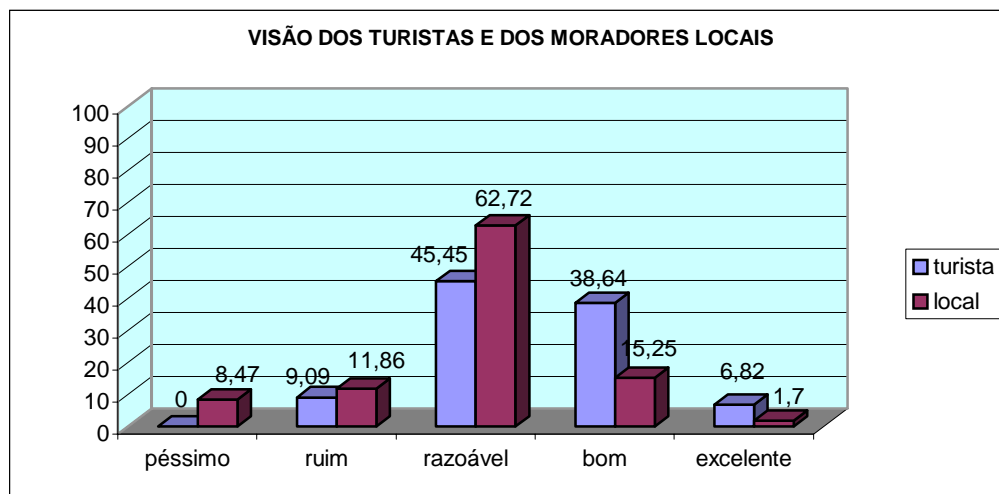


Figura 3 – Valorização Telúrica – Povo desconectado da história

### 7.1.1 – VISÃO DO TURISTA

Como o turista percebe e quais as suas expectativas ao visitar as cidades e sítios arqueológicos da região Missioneira.

#### 7.1.1.1 – Análise quanto a receptividade

A figura 4 mostra a receptividade sentida pelo visitante em relação as pessoas com quem teve contato, e que estão diretamente ligadas ao turismo ou cujo trabalho prestem serviços a esses visitantes. Verifica-se que o turista foi bem recepcionado.

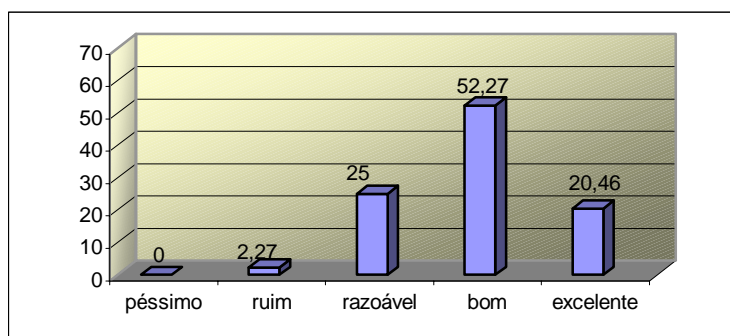


Figura 4 – Índice de receptividade dada pelas pessoas ligadas ao turismo

A figura 5 demonstra como os visitantes foram recebidos pelos moradores locais. Verifica-se que hospitalidade do povo missioneiro é muito boa.

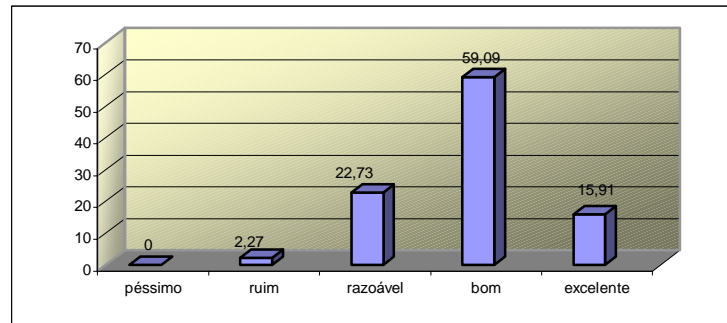


Figura 5 - Índice de receptividade dada pelas pessoas não ligadas ao turismo

### 7.1.1.2 – Análise quanto a estrutura

A figura 6 mostra o que os visitantes acharam da estrutura existente na região para recebê-los. Observa-se que a estrutura dispensada para o setor turístico deixa a desejar, sendo considerada em sua maioria apenas razoável.

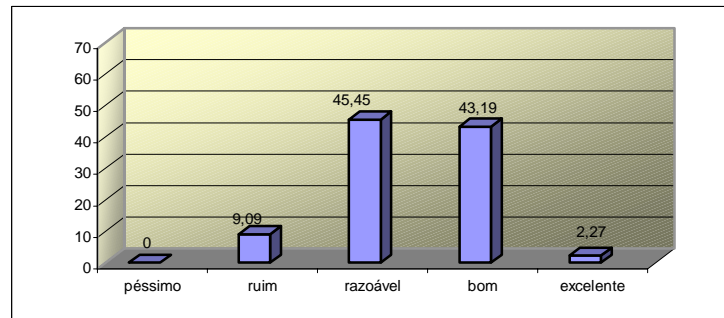


Figura 6 – Índices referentes a estrutura dispensada ao turismo

A figura 7 apresenta o grau de satisfação sentido pelos visitantes em relação a estrutura existente nas cidades no quesito hospedagem. É perceptível que neste item a satisfação dos visitantes é muito boa.

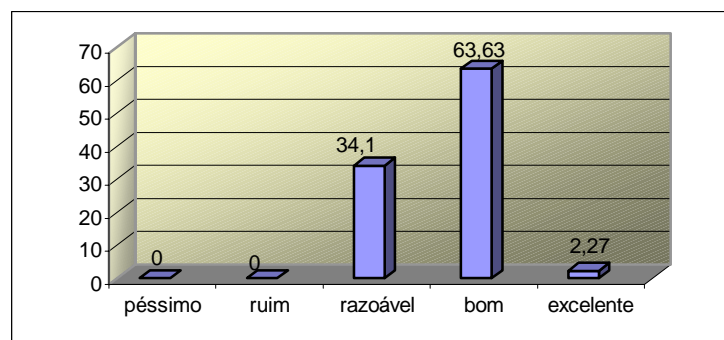


Figura 7 – Índices de satisfação em relação a hospedagem

A figura 8 demonstra como os visitantes percebem a estrutura gastronômica existente na região. A figura demonstra claramente que este é um dos itens mais deficientes na questão estrutural existente em toda a região e em especial no sítio arqueológico de São Miguel por ser justamente o mais visitado.

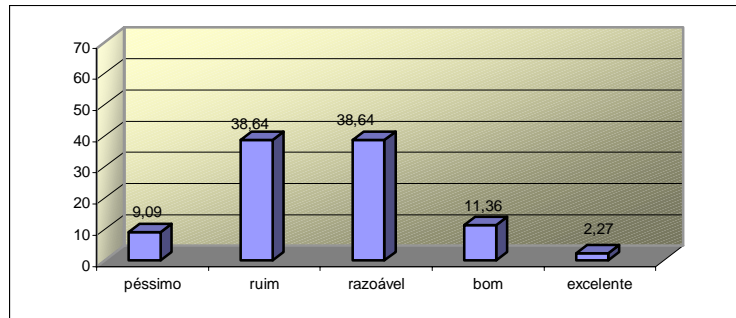


Figura 8 – Índices de satisfação em relação a gastronomia

A figura 9 mostra o grau de satisfação dos visitantes no que diz respeito a qualidade, conforto e confiabilidade em relação aos meios de transportes utilizados nas locomoções para as visitas aos sítios arqueológicos. Esse é o índice estrutural que apresenta o mais alto índice de satisfação.

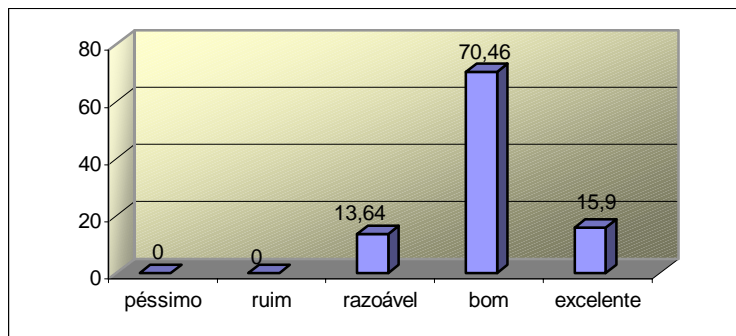


Figura 9 – Índices de satisfação em relação ao transporte

A figura 10 demonstra a qualidade das informações transmitidas aos visitantes por palestrantes, guias e recepcionistas. A figura demonstra como muito boa a qualidade das informações recebidas.

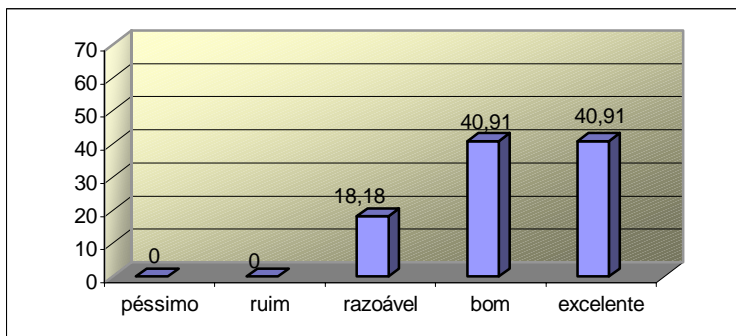


Figura 10 – Índices referentes a qualidade do conhecimento transmitido

A figura 11 mostra como os visitantes perceberam a conservação de prédios, esculturas etc., que fazem parte do acervo do patrimônio histórico missioneiro. O resultado afirma como boa a conservação do patrimônio histórico.

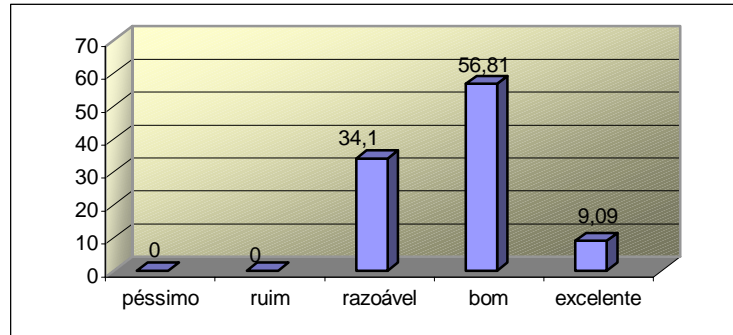


Figura 11 – Índices referentes a conservação do patrimônio histórico

A figura 12 demonstra como os visitantes viram a conservação, limpeza e os cuidados dispensados as cidades visitadas. O índice mostra que os cuidados dispensados as cidades é apenas razoável.

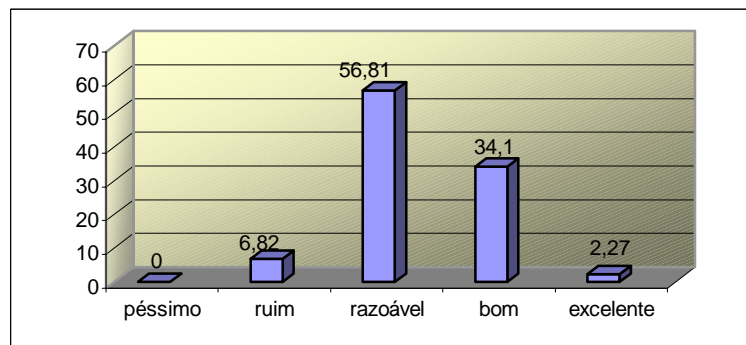


Figura 12 – Índices referentes a conservação das cidades missioneiras

A figura 13 apresenta o grau de satisfação, sentido pelo visitante, em relação a expectativa do que iria encontrar ao visitar a região missioneira. O indicador demonstra que de maneira geral as expectativas foram atendidas a contento.

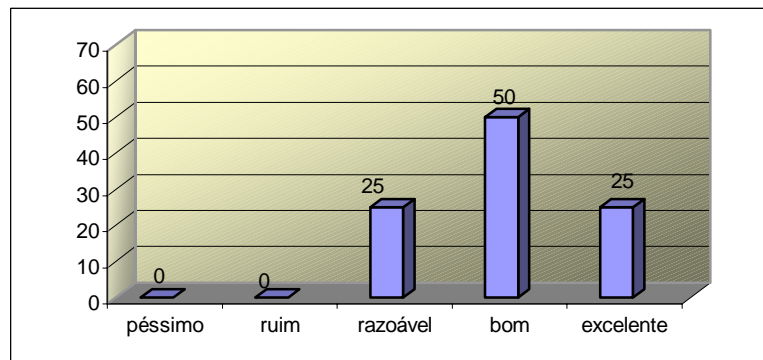


Figura 13 – Índices referentes ao grau de satisfação sentida pelo visitante

## 7.1.2 – VISÃO DOS RESIDENTES

Como as pessoas residentes nas cidades missioneiras percebem a importância histórico-cultural, econômica e social do legado Guarani.

### 7.1.2.1 – Análise quanto a publicidade

A figura 14 demonstra como o habitante local percebe a divulgação dos pontos turísticos ligados a seu município referindo-se as missões. Os indicadores demonstram que sob o ponto de vista dos moradores, a divulgação deveria ser melhor.

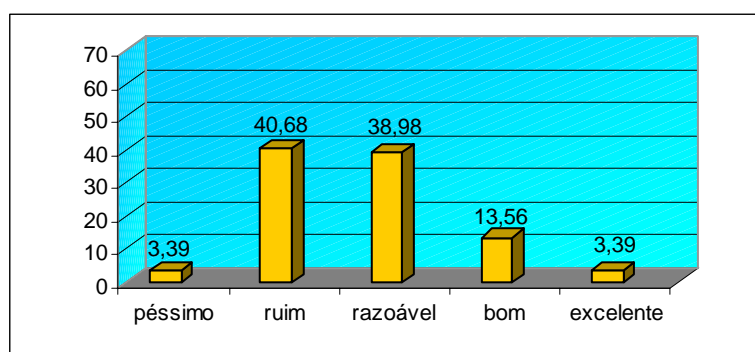


Figura 14 – Índices referentes a divulgação turística sentida pelo morador local

A figura 15 demonstra como o habitante local vê a importância dada ao tema guaraníco pelos moradores e autoridades responsáveis. O gráfico demonstra que na visão dos moradores, a importância ao tema, é deficiente.

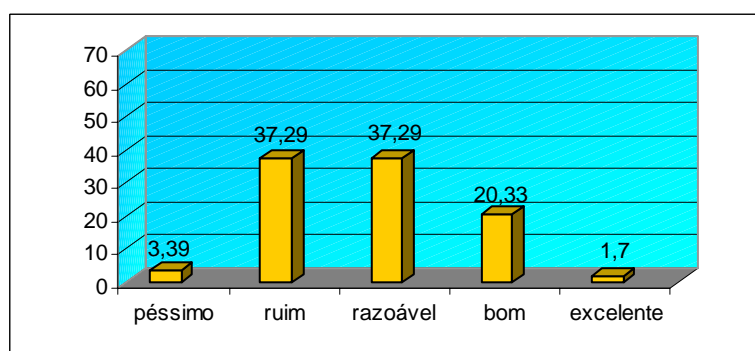


Figura 15 – Índices referentes a importância dispensada ao tema Guarani

### 7.1.2.2 – Análise quanto a estrutura

A figura 16 mostra o que o habitante local acha da estrutura montada em sua cidade e região para receber os visitantes. O gráfico demonstra que a estrutura é apenas razoável.

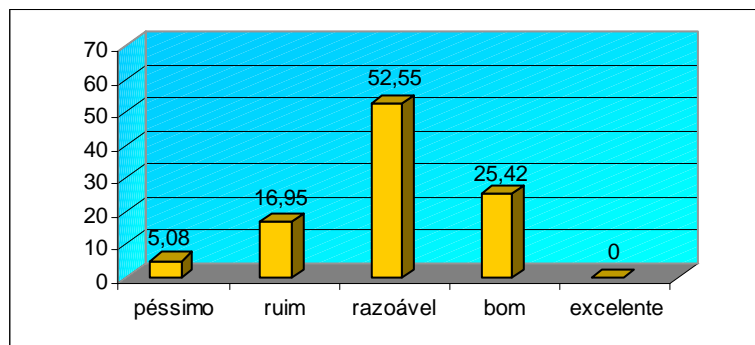


Figura 16 – Índices referindo-se a estrutura para receber os visitantes

A figura 17 apresenta, na visão do habitante local, a qualidade do ensino escolar, por ele recebido, sobre a história guaranítica. O gráfico deixa claro que o ensino recebido deixou muito a desejar.

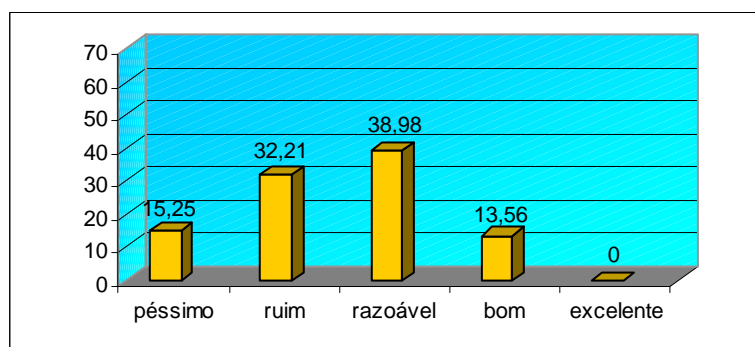


Figura 17 – Índices referentes a qualidade do ensino recebido sobre a história guarani

A figura 18 mostra na visão do habitante, o tratamento dado ao turismo guaranítico pelos órgãos competentes. Os indicadores apontam que o tratamento dispensado é apenas razoável.

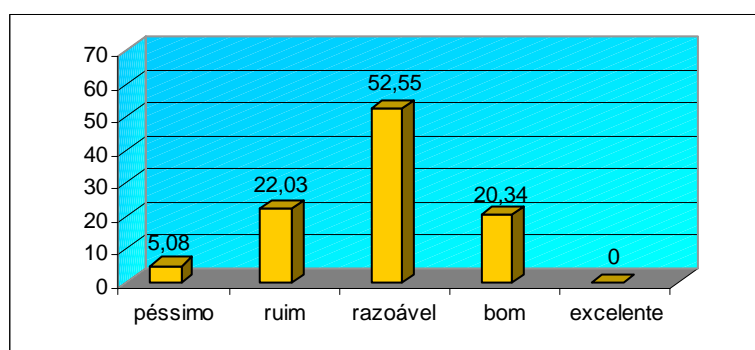


Figura 18 – Índices referentes ao tratamento dispensado ao tema pelos órgãos competentes

A figura 19 mostra como o habitante local vê os cuidados e a conservação do patrimônio histórico em sua cidade e região. O gráfico indica que o cuidado ao patrimônio é de razoável a bom.

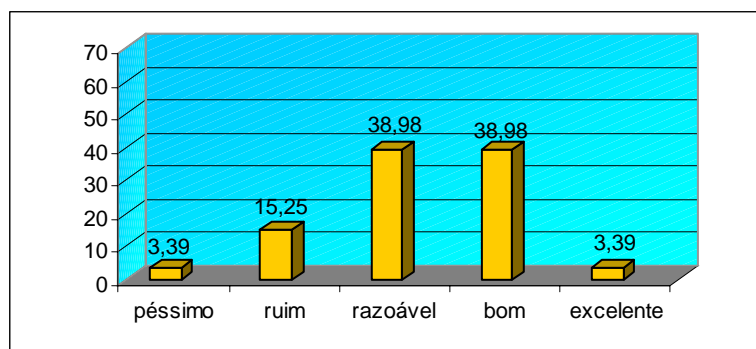


Figura 19 – Índices referentes a conservação do patrimônio histórico

A figura 20 demonstra como o habitante local vê a preparação cultural – referindo-se ao tema guaraníco – das pessoas que têm contato direto com os visitantes. O gráfico indica que grande número dessas pessoas possui um conhecimento apenas razoável.

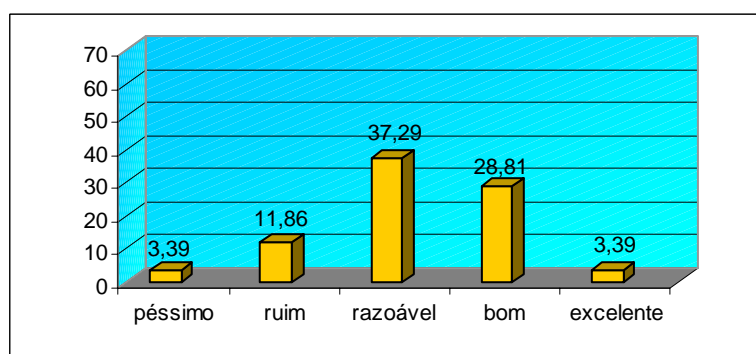


Figura 20 – Índices referentes a preparação cultural das pessoas que tem contato direto com os visitantes

A figura 21 demonstra como o habitante local vê a preparação cultural – referindo-se ao tema guaraníco – das pessoas que não têm contato direto com os visitantes. Os indicadores afirmam que o conhecimento dessas pessoas sobre a questão guaraníca é mínimo.

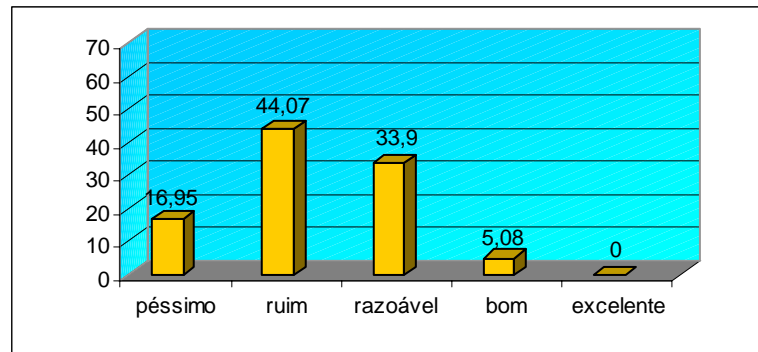


Figura 21 – Índices referentes a preparação cultural das pessoas que não tem contato com os visitantes

A figura 22 mostra como o habitante local vê os cuidados dispensados com a limpeza, conservação e itens que fazem parte da “aparência” de seu município para que passe uma boa imagem aos visitantes. Nesse aspecto os indicadores afirmam que este item é em média razoável, sendo, portanto, passível de melhoras.

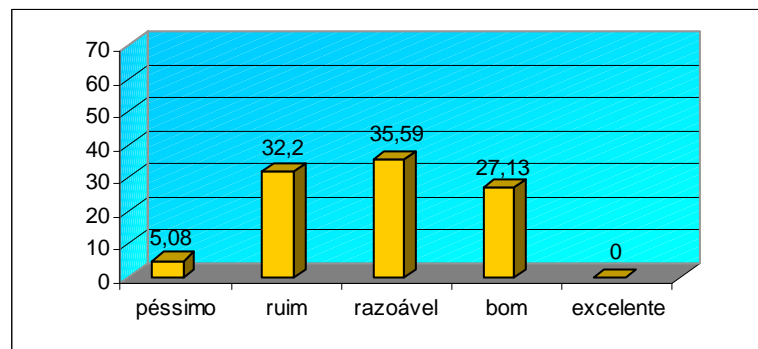


Figura 22 – Índices referindo-se aos quesitos limpeza, conservação e cuidados com a aparência dos municípios

A figura 23 demonstra na visão do habitante local, como seriam os benefícios obtidos pelo seu município, diante do desenvolvimento do turismo guaraníco missioneiro. Sem a menor sombra de dúvidas os indicadores apontam que o resultado do desenvolvimento turístico regional seria excelente.

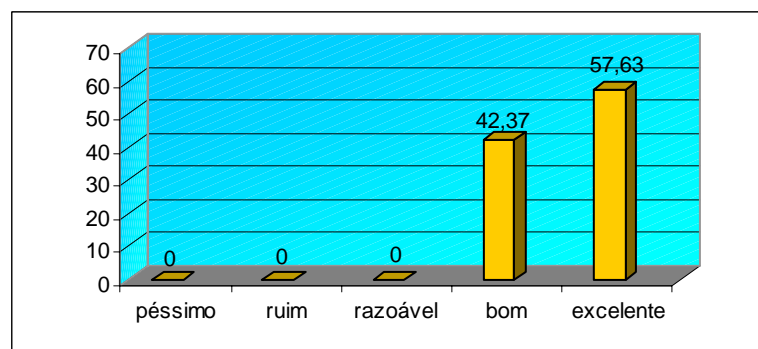


Figura 23 – Índices referindo-se aos possíveis resultados do desenvolvimento turístico



## CAPÍTULO 8

### CONCLUSÃO

---

Ver o desenvolvimento regional, através do turismo guaraní, é sem dúvida, vontade unânime do setor econômico, cultural e político da região missioneira assim como o das pessoas que ali residem, porém, analisando o conjunto de informações obtidas, constata-se que existe uma série de itens que precisariam ser melhorados.

Uma das grandes deficiências percebidas é que o turista que visita a região possui maior conhecimento sobre o tema do que as próprias pessoas que residem na região. Ao turista explica-se o interesse pelo assunto, motivo da visita, o que não se justifica o reduzido conhecimento do morador. Aponta-se como causa principal, o fato de terem recebido o conhecimento sobre a história riograndense – leia-se história guarani – por volta do 3º ou 4º ano do ensino fundamental e, obviamente em quantidade e qualidade compatível a idade do educando, e, em anos seguintes, o tema não ser mais trabalhado ou quando o é, é feito de forma superficial. Esta foi a causa apontada pelos moradores quando questionados sobre a superficialidade do conhecimento ao tema comparado ao visitante.

O questionário nos mostra também um certo despreparo das pessoas que mantêm contato com os visitantes como moradores em geral, frentistas de postos de combustíveis, garçons e recepcionistas. Exceção aos guias e as pessoas ligadas diretamente ao assunto.

Percebe-se, tanto na opinião de moradores e visitantes, a cordialidade do povo missioneiro, mas ambos afirmam que a estrutura das cidades deixa a desejar nos quesitos limpeza e atratividade e conservação para que possa fazer o visitante permanecer por mais tempo no local.

Um ponto extremamente deficitário, e origem de várias reclamações pelos visitantes, é o setor gastronômico existente em especial no município de São Miguel onde esta localizado o principal sítio arqueológico de toda região missioneira.

Os residentes apontam que há por parte dos órgãos encarregados um certo descaso com relação a divulgação local e a conseqüente conscientização da população em geral da importância histórico-cultural que o assunto envolve.

Quase todos são unânimes ao afirmar que o desenvolvimento turístico regional traria grandes benefícios sócio-econômicos para a região como um todo, mas percebe-se claramente uma certa passividade no que tange a ações que possam tornar esse fato uma realidade por parte dos residentes. Espera-se dos meios governamentais e culturais do estado e da região uma atitude que possa alterar esse quadro.

Algumas deficiências são apontadas pelas pessoas formadoras de opinião como o professor e escritor Mário Simon por exemplo, que afirma, baseado em sua experiência de secretário de turismo por longos anos no município de Santo Ângelo, e profundo conhecedor das reduções guaraníicas do Brasil, Argentina e Paraguai ao citar, como o exemplo, o que ocorre na redução de Santo Inácio Mini na Argentina.

Afirma ele, que mesmo as pessoas da 3<sup>o</sup> idade e amantes de temas culturais, não contentam-se apenas a ficarem restritos a parte cultural. O item lazer tem hoje uma grande importância como suporte para manter esse visitante no local ou na região. Conta que após as visitas ao sitio de Santo Inácio e comum deslocarem-se verdadeiras caravanas para a cidade vizinha de Possadas por possuir esta uma vida noturna repleta de atrações para os turistas.

Faltam na região, restaurantes que sirvam pratos típicos regionais, apresentações de shows voltados ao tema, que possam dessa forma, envolver o visitante pelo maior espaço de tempo possível, e, obviamente, fazendo-o a consumir os produtos e serviços oferecidos.

Os próprios turistas afirmam não possuir em Santo Ângelo, cidade possuidora do único aeroporto para pouso de grandes aeronaves em toda a região missioneira, uma casa de câmbio para que possam efetuar a troca de moedas. Esse serviço é prestado por pessoas que “atendem” aos turistas nas proximidades dos principais hotéis.

Os visitantes que aqui convergem com veículos próprios reclamam de não possuir na região guaritas que possam dar informações turísticas, não apenas dos pontos mais comuns de visitaçã, mas de toda a infra-estrutura de restaurantes,

hotéis, bares, danceterias, etc. que existam na região, deixando-os a mercê de localiza-los ao acaso.

Ao serem perguntados qual seria o motivo que provoca um relativo descaso ao tema por parte de muitos moradores locais ou, por que para a grande maioria da população o assunto não recebe a importância devida? e até mesmo por parte de alguns órgãos regionais?, o prof. Dr Antônio Dari Ramos, Doutor em história, professor e coordenador do curso de história na URI de Santo Ângelo e a professora da URCAMP na cidade de São Borja Roselene Moraes Martins, mestre em história latino-americana e doutoranda em história, quando em palestra realizada em São Miguel das Missões, no “I Seminário Regional de estudos e Mobilização pró-250 anos da Morte de Sepé Tiaraju”, em 29 de outubro de 2005, afirmaram que a base deste problema, é de cunho cultural. Explicam que há que se ter em mente, que essa parte do Estado era de origem espanhola e, portanto, diferente da colonização do território Brasileiro, que sabe-se, era de Portugal. Com a troca do Rio Grande espanhol pela Colônia de Sacramento portuguesa, passou a região a pertencer a Portugal e, em anos passados, cultivar a cultura espanhola na região, seria ofender a base social e política do império Luso-Brasileiro. Por esse motivo a história e a preservação das reduções permaneceram várias décadas jogadas ao descaso e ao esquecimento voluntário, sem ter-se levado em conta o excepcional valor histórico do patrimônio cultural, que é justamente o que se busca resgatar na atualidade.

O desejo de preservação não apenas da história mas principalmente da cultura guarani percebe-se claramente nas palavras proferidas pelo cacique Floriano como é chamado o cacique da redução guarani, existente em São Miguel das Missões, durante o simpósio comemorativo aos 250 anos da morte de Sepé Tiaraju, ao afirmar aos presentes a seguinte indagação: “é louvável o que se faz para preservar a memória de Sepé. Mas Sepé Tiaraju não morreu! Ele vive no povo guarani que aqui reside em São Miguel! Porque ao invés de comemorar a morte de um herói, o homem branco não cria um dia para comemorar *o dia do povo guarani?*”.

É com essas palavras, que deixamos ao leitor a certeza, que a preservação desse patrimônio histórico cultural missioneiro não é apenas manter viva a história do passado para as futuras gerações; e preservar viva a história atual, presente em nossos dias e bem a nossa frente, da qual fizemos parte atuante com nossos gestos de atuação ou apenas de omissão.

Desta forma, sugere-se que algumas medidas devam ser tomadas, com vistas a amenizar as deficiências encontradas para um maior .

- Encontros que trabalhem o tema histórico regional;
- Painéis;
- Workshop;
- Palestras;
- Ampliação da carga horária sobre o tema trabalhado nas escolas dando continuidade ao estudo em séries mais avançadas;
- Setor público e sociedade aliarem-se em programas de limpeza e conservação dos municípios;
- Investimentos em opções de laser;
- Criação de um programa, pelo sistema de redes de cooperação envolvendo não apenas os municípios dos 7 Povos, mas toda a Região Missioneira.

### **8.1 Recomendações para trabalhos futuros**

\* O objetivo do trabalho foi detectar as principais causa que dificultam o desenvolvimento sócio-econômico regional e apontar algumas sugestões de melhorias, entretanto, a realização de outros estudos poderá colaborar e muito, para o desenvolvimento econômico tão almejado na região. Com isso, apresentam-se sugestões para futuros estudos.

- Estudo sócio-cultural de como vivem os descendentes da Nação Guarani e como melhorar a sua qualidade de vida, sem afetar suas origens;
- Pesquisar formas de desenvolvimento econômico regional aproveitando a divulgação nacional maciça do ícone Sepé Tiaraju;
- Análise da viabilidade de visitação pública a aldeia guarani em datas e horários pré-estabelecidos, de forma que o índio não perca a sua privacidade, mas possa, por esse método, ter uma fonte extra de recursos além de divulgar in loco a sua cultura.

## CAPÍTULO 9

### REFERÊNCIAS

---

ABOU, SÉLIM **La “República” jesuítica de los guaraníes (1609-1768) y su herencia.** Argentina: Manrique Zago ediciones / Ediciones UNESCO, 1996.

AMÁBILE, T. M. **Como não matar a Criatividade.** HSM. Management, jan./fev. 1999.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.) **Turismo: como aprender, como ensinar.** Vol.2. São Paulo, Senac, 2001.

ANSOF, H. I.; DECLERCK, R. P.; HAYES, R. L. **Do planejamento estratégico à administração estratégica.** São Paulo: Atlas, 1981.

BENI, MARIO CARLOS. **Análise Estrutural do Turismo.** São Paulo: SENAC, 1998.

BOTELHO, AFONSO. Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi. Rio de Janeiro, **Anais da Biblioteca Nacional**,n. 76, 1951.

BOULLÓN, ROBERTO C. **Planificación del espacio turístico.** 3 ed. México: Trillas, 1997.

**Brasil 500 anos.** Editora Abril, sob licença da Ed. Nova Cultural. São Paulo: Vol I a IV, 1999.

BRUTTI, JOSÉ AIRTON. **Um programa de empreendedorismo para instituições de ensino e pesquisa tecnológica.** Santa Maria: UFSM, 2002.

BRUYNE,P; HERMAN, J; SCHOUTHEETE, M. et. al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais.** 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAMPOMAR, M. C. Do uso de estudo de caso”em pesquisa para dissertações e teses em administração. **Revista de administração**, v.26,n.3. São Paulo: USP. 1991.

CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC: controle de qualidade total (no estilo japonês)**. Belo Horizonte, MG: Fundação Christiano Ottoni, Escola de Engenharia da UFMG, 1992.

CASTELLI, G. **Administração hoteleira**. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

COCCOSSIS, H.; JANSSEN, H.; KIERS, M. ; NIJKAMP, P. **Tourism in strategic development**, Serie Research Memoranda. Facultad de Economía y Econometría de la Universidad de Amsterdam, 1991.

COLOMBINA, Francisco Tosi. **Descobrimento das Terras do Tibagi**. Maringá, Imprensa Universitária Maringá, 1975.

CORTESÃO, Jaime. (Org.) **Jesuítas e Bandeirantes no Guará (1549-1640)**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951.

CRUZ, Rita de Cássia. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

DRUCKER, P. F. **O Melhor de Peter Drucker: O Homem, A Administração, A Sociedade**. São Paulo: Nobel, 2002.

EMBRATUR. **Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. 3ª versão. Brasília: EMBRATUR, 1998 a.

\_\_\_\_\_. **Procedimentos do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília: EMBRATUR, 1998b.

FELLIPE, M. I. **O resgate do ser humano**. Revista RH em Síntese, jul./ago. 1998.

FILION, L. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários - gerentes de pequenos negócios**. São Paulo, Revista de Administração – FEA/USP, Vol. 34, Nr. 2, 1999.

FILION, L. J. **Visions et Relations: Clefs du succès de l'Entrepreneur**. Les Éditions de l'Entrepreneur. Montreal, 1991.

FINOKIET, BEDATI. **Arca da Memória**. Santo Ângelo: Gráfica Jornal das Missões, 2003

FLORES, Moacyr. **Colonialismo e Missões Jesuíticas**. 2 ed. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1986.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1996.

GIL, A.C. **Projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1993.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa**: Tipos fundamentais. Revista de Administração de empresas, v 35. São Paulo: 1995, p20-29.

HAWKINS E., Donald. **Ecoturismo: um guia de planejamento e gestão**. São Paulo: Hucitec, 1995.

HISRICH, Robert D; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HOOMAERT, Eduardo & PREZIA, Benedito. **Brasil indígena: 500 anos de resistência**, São Paulo, FTD, 2000.

LEITE, BAZILISSO. **Generalidade das Missões Jesuíticas**. Vol. 1. Santo Ângelo: Gráfica Jornal das Missões, 2002.

LONGEN, M.T. **Um modelo comportamental para o estudo do perfil do empreendedor**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção da UFSC, 1997.

MAGNOLI, Demétrio, MENEGOTTO, Ricardo & OLIVEIRA, Giovana. **Cenário Gaúcho Representações históricas e geográficas**. São Paulo: Moderna, 2001.

MARTINS, S. **Límites del desarrollo sostenible en América latina en el marco de las políticas de (re)ajuste económico**. Pelotas-RS: Ed. UFPel, 1995.

MASI, Domenico De (Org.). **A Emoção e a Regra**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998.

MILIOLI, G. **Abordagem ecossistêmica para a mineração**: uma perspectiva comparativa para Brasil e Canadá. Tese, PPGE, UFSC, 1999.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

MOLINA E., Sergio. **Turismo y Ecología**. México: Trillas, 1998.

MOLINA, Sergio; RODRÍGUEZ, Sergio. **Planejamento integral do turismo**. São Paulo: EDUSC, 2001.

MOLINA, Sergio. **Turismo: metodología para su planificación**. México: Trillas/ Universidad Anáhuac, 1997.

MONTOYA, Pe. ANTÔNIO RUIZ. **Conquista espiritual**. Martins Livreiro Editor. Porto Alegre, 1985.

NATIVIDAD, OBDULIA RUIZ. **Diccionario Castellano-Guarani**. 2 Ed. Paraguay: I.N.I.C., 1998.

OLIVEIRA, M.A. **Valeu! Passos na trajetória de um empreendedor**. São Paulo: Nobel, 1995.

PALOMO, Manoel Figueroa. **Economía turística: elementos de una teoría económica del turismo y métodos para su análisis cuantitativo**. Tese de doutorado, Madri: Imnasa, 1979

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PIPPI, GLÁDIS. **História Cultural das Missões Memórias e Patrimônio**. Porto Alegre: Martins Livreiro editor, 2005.

PORTO AURÉLIO. **História das missões orientais do Uruguai**. 2ª Ed., Vol III, Edição da Livraria Selbach, 1954.

QUEVEDO, JULIO. **Aspectos das Missões no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1998.

RABAHY, Wilson Abrahão. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento**. São Paulo: Manole, 2003.

REVISTA VISÃO E AÇÃO. Universidade do Vale do Itajaí. Ano 2. nº 4. Itajaí: Editora da Univali, 2000.

RÚDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.



RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

SCHÖN, Donald A . **Beyond the stable state.** New York: The Norton Library, 1971.

SCHUMPETER, JOSEPH A. **Teoria do desenvolvimento econômico,** São Paulo: Editora Abril. Série Os Economistas, 1982.

SCHUMPETER, J. **The theory of economic development.** Havard University Press, 1949.

SEBRAE **Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil.** Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e pequenas Empresas. Brasília: 2004

SENGE, Peter. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem.** 9.ed. São Paulo: Best seller, 1990.

SESSA, Alberto. **Turismo e política de desenvolvimento.** Porto Alegre: Uniontur, 1982.

SIMON, MÁRIO. **As missões dos Sete Povos.** Santo Ângelo: Editora Talento, 2003.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?.** In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri, org. **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997.

STRAUSS, A; CORBIN, J. **Basic of Qualitative Research- Grounded theory procedures and techniques.** California: 1990.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia.** Vol.2. São Paulo: Aleph, 2000.

TAVARES, EDUARDO et. al. **Missões Jesuítico-guaranis.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1995.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel. **Introdução à administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional: teoria e prática.** 3. São Paulo: Pioneira, 1991.

YIN, Robert K. **Case Study Research: Design and Methods.** California: Sage Publications, 1991.

## ANEXOS

---

### 10.1 Questionário para o morador

#### **Pesquisa exploratória sobre a percepção e expectativa do turismo Guaranítico dos 7 povos das missões: Visão do habitante local**

Objetivo: Dissertação de Mestrado

#### **Identificação: (Opcional)**

Nome: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Escolaridade: ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Superior Incompleto  
( ) Superior Completo ( ) Pós-graduação

Idade: ( ) até 20 anos ( ) de 20 a 30 anos ( ) de 30 a 40 anos  
( ) de 40 a 50 anos ( ) acima de 50 anos

Renda mensal (valores em reais):

( ) até 500,00 ( ) 500,00 a 1.000,00 ( ) de 1.000,00 a 2.000,00  
( ) de 2.000,00 a 4.000,00 ( ) acima de 4.000,00

#### **1) Como você diria que é o seu conhecimento sobre a cultura guaranítica dos 7 povos das missões?**

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

#### **2) Você afirmaria que a divulgação sobre o turismo guaranítico em sua cidade é?**

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

#### **3) Sobre o seu ponto de vista em meio à comunidade onde você convive. Você afirmaria que o índice de importância dado à cultura guaranítica é?**

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

**4) Você diria que a estrutura montada para receber o turista é?**

1 - Péssimo    2 - Ruim    3 - Razoável    4 - Bom    5 - Excelente

**5) Você diria que o conhecimento escolar que você recebeu sobre a cultura guaranítica foi?**

1 - Péssimo    2 - Ruim    3 - Razoável    4 - Bom    5 - Excelente

**6) Você diria que o tratamento dispensado pelos órgãos competentes sobre o turismo guaranítico é?**

1 - Péssimo    2 - Ruim    3 - Razoável    4 - Bom    5 - Excelente

**7) Com relação à conservação e aos cuidados dispensados ao patrimônio histórico da sua cidade, você diria que é?**

1 - Péssimo    2 - Ruim    3 - Razoável    4 - Bom    5 - Excelente

**8) Como você qualificaria a preparação cultural das pessoas de sua cidade, que estão diretamente ligadas ao turismo?**

1 - Péssimo    2 - Ruim    3 - Razoável    4 - Bom    5 - Excelente

Não possui conhecimento

**9) Como você definiria a cultura das pessoas de sua cidade, que não estão diretamente ligadas ao turismo, referindo-se ao turismo guaranítico?**

1 - Péssimo    2 - Ruim    3 - Razoável    4 - Bom    5 - Excelente

**10) Falando de maneira abrangente, você diria que os cuidados com a “aparência” da sua cidade (limpeza, conservação, paisagismo, cuidados ecológicos etc.) é considerado:**

1 - Péssimo    2 - Ruim    3 - Razoável    4 - Bom    5 - Excelente

**11) Para você, que tipo de resultado o desenvolvimento do turismo guaranítico missioneiro, poderá trazer para seu município?**

1 - Péssimo    2 - Ruim    3 - Razoável    4 - Bom    5 - Excelente

**12) Sugestões de melhorias ou críticas:**

---

---

---

## 10.2 Questionário para o visitante

### Pesquisa exploratória sobre a percepção e expectativa do turismo Guaranítico dos 7 povos das missões: Visão do Turista

Objetivo: dissertação de mestrado

#### Identificação: (Opcional)

Nome: \_\_\_\_\_

De onde vem? \_\_\_\_\_  
(País – Cidade – Estado)

Profissão: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Escolaridade: ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Superior Incompleto  
( ) Superior Completo ( ) Pós-graduação

Idade: ( ) até 20 anos ( ) de 20 a 30 anos ( ) de 30 a 40 anos  
( ) de 40 a 50 anos ( ) acima de 50 anos

Renda mensal (valores em reais):

( ) até 500,00 ( ) 500,00 a 1.000,00 ( ) de 1.000,00 a 2.000,00  
( ) de 2.000,00 a 4.000,00 ( ) acima de 4.000,00

#### 1) Como você diria que é o seu conhecimento sobre a cultura guaranítica dos 7 povos das missões?

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

#### 2) Como você foi recebido pelas pessoas diretamente ligadas ao turismo como guias, recepcionistas, garçons etc.?

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

#### 3) Como foi o tratamento que você recebeu das pessoas que residem nas cidades dos 7 povos que você visitou?

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

#### 4) Você afirmaria que a estrutura montada para receber o turista é?

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

**5) Com relação a sua hospedagem você diria que foi?**

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

**6) No item gastronomia (restaurantes, bares, lancherias etc.) você diria que é?**

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

**7) Referente ao transporte utilizado. Você afirmaria que foi?**

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

**8) O conhecimento transmitido a você por guias, palestras, recepcionistas de museus etc., você diria que foi?**

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

**9) Como você afirmaria que é a conservação e os cuidados dispensados ao patrimônio histórico das cidades dos 7 povos que visitou?**

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

**10) Falando de maneira abrangente, você diria que os cuidados com a “aparência” da(s) cidade(s) que você visitou (limpeza, conservação, paisagismo, cuidados ecológicos etc.) é considerado:**

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

**11) Com relação à expectativa do que iria encontrar, você afirmaria que atendeu àquilo que você esperava encontrar?**

( ) 1 - Péssimo ( ) 2 - Ruim ( ) 3 - Razoável ( ) 4 - Bom ( ) 5 - Excelente

**12) Sugestões de melhorias ou críticas:**

---

---

---

---

---